



BENS CULTURAIS E ECONOMIA CRIATIVA:

Da Mercadorização à Indignação



Edmarío Nascimento da Silva



Atena
Editora
Ano 2021



BENS CULTURAIS E ECONOMIA CRIATIVA:

Da Mercadorização à Indignação



Edmario Nascimento da Silva



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

O autor

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenología & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvío Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Bens culturais e economia criativa: da mercadorização à indignação

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: O autor
Autor: Edmario Nascimento da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Edmario Nascimento da
Bens culturais e economia criativa: da mercadorização à indignação / Edmario Nascimento da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-192-0
DOI 10.22533/at.ed.920211606

1. Economia. 2. Bens culturais. 3. Economia criativa. 4. Editoras. I. Silva, Edmario Nascimento da. II. Título.
CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao manuscrito científico publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção do respectivo manuscrito, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o manuscrito científico publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica) da Universidade do Estado da Bahia - UNEB/ Campus II, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Crítica Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel

À minha família...
Ao meu amor, Nildes, sempre cúmplice.
Às minhas filhas...
Aos amigos.
À vida.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma parte importante na conclusão de nossos projetos de vida! São muitos elementos envolvidos para realizar algo, para materializar uma visão, um sonho ou um desejo. Mesmo assim não é uma tarefa simples.

Primeiramente quero agradecer de forma ampla e irrestrita a minha amada esposa, companheira, cúmplice, amiga e parceira na vida Nildes. Sua paciência, seu cuidado, seu carinho, suas orientações, seus comentários e as muitas conversas. Pessoa especial que completa a minha existência em todas as suas manifestações. Sempre ajustando minha rota com sua inteligência aguda e extremamente bem situada.

Agradeço às minhas filhas, Eva e Laena! Elas me dão combustível para seguir em frente e perseguir objetivos nesse conturbado contexto em que vivemos. São fontes de renovação das forças e motivo para enfrentar meus medos e limites.

Não poderia deixar de agradecer aos meus irmãos e irmãs por, mesmo não compreendendo muito bem o significado dessas batalhas, estarem dispostos a me ajudar sempre. Ao meu pai pela integridade com que inspirou a minha vida e a minha mãe, mulher de extrema sabedoria que me colocou desde cedo no caminho do estudo e da leitura! Mulher fantástica que mesmo não tendo instrução formal conseguiu ensinar a cada filho com muito amor!

Agradeço aos meus amigos pelo incentivo e por depositar confiança na minha capacidade! Mas, principalmente, por se alegrarem com os passos que dou em minha caminhada. Ao meu amigo-irmão Gilberto Batista que sempre me colocou para cima e sempre me ajudou a continuar caminhando. À minha amiga-irmã Flávia, que apesar do corre corre da vida entre vários plantões, encontra um tempo para nossas conversas e mandar mensagens.

Agradeço ao meu Orientador, o Prof. Dr. Roberto H. Seidel, pela sua humanidade e generosidade. Pessoa de uma tranquilidade e calma reconfortante. Sempre aberto ao diálogo franco e direto. Transmitiu-me confiança para realizar o trabalho e liberdade para escolher caminhos!

Agradeço a Universidade do Estado da Bahia por proporcionar a chance de estar em um programa de Mestrado acadêmico, e em especial, aos colaboradores da pesquisa por proporcionarem substância para a reflexão e a escrita.

Agradeço ao autor da vida e da beleza, razão da existência, fonte de sabedoria e abundância, origem e fim de tudo o que há.

E abriram-se as eclusas, jorraram as palavras
E jorraram pensamentos e ideias
E irrigaram os horizontes
E brotaram sonhos
E viraram livros
E luta
Edmario Nascimento da Silva

APRESENTAÇÃO

O presente livro é fruto de uma inquietação que se tornou o mote para a pesquisa realizada no Mestrado em Crítica Cultural, realizado na Universidade do Estado da Bahia, no Campus II, Alagoinhas.

Toda oportunidade de reflexão sobre aquilo que nos move ou nos inquieta deve ser explorada. É preciso materializar as nossas questões, torná-las palpáveis, apreciáveis e compartilháveis. Nunca se está sozinho realmente quando o movimento por buscar respostas se inicia. Há sempre um grupo de pessoas que te acompanham.

Nesse empreendimento por entender os caminhos do livro no interior da Bahia, em específico no município de Alagoinhas, pertence ao território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, conversei com pessoas, conheci um pouco mais da organização do município, entrei contato com as expectativas de escritores e editores locais e suas lutas.

Por outro lado, foi possível explorar a ideia do livro como um bem cultural. Para isso foi necessário enfrentar a distinção entre bens culturais e bens econômicos de modo a situar o livro entre uma definição e outra, passando por uma análise antropológica da ideia de cultura e de sua manifestação e sua convergência ou divergência com as noções da economia, principalmente da economia criativa.

Por fim, entrego para apreciação do público o resultado desse trabalho não como uma conclusão ou finalização de uma reflexão que precisa ser ainda mais aprofundada, mas como um início, uma abertura para pensarmos as formas de representação da vida em suas diferentes expressões, e no livro como um bem que significa mais que um objeto material, uma obra de arte. Significa vida. Desejo-lhes uma boa leitura!

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO.....	3
OS LIVROS E O MERCADO EDITORIAL.....	9
No rastro dos livros	9
Os livros: uma breve perspectiva	14
O mercado editorial: do tradicional ao digital	19
PONTO DE ENCONTRO: CULTURA E ECONOMIA	27
Bens culturais e suas interpretações.....	29
Por que economia criativa?	33
IMAGEM DO ITINERÁRIO DA PESQUISA.....	43
Conhecendo o Território 18.....	43
Por que editoras em Alagoinhas?.....	47
Discursos e discussões	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	73
SOBRE O AUTOR.....	76

RESUMO

BENS CULTURAIS E ECONOMIA CRIATIVA: DA MERCADORIZAÇÃO À INDIGNAÇÃO

A finalidade dessa pesquisa foi investigar a existência de pequenas editoras que pudessem ser inseridas no nicho da criatividade, bem como as noções de bens culturais e de economia criativa e como esses dois elementos juntos podem fazer emergir, se é que podem, outros sentidos capazes de questionar a imposição do capitalismo. A questão que atravessou a pesquisa foi: em que medida os bens culturais representados pelos livros e outras formas de produção de linguagem escrita, bem como as estratégias para a distribuição desses bens, podem apontar para a experiência questionadora das práticas capitalistas que capturam e subjagam a produção cultural local e regional? Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, tendo como técnica para coleta de dados a entrevista e aplicação de questionários. As entrevistas das editoras ocorreram por conveniência, pois dependia da disponibilidade dos fundadores para participar da pesquisa. Quanto à amostra delimitou-se a região de Alagoinhas, que pertence ao Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, bem como o mapeamento de outras editoras baianas de que se teve notícias para pesquisas futuras. Também, procurou-se analisar o trabalho do intelectual que tem como principal resultado o livro. Espera-se compreender de que modo aqueles situados fora do grande mercado editorial interpretam seu fazer, seu papel, quais discursos constroem ou desconstroem, como se afirmam e afirmam a vida, para então construir uma interpretação que possa contribuir com a desmontagem dos discursos capitalistas que capturam tudo ao redor, aprisionando os sentidos e a vida.

PALAVRAS-CHAVE: Bens culturais; economia criativa; editoras.

ABSTRACT

CULTURAL GOODS AND CREATIVE ECONOMY: FROM THE MARKET TO INDIGNATION

The purpose of this research was to investigate the existence of small publishers that could be inserted into the niche of creativity, as well as the notions of cultural and creative economy and how these two elements together can do emerge, if they can, other senses able to question the imposition of capitalism. The question that went through the survey was: to what extent the cultural heritage represented by books and other forms of written language production, as well as strategies for the distribution of these goods, can point to the experience questioning capitalist practices that capture and subjugate the local and regional cultural production? It was performed a qualitative exploratory research, having as technique for data collection and interview questionnaires. The editors ' interviews occurred for convenience, since it depended on the availability of the founding fathers to participate in the research, as the sample delimited-if the region of Alagoinhas, which belongs to the territory of Identity North Coast and Wild Bahia, as well as the mapping of other publishers baianas of which had news for future research. Also, we tried to analyze the intellectual work that has as main result the book. It is expected to understand how those outside the big publishing your make, interpret your paper, which build or deconstruct speeches, as if claim and claim the life, to then build an interpretation that can contribute with the dismantling of the capitalist discourses that capture everything around, trapping the senses and life.

KEYWORDS: Cultural goods; creative economy; publishers.

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, estabeleceu como finalidade o planejamento e a implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) cuja intenção é promover a diversidade cultural brasileira, obedecendo ao fundamento tornado constitucional de acesso aos bens culturais.

A ideia de diversidade cultural que fundamentou tal iniciativa encontra-se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do país, considerando-se suas características locais e regionais.

Ao mesmo tempo, a expansão mundial de uma economia criativa encontra-se na ordem do dia, trazendo repercussões para o nosso país, e fazendo refletir acerca de como tal modo de produção pode ser associado à produção de bens culturais locais e regionais que sejam acessíveis e desejados.

O interesse do sistema capitalista sobre as expressões culturais, deu-se a partir da constatação de que a produção de mercadorias poderia ter o seu valor elevado ao agregar signos culturais como fator diferenciador, como elemento de originalidade para o qual o mercado consumidor está disposto a pagar.

Seguindo essa linha de raciocínio, os mais distintos setores de produção passaram a se organizar sob a égide da criatividade como principal motor para a criação, produção e circulação das mercadorias, criando uma separação entre aqueles que produzem a partir de uma matriz tradicional, herdada da modernidade.

Entre os vários setores que se inscrevem na esteira da economia criativa, temos o setor de mídia, onde a aplicação da criatividade deve gerar conteúdo a ser digerido pelo público de massa, em maior escala. Nele está inserida a ramificação que se detém em produzir publicação e mídia impressa, responsável pela produção de livros – o livro entendido como mídia impressa – e, portanto, onde se encontram as editoras que se encarregam de transformar o capital cultural em mercadoria.

No entanto, não é o caso de pensar o valor mercadoria do que é produzido sob o signo da cultura, seja local ou regional, tampouco de destrinchar as estratégias utilizadas pelas editoras alternativas que se inserem como participantes de uma economia criativa dentro da lógica capitalista de produção de bens culturais, e sim de pensar em como esses dois elementos juntos podem fazer emergir, se é que podem, outros sentidos capazes de questionar a imposição do capitalismo, esvaziando o fetiche da cultura-mercadoria, vista sob os discursos do consumismo, para ampliar sua capacidade de se pronunciar como afirmação da vida.

Entendendo que a crítica cultural tem entre suas atribuições o papel de deslocar os sentidos estabelecidos sob a égide da violência, tornados naturalizados e cristalizados, para criar condições de discutir e investigar sentidos ocultados, silenciados, ou de outro modo, criar possibilidades de brincar, jogar com os vários sentidos que os conceitos possam alcançar, pretendeu-se investigar: em que medida a produção cultural das editoras alternativas e editoras independentes, que se inserem na ideia de economia criativa, contribui para estimular a subversão da lógica capitalista de produção de bens culturais que visam a garantia do acesso e o direito à cultura local e regional?

Isto posto, indagar-se sobre quais são as noções que movem a produção, distribuição e consumo de bens culturais por editoras alternativas oferece um campo fértil à pesquisa.

Compreender de que modo aqueles situados fora do grande mercado editorial interpretam seu fazer, seu papel, quais discursos constroem ou desconstroem, como se afirmam e afirmam a vida, para então construir uma interpretação capaz de contribuir com a desmontagem dos discursos capitalistas que capturam tudo ao seu redor, aprisionando os sentidos e a vida.

Alguns objetivos foram estabelecidos de modo a proporcionar uma direção viável. São eles:

- a) mapear as editoras alternativas e editoras independentes do território 18 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte;
- b) investigar se a noção de bens culturais e de economia criativa presentes na política editorial das editoras alternativas e editoras independentes do Território 18 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, são capazes de questionar o modelo capitalista adotado pelo mercado editorial para propor novos valores éticos e estéticos.
- c) identificar as estratégias utilizadas pelas editoras alternativas e editoras independentes para a produção e distribuição de bens culturais;
- d) identificar a inserção das editoras alternativas e editoras independentes no nicho da economia criativa;
- e) estimar o raio de alcance dos bens culturais distribuídos pelas editoras alternativas e editoras independentes do Território 18 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte.

Não há como alcançar algum resultado significativo para a pretensão da pesquisa senão criando um caminho, um percurso que possa dar conta de operacionalizar instrumentos suficientes para esvaziar os sentidos postos e pressupostos por meio da violência dos conceitos, das palavras e dos silêncios. Optou-se por fazer entrevistas e aplicar questionários para os atores do setor livreiro do Território 18, de modo a conseguir reunir material para a análise qualitativa dos dados encontrados.

O que se quis pensar foi a forma como os sujeitos envolvidos na produção de bens culturais, simbolizados nessa pesquisa principalmente pelo livro, situados dentro de um segmento do mercado de produção de bens que se pode identificar como sendo da economia criativa, podem ou não interpretar a sua prática como sendo questionadora do modo de produção capitalista.

Utilizou-se a noção de campos elaborada por Pierre Bourdieu, pois permitiu pensar o elemento do capital cultural como um recurso utilizado para negociar as tensões e relações de força que definem a legitimação dos indivíduos.

A noção de campo implica na existência de um recorte na estrutura social que cria um espaço com autonomia em relação a outros, onde se estabelecem leis e regras específicas, onde a disputa por ocupar as posições dominantes é marcada pelo acesso a determinados capitais específicos, a partir do quais os indivíduos são reconhecidos, legitimados e aceitos, podendo ascender naquele espaço. Ao mesmo tempo, mantém uma interação constante com os demais campos e com o espaço social mais amplo,

influenciando e sendo influenciado por ele.

A ideia é de que o campo é um lugar de luta entre aqueles que ocupam as posições de poder e aqueles que pretendem ocupar tais posições, contudo, o conflito não tem a intenção de romper com a estrutura social e suas regras de funcionamento, apenas uma alternância entre os ocupantes dos postos de dominação.

Na obra *Infância e História*, Agamben (2008), no estudo que carrega o mesmo nome da obra, sugere que a experiência é algo que o ser humano da contemporaneidade desconhece, posto que foi expropriado dessa possibilidade pela ciência moderna, que converteu a experiência em experimento, impondo um conhecimento racional ou racionalizado que passou a substituir a imaginação. Construiu-se, a partir dessa racionalização, um sujeito que se reconhece como um eu pensante, que cogita das possibilidades, mede, pesa, quantifica, caracteriza, nomina, e estabelece as regras para todas as coisas. A experiência deslocou-se para fora do homem.

Ao explorar o papel da experiência, Agamben entende a linguagem como sendo o seu lugar próprio. É na linguagem e por meio dela que o ser humano pode se constituir enquanto sujeito. A linguagem permite ao ser humano criar sentidos e significados, esvaziar os sentidos e significados estabelecidos e criar novos, ressignificar e, portanto, experimentar. A experiência na linguagem e através dela situa o ser humano historicamente, desnaturalizando tudo que foi arbitrariamente determinado. Cria rupturas entre o que se pode considerar como dimensão natural e dimensão cultural.

É a linguagem quem introduz a cultura no mundo, emancipando o ser humano da natureza, liberando-o para interagir como outros indivíduos e, conjuntamente, criar significação para o meio que o circunda e todas as relações que se estabelecem entre essas interações, tornando o indivíduo um ser histórico produtor de cultura.

Assim é que a experiência se produz ao se romper o silêncio, identificado como sendo a infância, e que, portanto, não se refere a uma etapa possível de situar no tempo passado, superada no ser humano, mas um traço permanente que avoca para si a potência criativa e transformadora da linguagem.

A infância corresponderia, portanto, a dado momento em que o indivíduo está ainda despido da capacidade de entender por seus próprios recursos de linguagem o contexto em que está inserido, não conseguindo nominá-lo porque não tem dele um contato que o ponha em choque, que o desequilibre ou desafie, e o ponha em movimento de ruptura, que em si mesmo é traumático, e gere a necessidade de denominar de uma outra forma, carregada de significado próprio, ressignificando o que foi arbitrariamente imposto.

Foi dessa noção de experiência em Agamben que se pretendeu partir. Em uma tentativa de movimento interpretativo, averiguar a percepção dos agentes envolvidos na produção de bens culturais sobre o seu fazer, como eles significam as suas práticas ou se estão alheios, mergulhados em uma infância quanto às arbitrariedades engendradas pelo modelo capitalista de produção da cultura, expropriados de seu papel histórico, ou ainda, se compreendendo a captura de seu fazer e de suas potencialidades pelo modelo capitalista, fazem a opção de seguir o preestabelecido.

A tentativa, portanto, foi de perceber se há momentos de ruptura do significado atribuído de antemão para o fazer, o produzir dentro da esteira da economia criativa, por

parte dos agentes envolvidos e, caso seja possível essa percepção para esse fazer, qual a possibilidade de investigar o evento sob a ótica da construção de novos significados, antevendo uma perda da inocência e, conseqüentemente, um deixar a “infância”, e a partir disso delinear as possíveis interpretações que daí possam derivar.

Dialogando com esse movimento, articular a noção de rizoma esposada por Guattari e Deleuze, tentando pensar a experiência a partir de uma perspectiva arborescente, rompendo com o pensamento binário-cartesiano, para enxergar pontos de entrada e saída da linguagem.

As possíveis explicações que se possam experimentar para os caminhos que a linguagem percorre para se estabelecer ou desestabilizar os vários componentes das relações humanas, em suas interações com as esferas do econômico, político, social, público, religioso, fisiológico, cultural etc., ou ainda, os seus descaminhos, em movimentos de proteção, ressignificação, conquista, imposição, quebra, contraposição, esvaziamento, reordenamento, servem de substrato para fecundar tantos outros caminhos e possibilidades, em constante ramificar-se e descentralizar-se, muitas vezes ocultando as intenções ou deixando-as às claras para confundir e não ser capturada.

É nessa hipérbole que encontramos a possibilidade de fazer dialogar a noção de experiência como elemento necessário ao rompimento da “infância” do humano, em articulação com a proposição de uma interpretação arborescente da linguagem, cujas raízes se irradiam a partir de qualquer ponto e seguem em várias direções, não necessariamente pré-estabelecidas.

Considerando o recorte da economia criativa como um Território, buscou-se detectar as pistas que indiquem onde os sujeitos articulam-se e promovem agenciamentos, os mecanismos que usam para decifrar os códigos que o compõem e como se comunicam a partir deles, de que formas elaboram estratégias que garantam a sua existência como sujeitos históricos ao mesmo tempo em que se ocultam, fazendo o jogo capitalístico e buscando implodi-lo.

Contudo, há diversas variantes desses agenciamentos que podem surgir do enfrentamento com as realidades. Não se pode perder de vista que as linhas de fuga, os desdobramentos e ramificações possíveis de surgirem nesse território podem assentar-se não sobre a negação do modelo capitalista mas sobre a busca por compreender profundamente a forma como ele atua para, ao invés de negá-lo e implodi-lo, dele se apropriar e tirar vantagens, estabelecer uma hegemonia dentro da hegemonia, explorando nichos e setores pouco explorados, utilizando das ferramentas, estratégias e mecanismos aperfeiçoados pelo sistema de exploração, a exemplo do que fazem diversas espécies animais e vegetais na natureza, em uma relação onde um grupo se beneficia do outro sem que isso signifique prejuízo.¹

Completando o banquete, convidamos Roberto Seidel para a composição do percurso metodológico através da noção de experiência, ao afirmar a necessidade “de

1 Tal relação recebe nas ciências naturais o nome de comensalismo, que é definido pelo dicionário *Priberiam* como: Associação de dois organismos diferentes em que um retira benefício e o outro não é prejudicado. “comensalismo”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/comensalismo> [consultado em 01-10-2016].

contato direto com esses produtores, sentir da forma como sentem, ver como vêm”², de modo a escapar da pura teorização sobre o fazer e o seu significado, ancorando-se na dinâmica própria do agente, daquele que de fato realiza para construir uma noção que seja fidedigna dos “processos de criação, produção e recriação, sobre suas dinâmicas internas”.

Não se poderia concluir com algum acerto qualquer coisa acerca da experiência sem a participação na própria experiência. Perceber como a experiência relacionada a produção do livro com a dinâmica local, os significados atribuídos por quem os produz à forma como os produz e para aqueles em seu entorno, suas estratégias para a distribuição e circulação enquanto bem cultural, é capturada e subjugada ou não pelo mercado editorial capitalístico, pois como expõe Seidel, “ao ganhar o mercado, [...] acaba por servir aos propósitos da fetichização: ela vira um fetiche”.

Antevemos aqui o papel da linguagem como o meio sem o qual e através do qual os diversos constructos sociais, políticos, econômicos e culturais seriam impossíveis. Os arranjos que não só representam e enunciam os diversos grupos e suas expressões, mas que implicam em formas de percepção e apreensão dos fenômenos a partir de uma perspectiva que toma como ponto de partida o elemento cultural, considerando a cultura como corolário direto da intervenção da linguagem sobre a vida.

Assim, assumindo a interconexão entre a produção das culturas humanas e o papel fundamental da linguagem na criação, manutenção e transformação das sociedades e da natureza, da existência mesmo do ser e do não-ser, do alargamento ou estreitamento dos limites em que é possível realizar a vida e suas expressões, compor os equipamentos e instrumentos de análise a partir, principalmente, dos citados pensadores.

Retomando-se a discussão inicial, não seria possível aprioristicamente determinar o que se iria encontrar ao longo do trajeto da pesquisa, se os rumos seriam de fato aqueles desejados, se o modelo interpretativo que se pretendeu traçar para dissecar o objeto de estudo manteve sua coerência, se o problema se mostrou consistente e se os resultados alcançariam a finalidade pretendida.

Ao partir para a realidade concreta, sair da teoria pura e especulação intelectual de que somos por diversas vezes vítimas, constatou-se a ausência do objeto como pensado na elaboração do problema. Ele, o objeto, mostrou-se como uma miragem no deserto, criando a ilusão de existência pela sede de encontrar algo, mas com a aproximação do observador, desvaneceu e sumiu.

De fato, o que se pode dizer é que, ao se defrontar com situações silenciadoras ou silenciadas, está-se diante de oportunidades de experimentar, de pôr em prática a teoria de que a experiência nasce do silêncio, e refletir sobre o que daí surgiu, do rompimento desse silêncio, da significação dada para o momento e qual papel foi desempenhado pela linguagem.

Restou, portanto, perquirir o significado desse silêncio e desse vazio representado pela ausência de editoras, de um mercado editorial. O que significa para a produção de livros, enquanto vetores de bens culturais locais e regionais, o fato de não existir um aparato situado dentro do Território que possa minimamente estimular a produção e circulação desses mesmos bens.

2 SEIDEL, Roberto Henrique. *Embates simbólicos: estudos literários e culturais*. Recife: Bagaço. 2007.

Assim, a preparação para a análise e interpretação do objeto de pesquisa serviu para realizar essas mesmas ações acerca da ausência do objeto.

No primeiro capítulo, apresenta-se um breve panorama sobre a trajetória da produção do livro, buscando situar o papel do editor e das editoras na elaboração desse produto, apresentando-o como um importante meio para a promoção do desenvolvimento humano. Ainda, desenvolve uma análise acerca do fazer dos editores e a influência que exerce sobre o mercado do livro ao determinar quais são os autores e obras que tem possibilidade de serem consumidos pelo mercado ou criando as demandas sobre determinados temas.

No segundo capítulo, analisa-se a noção de bens culturais situando-os na cadeia produtiva da cultura. Apresenta-se uma visão da ciência econômica acerca dos bens culturais, diferenciando-a da noção antropológica, demonstrando a ideia de uma evolução em sua noção, passando a assumir a perspectiva de capital disponível para a geração de riqueza. Também apresenta a ideia de economia criativa, seu surgimento e a incorporação do elemento cultural como potencializador do desenvolvimento econômico.

No terceiro capítulo, apresenta-se o percurso seguido para a realização da pesquisa, situando e caracterizando o Território de Identidade em que se desenvolveu a coleta de dados e informações. Faz-se análise e interpretação dos dados mostrando os resultados alcançados.

OS LIVROS E O MERCADO EDITORIAL

Inicia-se aqui uma breve incursão em um dos principais mecanismos responsáveis por impulsionar o desenvolvimento de tecnologias de que se tem notícia na história da humanidade: o livro. Logicamente, não se pode deixar de examinar conjuntamente outros aspectos que envolvem a existência material, ou mesmo virtual se pensarmos nos dias atuais, desse engendrado mecanismo.

Logicamente não existe aqui a pretensão de esgotar todas as possibilidades de analisar o livro. Apenas pretende-se situá-lo em uma lógica de importância para o desenvolvimento da história ocidental da cultura letrada, bem como seu desdobramento que fez surgir um mercado próprio e, atrelado a isso, o desenvolvimento da atividade de edição.

Optou-se por deixar de fora dessa construção a figura do autor. Em um outro momento, talvez, caiba explorar seu papel para o nascimento de uma obra. De igual modo, preferiu-se não discutir as relações simbólicas e processos cognitivos entre leitor e livro. Pretende-se mesmo desfilas brevemente pelos caminhos do livro de modo a apresentar a evolução de um mero suporte para relações inicialmente administrativas até um produto consumível por segmentos distintos da sociedade, que variam de uma informação sem maiores consequências até articulações de pensamentos revolucionários.

É certo que, ao menos até o momento, nenhuma obra nasce espontaneamente, sem a interferência de uma ação humana criativa. É preciso um trabalho intelectual para transformar um conjunto de vocábulos em um feixe de pensamentos com sentido e coerência que possa ser compreendido por outros, ou por outro lado, possa esconder as intenções reais de quem escreve.

Mas, o que se quer é a aproximação com o papel das editoras e dos editores na produção e circulação de livros, na criação de mercados e escolha dos aspectos culturais que serão consumidos e por quem.

NO RASTRO DOS LIVROS

Pensar e escrever são tarefas difíceis. Requerem um movimento antitético: estar atento às questões que te cercam, percebendo suas nuances e delicadezas, sentindo os perfumes e percepções de cada situação; ao mesmo tempo, requer que haja uma espécie de introspecção, quase um retiro espiritual, afastando-se do mundo e suas seduções. É tarefa solitária e dolorosa.

O movimento de pensar sobre uma determinada questão envolve certa dose de concentração e envolvimento. Alguma coisa chama sua atenção e desencadeia uma série de especulações acerca de determinado tema. É assim que um pensamento vai se juntando ao outro e, juntos, vão formando uma conexão para explicar ou tentar entender um determinado fato, fenômeno ou situação.

Queremos sempre entender as coisas, explicá-las, arrumá-las em uma sequência que faça sentido. O problema é quando nos deparamos com algo totalmente inusitado, estranhamente diferente, sem muita lógica e coerência, mas que se apresenta concretamente diante de nós.

Marilena Chauí (2010) proporciona uma degustação do que seja a reflexão a partir de um ponto de vista filosófico que se coloca aqui como ponto de partida de um pensamento auto questionador, trazido para fortalecer a argumentação que se vem trazendo até aqui. Então, segue:

Reflexão significa movimento de volta sobre si mesmo ou movimento de retorno a si mesmo. A reflexão é movimento pelo qual o pensamento volta para si mesmo, interrogando a si mesmo.

A reflexão filosófica é radical porque é um movimento de volta do pensamento sobre si mesmo para conhecer-se a si mesmo, para saber como é possível o próprio pensamento.

Não somos, porém, somente seres pensantes. Somos também seres que agem no mundo, que se relacionam com os outros seres humanos, com os animais, as plantas, as coisas, os fatos e acontecimentos, e exprimimos essas relações tanto por meio da linguagem quanto por meio de gestos e ações.

A reflexão filosófica também se volta para essas relações que mantemos com a realidade circundante, para o que dizemos e para as ações que realizamos nessas relações.¹

Assim, pensar exige de nós uma disciplina para direcionar, organizar, catalogar, classificar, separar, questionar os pensamentos que muitas vezes nos ocorrem de maneira livre, sem muitos requisitos. Pensamentos que simplesmente pululam em nossas cabeças e ficam ali dando voltas insistentes, sempre aprontando um pouco ou desviando nossa atenção. Pensar seria, dessa forma, um ato de tentar domesticar os pensamentos, ou ao menos de lhes dar uma direção.

Quando a ideia habita o reino do intangível, quando ainda é uma simples ninfa solta dentro das cabeças, parece que tudo está em seu devido lugar, que tudo se encaixa perfeitamente e com uma lucidez que não se encontra em canto nenhum deste mundo (ou de outros), com uma clareza tão grande que ofuscaria a luz do próprio sol. E assim é que se cria ânimo.

Busca-se por palavras que possam aproximar aquela imagem perfeita que se tem na cabeça, mas que, diante do arcabouço léxico de que se dispõe, pesam a angústia da imprecisão e a dificuldade da representação para que o signo e o significado caibam no mesmo lugar.

Dito isso, propõe-se pensar e escrever nesse momento sobre o pesquisador. O que está expresso nessas linhas são pensamentos acerca daquilo que se entende como sendo atributo de um fazer intelectual. O ato de pensar e o ato de escrever são inescapáveis. Barthes vai tratar a estes que usam a palavra como expressão dessa atividade do pensamento como escreventes e assim descrever sua relação:

Os escreventes, por sua vez, são homens "transitivos"; eles colocam um fim (testemunhar, explicar, ensinar) para o qual a palavra é apenas um meio; para eles, a palavra suporta um fazer, ela não o constitui. Eis pois a linguagem reduzida à natureza de um instrumento de comunicação, de um veículo do

1 CHAÚÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ed. Ática. 2010.

“pensamento”. Mesmo se o escrevente concede alguma atenção à escritura, esse cuidado nunca é ontológico: não é preocupação. O escrevente não exerce nenhuma ação técnica essencial sobre a palavra; dispõe de uma escritura comum a todos os escreventes, uma espécie de *koiné*, na qual se pode, é verdade, distinguir dialetos (por exemplo, marxista, cristão, existencialista), mas muito raramente estilos.²

Aqui, coloca-se uma interrogação: apenas o fato de exercer uma função ou cumprir uma tarefa que está tecnicamente associada ao uso do conhecimento teórico, sem implicações musculares diretas para sua consecução, servem como parâmetro para tal qualificação?

Os indivíduos que exercem uma tarefa em que tão simplesmente limitam-se a repetir um dado conhecimento, como que lendo um manual de instruções ou um guia didático está exercendo um trabalho intelectual? É necessário que o trabalho intelectual resulte em um determinado produto que possa ser apreciado do ponto de vista mercadológico? O trabalho intelectual deve ser livre e independente? É possível que o trabalho intelectual seja livre e independente?

A tradição ocidental-cristã consagrou o trabalho como um valor importante para a organização social e política dos grupos humanos, estabelecendo uma divisão de valor e importância entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, tornando aqueles que exercem um labor braçal subvalorizado e os que desempenham funções diversas, superestimado.

O intelectual, portanto, é alguém de quem se espera um desempenho diferente para a consolidação da coesão social. Alguém que ganhou status e prestígio, que não necessariamente se traduz em rendimentos econômicos, mas que também não se confunde com o restante.

A construção de um pensamento sistemático, analítico, perscrutador, dedicado a debruçar-se sobre questões que perpassam a vida, o cotidiano, inquirir aquilo que se apresenta como o óbvio e natural, capaz de dobrar-se sobre si mesmo para avançar sobre questões perturbadoras e inquietar-se com as colonizações que se insinuam sobre a vida comum de que somos signatários, esse parece ser o trabalho de um intelectual. Alguém com capacidade para avaliar seus próprios pensamentos.

A atividade intelectual está ligada à percepção de si dentro de um grupo, destacando-se a capacidade de autorreflexão e autocrítica, entendendo cada vez mais os limites do próprio pensamento e as condições para a atuação no meio circundante ou o afastamento sistemático dele.

As mesmas características que fazem do intelectual e sua labuta uma classe que se destaca - o posicionamento ativo perante os fenômenos da realidade -, quando direcionados para a própria sociedade, garante-lhe, no mínimo, um olhar desconfiado por parte das classes políticas e pelas elites econômicas, e uma incompreensão e certo desprezo por parte das classes subalternas, para quem, em uma análise rápida, deveriam interessar a atividade dos intelectuais.

Há um cultivo pelo desprezo para com as atividades que são associadas à produção de conhecimento, com a teoria e a teorização da vida, das organizações, dos grupos, das

2 BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 34-5.

representações, das políticas e dos políticos, das religiões, do cotidiano...

Esse desprezo ganha tons mais escuros quando essa atividade se pretende desenvolvida por elementos oriundos das próprias camadas subalternas - para quem é necessário trabalho duro e muito esforço para sobreviver. Para estes, a atividade intelectual é vista como um desperdício de energia em coisas inúteis ou como maneira dos preguiçosos de escaparem do esforço físico.

Trago aqui uma imagem citada por bell hooks, no início do texto intitulado *Intelectuais Negras*, publicado em 1995:

Vivendo numa sociedade fundamentalmente anti-intelectual é difícil para os intelectuais comprometidos e preocupados com mudanças sociais radicais afirmar sempre que o trabalho que fazemos tem impacto significativo. Nos círculos políticos progressistas o trabalho dos intelectuais raramente é reconhecido como uma forma de ativismo na verdade expressões mais visíveis de ativismo concreto (como fazer piquetes nas ruas ou viajar para um país do Terceiro Mundo e outros atos de contestação e resistência) são considerados mais importantes para a luta revolucionária que o trabalho mental. E essa desvalorização do trabalho intelectual que muitas vezes torna difícil para indivíduos que vem de grupos marginalizados considerarem importante o trabalho intelectual isto é uma atividade útil.³

Percebe-se na descrição da intelectual a situação contraditória e angustiante em que se encontra. Entrever um papel de mudança e de compromisso com a sociedade para alterar agendas políticas e sociais de maneira profunda, almejando uma transformação para além da superficialidade e das migalhas que são concedidas, ao mesmo tempo em que se sente imobilizada, impotente, desvalorizada e excluída dos processos significativos de revolução, visto que a sua contribuição (o trabalho intelectual, a análise dos aspectos obscurecidos das propostas e discursos, a reflexão perante um fato com fundamento em uma teoria) é considerada pífia e sem razão de ser. Não consegue alcançar as camadas elitizadas, visto que, no geral, posiciona-se de forma a questionar esse elitismo, e tampouco atinge as camadas desprivilegiadas da sociedade, de forma a que as suas reflexões possam gozar de consideração ao ponto de serem postas como ferramentas de luta e enfrentamento.

A figura do intelectual caracteriza-se pelo elemento da transposição das reflexões para o papel, em um esforço por materializar as teorias que desenvolvem, muitas vezes e quase sempre solitariamente, acerca dos estranhamentos ou admirações daquilo que conseguem perceber na sua realidade, em seu entorno. Estão comprometidos com suas reflexões e com os impactos que estas podem causar no mundo fenomênico. Acreditam que as ideias podem alterar o estado das coisas no mundo material. Segundo Antonio Gramsci:

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais.

3 hooks, bell. *Intelectuais Negras*. Estudos Feministas, Ano 3, 2º semestre, 1995. p. 464-65. Obs.: O itálico é derivado do próprio texto da autora.

Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual: por isso existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*.⁴

A fragmentação imposta historicamente entre a elaboração intelectual e o esforço muscular, no entanto, não tem o condão de transformar a ação do pensamento em uma atividade descolada da realidade. Sem querer adentrar em um debate acerca das diversas concepções de intelectuais, coaduno com a vertente que entende o intelectual como alguém capaz de se espriar na realidade e ao mesmo tempo distanciar-se dela, fazendo assim um duplo movimento de sentir e pensar indissociáveis que levam a buscar modificações, melhorias na forma como se processam as relações e suas imbricações. Nesse sentido, trago as palavras de bell hooks:

Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano optei conscientemente por tornar-me uma intelectual, pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta encarar e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade.⁵

Seguindo a perspectiva da intelectual bell hooks, pode-se pensar em um tipo de intelectual que não se enxerga apartado e acima da vida e da experiência da comunidade em que está inserido. Antes, busca experimentar e refletir sobre a multiplicidade de situações influenciadoras, limitadoras, direcionadoras e potencialmente prejudiciais, mas que trazem em seu bojo a possibilidade de crescimento, mudança, beleza, harmonia, vida e humanização. Aquele que consegue olhar para o monstro do tempo que abre a bocarra a lhe devorar, no ato mesmo da dilaceração, percebe que no estômago da fera aloca-se um número sem fim de pedaços e partes rearranjadas e prontas para gerar nova vida.

É desse ponto de vista que se pretende enxergar o intelectual que vem. Aquele que, sendo pessimista quanto ao seu próprio tempo, consegue perceber o lampejo de mudança a trazer uma nova configuração que se ergue da destruição e desordem na qual vive, capaz de acomodar a diversidade e a diferença e, em seu processo de transformação, criar a nova ordem a ser destruída, em um movimento contínuo e dinâmico inerente às comunidades humanas.

O que está por vir? Essa pergunta simples anuncia a dor e a agonia de olhar para um futuro com os olhos presos ao passado. É preciso, portanto, exercitar o deslocamento e o estranhamento das coisas temporais para pensar sobre o que ainda não existe, mas já se prenuncia no agora.

E onde se encaixam os intelectuais nessa arquitetura de coisas inexistentes? Para responder a essa pergunta, segue-se a pista deixada por estes em seus produtos: os livros. Neles, encontra-se a gravação dos pensamentos com que se antecipa o mundo que está

4 GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 1979. p. 07.

5 hooks, bell. *Intelectuais Negras*. Estudos Feministas, Ano 3, 2º semestre, 1995. p. 466.

por vir, que anuncia o futuro, mas também através deles elabora-se uma imagem sempre construída do passado, com dadas intenções ou para provar certos pontos de vista e, ao mesmo tempo, reveste-se o presente de perguntas e respostas sem fim. Aos livros, então.

OS LIVROS: UMA BREVE PERSPECTIVA

Muito provavelmente, desde o surgimento dos primeiros hominídeos, houve uma necessidade quase que orgânica de estabelecer um elo capaz de garantir um mínimo de sobrevivência entre os indivíduos que compunham um determinado grupo.

A necessidade de se deslocar, de se alimentar, de evitar o desconhecido ou o conhecido perigo dependia de uma forma de interação que pudesse ser apreendida e transmitida para a pequena agremiação. Colocada nos termos de hoje, essa interação dependeria em muito da capacidade de se comunicar, em mesma linguagem, com os mesmos referenciais – culturais, sociais, políticos, estéticos, religiosos etc.

O desenvolvimento da linguagem vai garantir aos sujeitos uma ferramenta poderosa de organização, manutenção e perpetuação da espécie e de seus aprendizados, que poderão ser transmitidos de um para o outro. Tal emancipação possibilitou ao ser humano romper com suas primeiras limitações em relação à natureza.

O uso da linguagem permitiu a descrição de elementos concretos captados pelos sentidos ao mesmo tempo em que, em um movimento interno, abriu espaço para expressão de sentimentos e sensações, impressões e imaginação. Os grupos humanos puderam se estabelecer em território fixo e desenvolver outras atividades e habilidades. Também aumentaram em número populacional e novas necessidades, entre elas, as atividades administrativas.

As atividades administrativas têm por exigência derivada de sua natureza, a manutenção de registros do que foi feito. Tal registro não poderia depender da capacidade de algum indivíduo para memorizar as informações, mesmo porque, ainda que assim fosse, a morte de tal indivíduo implicaria no apagamento da informação ou em sua modificação pela transmissão oral.

Nesse compasso, a necessidade de um meio eficaz de registrar determinados eventos estimulou o ser humano a criar e experimentar formas de gravar o conhecimento que se queria preservar, tendo que desenvolver ao mesmo tempo o padrão de linguagem a ser utilizada para registrar e o meio em que se daria o registro. Superando a escrita cuneiforme na Mesopotâmia, situamos a fabricação dos primeiros artefatos portáteis com a finalidade de armazenar dados a partir do Egito:

Podemos dizer que os primeiros designers de livros foram os escribas egípcios, que redigiam seus textos em colunas e já faziam uso de ilustrações. A escrita egípcia não era apresentada na forma de livro como o conhecemos, mas em rolos – as folhas de papiro eram coladas umas às outras e enroladas em forma de cilindro que chegava a medir 20 m de comprimento. [...] As origens do códice de pergaminho encadernado podem estar ligadas às antigas práticas gregas e romanas de conectar, ao longo de uma das margens, blocos de madeira cobertos por cera. As propriedades materiais do pergaminho propiciaram o desenvolvimento do códex. O pergaminho era feito

em tamanho maior que o frágil papiro e aceitava ser dobrado sem danificar.⁶

Assim, após um período de experimentação, chega-se aos ancestrais dos livros como meio mais eficiente e duradouro para a finalidade de manter as informações e conhecimentos preservados. Interessante observar a origem da palavra:

A palavra “book” deriva-se de uma velha palavra inglesa *bok* oriunda de “beech tree” (faia, tipo de árvore). Em português a palavra deriva-se do latim *liber*. Os saxões e os germânicos usavam as tábuas de faia para escrever, sendo a definição literal de um livro “tábua para a escrita”. O termo códex, usado para se referir aos livros ancestrais, como, por exemplo, os manuscritos bíblicos, tem origens similares. O termo caudex é a versão em latim para “tronco de árvore”, de onde se tiravam as tábuas que serviram como superfície da escrita. Quando nos referimos às folhas de um livro, estas nos remetem ao material orgânico da superfície de escrita usada pelos antigos estudiosos egípcios – as largas folhas planas das palmeiras egípcias eram usadas para esse fim. Mais tarde, com o advento do papiro, seus talos foram triturados, entrelaçados e secos, formando uma superfície adequada à escrita, portanto apta a receber tinta.⁷

Por si, a produção de um livro escapava do controle de um único indivíduo já nos seus primórdios. Entre o pensamento intangível e a materialidade de um determinado conhecimento, perpassavam diferentes sujeitos em atividades diversificadas para tornar palpável, manuseável, a ideia. Tornar possível transmitir de um indivíduo para o outro, ou mesmo para o próprio indivíduo deslocado tempos a frente, a informação precisa de um determinado acontecimento ou negócio, de uma determinada conclusão, de uma ordem, estratégia ou outras tantas coisas que a gravação da linguagem permitiria, tornou-se algo imensamente precioso para a humanidade.

A história do livro levou a uma segunda mudança tecnológica quando o códice substituiu o pergaminho, logo após o início da era cristã. Por volta do século III, o códice — isto é, livros com páginas que são viradas, em oposição a rolos de papiro que são desenrolados — se tornou crucial para a difusão do cristianismo. Ele transformou a experiência de leitura: a página surgiu como unidade de percepção e os leitores se tornaram capazes de folhear um texto claramente articulado, que logo passou a incluir palavras diferenciadas (isto é, palavras separadas por espaços), parágrafos e capítulos, além de sumários, índices e outros auxílios à leitura.⁸

Portanto, o livro, ainda em seu nascedouro, vai inaugurar uma nova dinâmica nas relações dos indivíduos com a produção de padrões de linguagem, com a estética e com o manuseio. Simultaneamente, abre-se um interstício que se desdobra em fendas, primeiro entre aqueles que capazes de decifrar a codificação e aqueles que não podem, e a partir daí ramos bastante diversificados, como entre quem mesmo decodificando pode ou não ter acesso, entre quem produz o que está escrito e quem apenas consome o produzido, entre quem produz o escrito e quem detém o direito de guardá-lo etc. São inúmeras as

6 HASLAM, Andrew. *O livro e o designer II: Como criar e produzir livros*. Trad. Juliana A. Saad e Sergio Rossi Filho. 2ª ed. São Paulo: Edições Rosari, 2010. p. 6.

7 Idem, p. 6.

8 DARNTON, Robert. *A questão dos livros: Passado, presente e futuro*. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 34.

ramificações possíveis.

O livro passa a ser um mecanismo tanto de difusão quanto de ocultamento das informações, criando uma espécie de círculo restrito de iniciados nas artes da leitura. Isso se reflete na organização social e na realização das atividades econômicas e cotidianas. O domínio da competência para decifrar as inscrições insculpidas seja nos pergaminhos, seja nas páginas do códice estabelece relações de poder entre os indivíduos.

A atividade de produção e organização dos códices, ou mesmo dos pergaminhos, já em seu surgimento e apesar de seus rudimentos, anunciava a necessidade da organização de um determinado sistema para a realização da empreitada: tratamento das peles ou das faias de madeira, ou fabricação do papiro como material onde seria registrada a informação, os materiais para acabamento, a tinta etc., todos os processos. Ao longo dos séculos, há quase uma estagnação na forma como o livro é feito.

Até o século XV, os livros são manuscritos, artesanais, trabalhosos e caros. Era feito por um indivíduo que dedicava um tempo excessivamente longo para conseguir terminar um único exemplar. Esse trabalho alongava-se ainda mais nas obras que contavam com um trabalho artístico mais elaborado, com gravuras e decorações nas páginas, bem como a gravação na capa de couro de algum detalhe de acabamento. Ainda assim, apesar de todo o trabalho necessário para dar vida a um único volume, os livros alcançaram um papel relevante dentro da dinâmica social do ocidente.

As consequências da invenção do alfabeto são absolutamente consideráveis. Primeiro, Platão e Aristóteles insistem sobre o fato de que a fala está, de agora em diante, fixada e que uma crítica em relação a ela torna-se então possível, ainda que, na civilização antiga, o problema essencial resida sempre na matriz da comunicação oral (daí a importância da retórica, depois da maieutica socrática, que conduzirá a dialética). A *posteriori*, as consequências da aparição da escrita foram descritas por Jack Goody: "É a transcrição da fala que permite claramente separar as palavras, manipular a ordem e desenvolver assim as formas silogísticas de raciocínio". Para Goody, a escrita alfabética conferiu ao ocidente sua forma lógica, pois ela combina três elementos: - possibilidade de emprego universal e eficiência (uma vez que o número de signos é muito limitado): de onde a democracia possível, pois cada um pode bastante facilmente aprender a ler; - a abstração da lógica analítica sobre a qual a escrita se funda; - enfim, a possibilidade de uma ampla difusão dos usos da escrita e a constituição de uma verdadeira cultura escrita.⁹

A invenção da imprensa de tipo móvel por Johannes Gutemberg trouxe uma nova perspectiva para o livro. Em primeiro lugar, porque tornou possível uma produção em maior escala com uma redução do tempo e do esforço; em segundo, porque potencializou a divulgação de conhecimentos para um número maior de pessoas; em terceiro, estimulou a curiosidade e o desejo de indivíduos diversos acerca do conteúdo dos livros, o que apontou para a criação de espaços para aprender a ler; em quarto lugar, permitiu que textos, ideias, discursos, conhecimentos e estudos fossem difundidos, o que certamente não ocorreria caso o sujeito autor tivesse que também ser o escriba, fabricante de seus livros.

O desenvolvimento do setor livreiro esteve amplamente associado a criação das universidades. A ampliação do uso da palavra escrita como meio de elevar o espírito através

9 BARBIER, Frédéric. *A história do livro*. São Paulo: Paulistana, 2009. p. 33.

do conhecimento acumulado nos códices, sistematizou o ensino e a forma de aprender.

A forma do livro, já definida pela criação do códice, com um esquema de folhas que podem ser manuseadas com o movimento de uma das mãos, liberando a outra para anotações, não se altera substancialmente, mantendo-se fiel à sua ideia original até o momento presente.

Pense no livro. Sua resistência é extraordinária. Desde a invenção do códice, por volta do nascimento de Cristo, provou-se uma máquina maravilhosa — excelente para transportar informação, cômodo para ser folheado, confortável para ser lido na cama, soberbo para armazenamento e incrivelmente resistente a danos. Não precisa de upgrades, downloads ou boots, não precisa ser acessado, conectado a circuitos ou extraído de redes. Seu design é um prazer para os olhos. Sua forma torna o ato de segurá-lo nas mãos um deleite. E sua conveniência fez dele a ferramenta básica do saber por milhares de anos, mesmo quando precisava ser desenrolado para ser lido (na forma de rolos de papiro, diferentemente do códice, composto de folhas reunidas por encadernação) muito antes de Alexandre, o Grande fundar a biblioteca de Alexandria em 332 a. C.¹⁰

A apreensão de conteúdos e ideias se dá por intermédio de um veículo físico que não interage diretamente com o seu interlocutor. O diálogo entre o autor e o leitor acontece apenas na imaginação daquele que lê. Mesmo as imagens, gravuras, fotos, gráficos são elementos passivos que se submetem à capacidade do indivíduo de compreendê-los e interpretá-los. Portanto, pressupõe um contato anterior com os signos e os significados neles figurados, um conhecimento prévio.

A partir da implementação do desenvolvimento de tecnologias computacionais interativas, com capacidade de armazenamento inúmeras vezes superior ao suporte físico fornecido pelo papel, além de conectividade com uma rede virtual de computadores, onde milhões de terabytes de informação das mais variadas fontes, formas e padrões, que podem ser acessados ao alcance de um clique, a ideia do livro alcançou um patamar de mudança sob variados pontos de vista: da possibilidade de elaboração de uma ideia com a participação instantânea de diferentes atores até a criação do livro digital em formatos dos mais diversos.

Os *e-books* modificaram tanto o suporte físico em que circula a escrita, que vai desde um celular *smartphone* até a possibilidade de leitura em uma *smart tv*, quanto a própria elaboração do conteúdo e as diversas atividades envolvidas no processo de criação e circulação.

Passamos pela era Gutenberg, pelo desenvolvimento da imprensa, e chegamos aos *eBooks*, que simplesmente estão transformando o modo de ler os livros no mundo. É o texto eletrônico dando forma nova às histórias [com imagens, sons e viagens paralelas — links]. São milhares de letrinhas que, juntas, formam o pensamento da história humana, e que pode ser acessado de maneira muito rápida e prazerosa, num aparelho que cabe na palma da mão. Uma forma antes imaginada nos filmes de ficção científica e nos desenhos da Família Jetson, mas que só agora é possível, exatamente por

10 DARNTON, Robert. *A questão dos livros: Passado, presente e futuro*. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 75-76.

causa da convergência pós-Internet.

Talvez não haja nenhuma ruptura, e talvez tudo isso seja apenas a continuidade natural que deveria existir na evolução entre o texto manuscrito, impresso até o eletrônico.

No entanto, entre a cultura do manuscrito e a do texto impresso, o livro passou por diversas transformações, mas em toda sua história nada é comparado à Revolução dos *eBooks*.¹¹

O formato digital, com as probabilidades de conexões, rompe com o padrão anterior do livro. Se antes era necessário algum conhecimento previamente estabelecido para apreender a totalidade das informações, no formato interativo isso tende a mudar, pois cada um poderá ir criando os caminhos para compreender a informação, acessando *hiperlinks*, vídeos, comentários etc.

Além disso, as modificações requerem que novos suportes materiais sejam adicionados ao ato de ler um livro. Não se trata mais de sentar em uma poltrona ou deitar-se em uma rede, de escolher um canto sossegado e desfrutar o prazer da leitura. Agora, a leitura digital depende de uma infraestrutura que ofereça minimamente a possibilidade de conexão com a internet e algum aparelho pensado para essa finalidade.

A promessa que esses players mais modernos oferecem é atraente: portabilidade; capacidade de armazenamento de incontáveis títulos em um mesmo dispositivo, incluindo aí a capacidade sem par de indexação das informações contidas em uma obra; abertura para conter as anotações pessoais do leitor, entre outras ferramentas que se convertem em vantagens, se comparadas ao livro em sua versão em papel.¹²

Certamente que a produção do livro na era digital empurrou as fronteiras de todos os processos envolvidos em sua elaboração, bem como obrigou a reformulação dos papéis dos agentes envolvidos tanto no ato de pensar suas formas e conteúdos quanto em sua distribuição e circulação. A veiculação de ideias, informação e conhecimentos continua sendo, entretanto, a matriz fundamental para a gestação desse produto.

O livro não vai perder suas características e deixar de ser livro só porque está mudando ou surgindo um novo suporte. [...] A grande sacada de usar a tecnologia inventada pelo homem nesses últimos trinta anos é a de democratizar a leitura. Simplesmente levar a leitura a todos os que querem e precisam ler. [...] O que faz de um conteúdo ou um conjunto de informações um livro é a maneira como este foi concebido desde Gutenberg. O livro como entendemos hoje — com páginas, capa, orelha, sumário etc. — desapareceria se não fosse tão importante manter suas características.¹³

Um aspecto que merece atenção é uma das perspectivas para as quais o livro físico tinha função específica: estabelecer um padrão de linguagem uniforme entre aqueles com o domínio da língua escrita. No contexto do livro digital e suas interfaces, pode-se questionar

11 PROCÓPIO, Ednei. *O livro na era digital: O mercado editorial e as mídias digitais*. São Paulo: Giz Editorial, 2010. p. 21

12 PROCÓPIO, Ednei. *O livro na era digital: O mercado editorial e as mídias digitais*. São Paulo: Giz Editorial, 2010. p. 33

13 Idem, p. 152

a imposição de uma língua comunicacional no mundo virtual, o inglês. O uso da língua pode incidir na assimilação da cultura a ela inerente e apagamento, talvez, da cultura local.

[...] De fato, como pensar a língua desse novo “congresso do mundo” tal como é construído pela comunicação eletrônica? [...] ao domínio de uma língua particular, o inglês, como língua de comunicação universalmente aceita, dentro e fora da mídia eletrônica, tanto para publicações científicas quanto para os intercâmbios informais da rede. Ela é usada também no controle, por parte das empresas multimídias mais poderosas – isto é, americanas –, do mercado das bases de dados numéricos, dos *web sites* ou da produção e difusão da informação. Como na utopia aterrorizante imaginada por Borges, tal imposição de uma língua única e do modelo cultural que traz consigo pode conduzir à destruição mutiladora das diversidades.¹⁴

Um aprofundamento nessa questão merece um espaço próprio de pesquisa. Nesse espaço, tão somente sinalizou-se como um provável desdobramento das mudanças provenientes na forma como se lê.

Até o momento, desenhou-se uma trajetória do livro, levando-se em consideração os aspectos de sua fabricação e suporte físico. Tratou-se rapidamente acerca dos materiais utilizados para criar a base em que se grava a escrita, alguns desenvolvimentos técnicos e tecnológicos que ampliaram o seu alcance e, deixaram-se algumas migalhas que apontam para a criação de uma atividade econômica que gira em torno dele.

O surgimento do livro, enquanto meio de circulação de um bem imaterial que não se confunde com o artefato em si, criou também um mercado, por assim dizer. O domínio de determinadas habilidades, a capacidade para articular os interesses, o empenho na divulgação, as estratégias para a circulação e venda, o controle financeiro, os conflitos pela proteção de determinados direitos de exploração etc., tudo isso passou a constituir um nicho.

O estabelecimento de uma estrutura de consumo de uma cultura escrita, com o passar dos anos e a ampliação dos meios educacionais, potencializou o mercado do livro. Surgem as editoras e os editores profissionalizando a atividade. É destes de que se fala nas linhas a seguir.

O MERCADO EDITORIAL: DO TRADICIONAL AO DIGITAL

Quando se tem às mãos um livro, seja impresso ou digital, temos um produto acabado com o qual travamos um diálogo - algumas vezes árido – e, a partir do qual estabelecemos relações que vão do cotidiano ao acadêmico. Diz-se que a leitura amplia os horizontes.

O que muitas vezes não está óbvio, e dificilmente vai se pensar sobre isso, é qual foi a trajetória para que aquele produto estivesse sendo consumido naquele formato, com aquelas cores, com aquele tipo de letra (ou fonte, como se diz na linguagem digital), com aquelas ilustrações; não se questiona sobre os processos que estiveram presentes desde

14 CHARTIER, Roger. Línguas e leituras no mundo digital. 2002. In: CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002. p.15-16.

a concepção até a finalização, as estratégias de marketing e, muito menos, por que foi escolhido aquele conteúdo e não outro entre os muitos que possivelmente haveriam.

A cadeia produtiva do livro envolve desde o autor e sua criação, passando pelos vários trabalhos de edição, até a comercialização. São múltiplas funções e tarefas para se chegar ao produto final. Podem ser executadas por várias pessoas ou uma só. É possível que haja uma editora que se responsabilize pela maior parte dos procedimentos ou que o autor seja ele próprio o editor e comercializador de sua obra.

A atividade de editor e as editoras nascem da observação de uma necessidade criada a partir da difusão do livro como elemento que encerra em si as chaves para o desenvolvimento da cultura geral. Desde o surgimento, o livro ocupou um lugar importante na organização da cultura ocidental, refletindo-se na forma como o conhecimento passou a ser armazenado e transmitido, influenciando no pensamento e percepção de boa parte do mundo acerca de quase tudo.

O livro impresso tem sido um dos meios mais poderosos para a disseminação de ideias e mudou o curso do desenvolvimento intelectual, cultural e econômico da humanidade. Pode-se ter uma medida dessa influência apenas considerando-se alguns deles: a *Bíblia*, o *Corão*, o *Manifesto Comunista*, *Quotations from Chairman Mao Zedong* (o famoso Pequeno livro vermelho de Mao Tsé-tung) e o *Mein Kampf* (Minha luta) de Hitler [...] Ainda que seja impossível quantificar a influência coletiva desses livros na vida de milhões de pessoas ao longo da história, fica claro que estabeleceram muitas das bases religiosas e políticas de grande parte do mundo moderno.¹⁵

As primeiras tipografias foram os laboratórios onde o aprendizado das funções imbricadas na fabricação do códice aperfeiçoaram-se e ampliaram-se. A impressão de um volume dependia, como depende até hoje qualquer publicação, de um constante diálogo com o autor para se chegar ao consenso de qual deve ser a forma final a que se quer chegar. Isso envolve decisões relacionadas a disposição do texto na página, posicionamento de gravuras, tipos, acabamentos, além da percepção de quem é o destinatário da obra e suas características.

Em uma de suas obras, Roger Chartier, comentando uma obra de Cervantes, destaca da literatura a percepção acerca da atividade desenvolvida em uma oficina tipográfica, que aqui se pode aproveitar em sua integralidade:

[...] no romance de Cervantes a presença da tipografia é mais do que um simples cenário para o enredo. Ela inscreve no próprio livro o lugar e o processo que torna possível sua publicação. [...] Nesse sentido, a visita de Dom Quixote à tipografia, em Barcelona, é uma dessa “*magias parciais*” que inquietam profundamente o leitor do romance, eliminando a evidente, empírica distinção entre esses dois mundos.

Ao entrar na oficina, Dom Quixote vê “*toda aquella máquina que em las empressas grandes se muestra*”. Cervantes introduz o leitor na divisão e na multiplicidade de tarefas que caracterizam o processo de impressão: Dom Quixote “vio tirar em uma parte, corrigir em outra, componer em esta, emendar

15 HASLAM, Andrew. O livro e o designer II: Como criar e produzir livros. Trad. Juliana A. Saad e Sergio Rossi Filho. 2ª ed. São Paulo: Edições Rosari, 2010. p.12

em aquela". Os verbos espanhóis usados por Cervantes designam diferentes operações feitas por diversos operários: tirar par o impressor, "corregir" para os revisores de provas, "componer" e "enmendar" para os tipógrafos.¹⁶

Mas não só ao trabalho dentro das oficinas tipográficas estava circunscrita a produção de um livro. As negociações do material a utilizar na impressão, principalmente do papel, além de estabelecer estratégias para a venda incorporavam-se as atividades a cargo dos editores. Para um olhar despretenso e desatento, pode ser que não se perceba a complexidade que envolve o fazer do editor. Isso já era realidade nos séculos anteriores.

Lidar com múltiplas ocupações das quais dependiam o sucesso da empreitada, equilibrar custos de produção, enfrentar as intempéries e ainda conseguir espaço no mercado editorial, ofertando produtos competitivos e acessíveis para uma parcela da população não são as únicas obrigações com que tem que se responsabilizar.

Assim, desde o século XVIII, o desenvolvimento de um mercado editorial esteve intimamente atrelado ao empenho de editores, que passaram a enxergar na atividade de publicação e venda, um setor econômico possível, ainda que boa parte da população fosse iletrada. Em uma releitura de sua obra, Chartier (2008) assim descreve:

Poderia continuar falando indefinidamente sobre a questão do papel, mas o ponto que eu quero abordar diz respeito a algo diferente: a construção da complexidade das atividades cotidianas dos editores. Eles habitavam um mundo que nós não podemos imaginar, a menos que leiamos seus arquivos e estudemos seus negócios a partir de dentro. Sua correspondência os revela lutando com as complicações dos problemas em muitos aspectos de seu negócio. Eles não dispunham de condições de concentrar-se exclusivamente em um problema, porque cada elemento de seu negócio pesava sobre os demais e as partes funcionavam simultaneamente para determinar o sucesso do todo. A tabulação diária ou semanal de entradas nos seus livros de contabilidade — registros sofisticados cuja aritmética eu pude refazer a fim de seguir sua lógica — lembrava-os que eles deviam coordenar uma variedade de atividades inter-relacionadas para que, quando o estoque fosse retirado e os balanços de contabilidade feitos, eles obtivessem lucro.¹⁷

De logo se vê que a atividade do editor não é uma atividade meramente intelectual, nem tampouco pode ser classificada como uma atividade mecânica ou repetitiva. É, também, atividade empresarial¹⁸ que requer o aperfeiçoamento de um padrão de ações conjuntas. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que o papel desempenhado por ele ultrapassa a fronteira do meramente comercial.

Segundo Haslam (2010)¹⁹, pode-se separar os papéis dos profissionais que estão envolvidos no ato colaborativo de fazer o livro, levando-se em consideração uma grande

16 CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto São Paulo: Unesp, 2002.p. 34-35.

17 CHARTIER, Roger. *O que é a história do livro?* Revisitado. 2008. p. 159.

18 Adota-se aqui o conceito jurídico de atividade empresarial extraído por interpretação do Código Civil Brasileiro de 2002, em seu art. 966, sendo esta a organização econômica dos fatores de produção desenvolvida por pessoa natural ou jurídica para produção ou circulação de bens ou serviços através de um estabelecimento empresarial que visa o lucro.

19 HASLAM, Andrew. *O livro e o designer II: Como criar e produzir livros*. Trad. Juliana A. Saad e Sergio Rossi Filho. 2ª ed. São Paulo: Edições Rosari, 2010.

editora. Aqui enumera-se: autor, agentes literários e bancos de imagem, editor, escritórios de produção editorial, editor de aquisições, editor de textos, revisor de provas, consultor técnico, revisor técnico, diretor de arte, designer, pesquisador de imagens, gerente de licenciamento, ilustradores, fotógrafos, cartógrafos, gerente de direitos autorais, gerente de marketing, gerente de produção editorial, impressor, empresas de acabamento gráfico, encadernadora, gerente de distribuição, divulgadores e varejista.²⁰

Nos primeiros contatos com o autor, o editor tem que perceber se o material que está sendo apresentado tem potencial para virar uma mercadoria. Ao mesmo tempo, deve ser capaz de materializar a ideia em um formato atraente, de fácil distribuição. Ainda, caso o mercado para tal mercadoria ainda não exista, tem que ter a habilidade de estimular a criação de um nicho onde aquele produto possa ser comercializado.

O mercado editorial tradicional segue uma determinada dinâmica. O autor elabora uma obra e procura um determinado editor. Este avalia o material e, caso considere que vale a pena dedicar algum tempo e trabalho naquele material, propõe uma negociação com o autor. Caso esse editor represente uma determinada editora, encaminha o material para a companhia que se encarrega do processo produtivo do material, do marketing, dos contatos com os pontos de venda, com a distribuição e o controle dos estoques, além da financeirização do negócio.

Nesse passo, a avaliação do que será ou não publicado e vendido, depende de uma avaliação do interesse mercadológico. O fato de alguém elaborar um trabalho inédito seja em que área for do conhecimento humano, de poesia à ficção científica, do cotidiano ao acadêmico, não significa que automaticamente despertará o interesse de editores e editoras em sua publicação. Tudo isso depende da visualização de que haverá um resultado lucrativo da empreitada.

Para produzir um livro de êxito, não bastava, entretanto, escolher um texto com mérito. Naquela época, como hoje, um livro precisava de um aparato e de um desenho apropriados para tornar evidente o seu potencial pleno. Vespasiano mencionou, por exemplo, que Francesco di Lapacino, de Florença, havia entrevisto o potencial interesse de um texto muito rico mas muito difícil: a *Geografia*, de Ptolomeu, que fora traduzido para o latim no início do século XV mas desde então havia sido ignorado porque “o texto não era acompanhado de pinturas[ilustrações]”. [...] Francesco incumbiu-se “de fazer a pintura à mão” e de fornecer os equivalentes latinos dos nomes gregos de lugares. Desse modo, ele deu ao grande atlas de Ptolomeu a que veio a ser a sua forma canônica imensamente popular.²¹

No entanto, esse modelo de negócio deixou de ser interessante. Por que esperar que uma determinada ideia seja produzida espontaneamente e faça o percurso acima descrito? Mais auspicioso determinar de antemão quais são as demandas ou criá-las e então buscar os autores que se encaixem nessa perspectiva.

Nesse sentido, os editores e editoras deslocam seus papéis para uma outra instância: criar os mercados em que ofertarão as suas publicações, escolhendo o que deve

²⁰ Para o detalhamento de cada atividade, sugere-se a leitura da obra.

²¹ GRAFTON, Anthony. O leitor humanista. In: CAVALLO, Guglielmo. CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental 2*. 1999. p.19.

ou não ser consumido pelos leitores, através de operações de marketing e publicidade, e promoções quase sensuais de seus produtos.

Não se trata simplesmente de satisfazer um público a partir de seus desejos e vontades, gostos e preferência. O que se faz é justamente incutir nos leitores determinados anseios, levando-os a gostarem daquilo que dizem que ele deve gostar, do que está na moda, o que está sendo lido no mundo inteiro por pessoas que servem de referência ou modelo de sonhos.

Tal movimento significa em termos práticos que a circulação de determinadas ideias e conteúdos, escolhidos antecipadamente, terão um impacto maior sobre a formação da cultura letrada da população, enquanto que outras tantas ideias jamais alcançarão um número significativo de indivíduos ao ponto de serem referenciadas na sociedade.

Assim, a atuação empresarial no mercado editorial acaba por ser uma incursão em esferas da vida para além do meramente comercial. Trata-se mesmo de uma colonização, por assim dizer, de boa parte do pensamento, dos gestos, dos hábitos, do vocabulário, das expressões, das representações, das ideias, e conseqüentemente, das expressões culturais.

Uma vez que os objetos de consumo são previamente estabelecidos, seguindo um padrão pensado para estimular o consumo e garantir a lucratividade, há um movimento no sentido de que os autores virem “operários” do mercado das publicações – claro que não se está a dizer que todas as publicações são meramente encomendas e que todos os autores trabalham segundo elas. Há espaço ainda, ao menos deve-se acreditar, para o pensamento autônomo e a liberdade de criação intelectual.

O crescimento do mercado editorial no Brasil, já em meados do século XIX e no século XX, pautou-se na ideia de ofertar mercadorias a preços acessíveis e que garantisse uma lucratividade razoável. A reprodução de obras tidas como sucesso na Europa e o interesse por narrativas brasileiras que agradassem ao gosto popular e significassem um bom número de vendas era o fator determinante para a publicação.

A ideia era comercializar obras impressas em papel barato, capa mole e de fácil leitura, que pudessem ser vendidas por preços acessíveis. Por isso, proclamavam os editores: “Não vale hoje a desculpa de que não se pode ler porque o livro é caro!”. [...] Além de oferecerem aos leitores uma enormidade de traduções baratas de clássicos e autores de sucesso na Europa, os editores intensificavam seu interesse pelas narrativas brasileiras, que pudessem prender a atenção do maior número possível de leitores. Na verdade, interessavam-se pelos gêneros e narrativas capazes de alcançar índices significativos de venda. Isso porque o melhor livro passava a ser, aos olhos desses comerciantes, aquele que mais vendia.²²

Interpretar o meio cultural em que está inserido para antever qual é a tendência de determinada população, estar atento as repercussões de determinados fatos e eventos, entender quais são os temas que despertam paixão, ódio, empatia, sensibilidade, conectar-se com as expectativas e esperanças de grupos, e depois transformar tudo isso em um bem consumível, forjando experiências impressas nas páginas de um livro – ou de um

²² EL FAR, Alessandra. *O bom negócio do livro no século XIX*. 2014. p. 49-50. In: Revista Observatório Itaú Cultural - N. 17 (ago/dez. 2014). - São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

e-book – constitui-se em serviço agregado às editoras e editores.

As mudanças nas mídias em que circula a cultura letrada causam impacto profundo sobre o mercado livreiro. Já não se trata de pensar somente sobre os materiais físicos para a publicação de qualquer coisa (romances, periódicos, livros didáticos, livros acadêmicos, quadrinhos etc.) mas de agregar outras linguagens e de se precipitar na produção de uma miríade de produtos derivados. Não se restringe a pensar nos pontos de venda tradicionais, mas de vincular-se ao marketing eletrônico para atingir aos mais longínquos vilarejos.

A tecnologia de produção de livros impressos é totalmente difundida. O setor editorial, porém, está gestando uma inovação que altera profundamente a natureza de seu produto e que vai impactar, em variados aspectos, todas as suas atividades e as de sua cadeia produtiva. Inicialmente batizada de livro digital, ou *e-book*, tal inovação não consiste apenas na mudança para uma nova forma de apresentar o conteúdo dos livros impressos, mas em uma transformação radical que vai modificar todo o processo de criação autoral, produção, publicação, distribuição, consumo etc.²³

A preocupação com a criação de demandas no mundo virtual obedece a uma estrutura lógica diferente. O leitor do livro impresso e, portanto, seu consumidor, não é o mesmo leitor dos livros digitais e eletrônicos. Ainda que se trate de uma mesma pessoa, o comportamento em relação ao meio físico e as possibilidades que ele oferece são diferentes.

A limitação existente para o conteúdo impresso em livros – que pode contar com textos, imagens, fotografias, gráficos etc. mas não pode, por exemplo, englobar vídeos e sons – fica superada com a produção de todos esses conteúdos em formato digital. A adoção desse denominador comum para todas as formas de conteúdo torna possível sua apresentação em um único formato. Não o impresso, mas o digital.

E o formato digital traz ainda uma segunda vantagem. Por intermédio dos dispositivos de leitura (*e-readers*), é possível incorporar à experiência da leitura e ao universo dos livros (*e-books*) mecanismos de interatividade já desenvolvidos em outras áreas que lidam com o formato digital. Os *e-books* podem: dispor, por exemplo, de instrumentos de busca e consulta de informações complementares desenvolvidos no campo das tecnologias da informação e comunicação (TIC); incorporar o compartilhamento em redes; ou ainda oferecer dispositivos aplicados a games, que podem tornar muito mais atrativa a leitura para crianças e jovens.²⁴

A incorporação de amplas possibilidades ao conceito de livro, altera intimamente a experiência da leitura e a forma como a informação é disseminada. Em tempo real, o leitor pode acessar um repertório de outras fontes para se posicionar frente ao conteúdo que se apresenta. Abre-se o questionamento acerca dos impactos que a ampliação dos dados disponibilizados pelas conexões no mundo virtual possa trazer para a formação sólida do conhecimento. Sendo ainda recente, paira alguma desconfiança de que o excesso

23 MELLO, Gustavo. *Desafios para o setor editorial brasileiro de livros na era digital*. 2014. p. 245. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>>. Acesso em: 21 out 2016.

24 MELLO, Gustavo. *Desafios para o setor editorial brasileiro de livros na era digital*. 2014. p. 245. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>>. Acesso em: 21 out 2016.

de informações acabe por criar uma fragilidade no aprofundamento do conhecimento, mantendo os indivíduos sempre no raso, sem condições de mergulhar mais fundo, uma vez que as diversas conexões remetem para outros tantos dados.

Nesse sentido, os editores e editoras passarão a funcionar com maior agudeza na gestão das informações e conteúdos, utilizando programas que hierarquizem os conteúdos pesquisados segundo padrões predeterminados, que na prática significa selecionar quais conteúdos importam mais, quais importam menos e quais não importam.

O destino a que se propõe um escrito qualquer, seja qual for a sua natureza, é alcançar os olhos de um leitor. O trabalho de escrever não faria sentido algum se no outro extremo não houvesse o trabalho de ler. Estabelece-se um diálogo, intermediado por um objeto físico, com matizes tão diversas quão diversa for a composição do universo cultural, político, estético, social etc. de quem lê.

Nesse ponto de cruzamento, onde se encontram o livro e o leitor, algumas inferências poder ser alcançadas. Embora o ato de ler e seus desdobramentos não seja diretamente o objeto de estudo de que trata esse trabalho, uma breve incursão se faz necessária. É o que se segue.

Ao anunciar o livro como um dos mecanismos mais importantes para o avanço da civilização ocidental por ser, principalmente, veículo de consolidação da linguagem, e com isso estabelecer parâmetros para o desenvolvimento do conhecimento e construção de expressões culturais, abre-se de imediato o espaço para conversar sobre a outra face da moeda: a interação.

De logo, esclareça-se que não se sugere aqui a passividade do sujeito-leitor perante o conteúdo de sua leitura. Antes, ao entabular exposições sobre o mercado livreiro, pretendeu-se criar bases para discutir o papel que desempenham os responsáveis por pensar a forma comercial do livro na formação/deformação, construção/destruição, avanço/retrocesso das culturas.

Usando de uma analogia bem conhecida, o animal que for melhor alimentado, este terá mais força e sobreviverá. Ao pautar a política de publicações de obras na capacidade meramente comercial que ela possa alcançar, é possível que seja reforçada, por exemplo, uma cultura de morte indesejável perante a sociedade, mas que tem potencial de vendas elevado.

Essa constatação, obviamente, deixa de fora o papel desempenhado pelo indivíduo ao estabelecer aquilo que por ele é tido como relevante, agradável e desejável. Desse ponto de vista, o consumidor nada produz, não interfere de nenhum modo no resultado de sua interação com o que foi consumido.

Certamente que isso não pode ser radicalizado dessa maneira. Mas o ponto de onde se quer questionar não diz respeito tanto aos processos implicados no ato de ler ou de desler, da participação ativa ou passiva do sujeito. O que se quer é chamar atenção para o fato de que, embora possa ser ativo no momento de sua leitura, a quantidade e a qualidade do que é produzido e colocado a sua disposição, por operações de propagandas sempre muito estimulantes, acaba por refletir-se em seus posicionamentos.

A formação cultural em uma organização social que se desenvolveu ao redor da cultura escrita não pode prescindir de reconhecer na atividade livreira importante ponto de

apoio. A concepção de uma obra escrita, como já se disse alhures, não está restrita tão somente ao conteúdo. Aliás, a própria concepção do que vem a ser o conteúdo precisa ser alargada. As ideias são apresentadas em uma embalagem que precisa ser digerida primeiramente através do sentido da visão.

Muitas pesquisas do setor produtivo do livro dizem respeito aos efeitos das cores nas decisões de determinados grupos de pessoas, a combinação de formas geométricas, o padrão de letras, a utilização de imagens, a proporcionalidade - padrão áureo - que estimula o desejo de comprar, sensação de equilíbrio e bem-estar, o número de palavras em cada linha e a quantidade de linhas de um parágrafo etc.

O conteúdo de uma produção escrita é exaustivamente pensado em suas várias vertentes e combinações possíveis. Logo, são elaborados sistemas para baixar a guarda do consumidor e fazer com que ele prefira este e não aquele. A primeira decisão sobre o que será lido nem sempre é uma deliberação consciente e livre do indivíduo. Com isso, derrubados os primeiros muros, tem-se às mãos, muitas vezes, um produto que de outra forma jamais faria parte do repertório dessa pessoa.

Ao olhar para o avanço das tecnologias computacionais e as inovações técnicas que surgiram a partir do advento da internet, teremos ampliada a chance de que determinado leitor seja capturado pela rede das mídias interativas agregadas ao livro eletrônico. Nesse caso, é de se supor que quanto maior for o número de interações via mundo virtual proporcionado pelo suporte, maior será o potencial de atrair consumidores para aquele conteúdo.

PONTO DE ENCONTRO: CULTURA E ECONOMIA

A propósito de iniciar uma análise da intersecção entre a cultura e a economia, para pensar sobre como essas duas entidades se conectaram e produziram um novo domínio, tanto do conhecimento científico quanto das práticas mercadológicas, impõe-se inicialmente pensar sobre a noção de cultura que serve de base para tal empreitada.

Conceituar cultura não é tarefa das mais simples. As ciências ligadas às humanidades há muito disputam por uma concepção que possa ser assumida como a mais coerente e precisa, de modo a se sobrepor a outras, menos complexas e de curto alcance. O despertar das luzes no século XVIII entendia a cultura como sendo tudo, todo fazer humano. Todo resultado da existência humana. É possível ainda hoje encontrar os resquícios desse pensamento aqui e acolá. No entanto, a conclusão a que se pode chegar é que se tudo é cultura, nada é cultura pois não há fatores distinguíveis que possam particularizar elementos suficientes para separar o simples ato de andar, seguindo os procedimentos biomecânicos humanos, do ato, por exemplo, de organizar-se politicamente para exigir a defesa de direitos civis. Desse modo, não parece satisfatório que a cultura seja tudo e qualquer coisa.

Caso prevaleça a noção de que a cultura é tudo, retira-se qualquer componente ativo de participação dos indivíduos na elaboração de seja lá o que for que possa ter significados, valores e possibilidades, dado que o simples fazer de qualquer coisa já traria como resultado a cultura. Sem interferências, negociações, valorações de sujeito para sujeito, de grupo para grupo etc.

Por outro lado, soma-se a isso a noção de cultura pensada pelo antropólogo Franz Boas, como sendo plural, várias culturas, e não apenas uma cultura única. Seguindo essa noção, cada grupo humano possui um conjunto de características que os distingue dos demais, demarcando assim sua cultura. Embora essa compreensão abra espaço para discutir o papel da língua, da religião, das tradições, da família etc. na construção da cultura dos grupos humanos, termina por erguer totens e cristalizar os papéis, servindo como referência para que se conceba uma normalização e padronização do que vem a ser a cultura do grupo X e cultura do grupo Y.

Comparativamente seria como fazer uma fotografia de determinado momento e lugar e, a cada vez que uma referência fosse feita a esse lugar, o retrato servisse como parâmetro para estabelecer o certo e o errado encontrado na visita e, a partir disso, propusessem-se medidas para a recuperação do *status quo ante*, retornando ao original. Assim, negam-se as dinâmicas que possam vir a atualizar ou modificar os elementos sacralizados como sendo a cultura daquele povo ou lugar.

Corre-se o risco de que o Estado prescreva a imutabilidade de determinado símbolo cultural em nome de um recorte congelado a que se determinou como sendo o identificador do padrão e dos requisitos aceitos. É dizer que o cultural é o estático, é o que permanece como na origem. Nas palavras de Teixeira Coelho¹: “Os entendimentos normativos da cultura desembocam inelutavelmente na concepção da cultura como um estado (como uma estação, uma permanência, no limite uma estagnação), portanto na cultura como um

1 COELHO, Teixeira. *A cultura e seu contrário*: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. p. 22.

dever ser”. É suprimir o ato criador da ação humana.

No desdobramento da análise da cultura como produto estanque, em que se oblitera a ação, afirma ainda:

[...] é da passagem e da redução da cultura como ação à cultura como estado que se produzem as tragédias culturais, existenciais, pessoais e coletivas (os conflitos étnicos no Kosovo, por exemplo). E muitos dos estudos antropológicos, etnológicos e sociológicos frequentemente contribuem para essa tragédia ao proporem descrições culturais que se apresentam elas mesmas (explicitamente ou que como tais se propõem ou permitem serem consideradas) como programas de reprodução cultural, isto é: esta cultura estudada nestas condições e neste tempo assim se mostra, assim é, e, portanto, assim deve ser.²

Desta feita, indispensável ter em conta a ação humana sob as nuances de sua existência e sobrevivência, em dadas condições, como criadora daquilo que se possa chamar de cultura. Assim, não se deve compreendê-la no tempo passado, como algo que ficou encrustado em um lugar e momento específico porque aquele grupo, ao agir em suas circunstâncias específicas, criou algo para a eternidade. Deve-se investigá-la como resultado da ação dos grupos humanos, a partir de determinadas condições ou falta delas, disputando pela existência, sobrevivência, posições, e que transforma símbolos, significados, discursos, materiais, representações, valores em ferramentas para assumir o poder.

Sendo assim, o aparato cultural constitui-se como um repertório de equipamentos com os quais os atores sociais tentam se sobrepor, em constante tensão para ocupar o centro do poder, mais propriamente o centro das decisões, de modo a dizer o que é e o que não é cada coisa. Ora, assume-se, portanto, que esses equipamentos podem ser classificados como bens que serão utilizados à medida que forem reconhecidos como importantes, que se tornem legitimados pelo desejo dos grupos que pleiteiam ascender.

Por que falar em mercadorização dos bens culturais e não de mercantilização? Faz-se necessário, ainda que de modo sucinto, explicar a preferência por utilizar a expressão mercadorização.

A mercadorização é a transformação de algo que inicialmente parece inútil, sem valor de uso, em algo com valor de troca, consumível e, portanto, negociável. É a mutação das aparências contidas em um dado objeto que lhe pode agregar uma quantidade de desejo para o consumo. É, por assim dizer, a inserção de uma percepção de algo a que se tornou desejável no mundo da economia.

Esse “caráter místico”, que o produto do trabalho adquire logo depois que assume a forma de mercadoria, depende, segundo Marx, de um desdobramento essencial na relação com o objeto, pelo qual ele já não representa apenas um valor de uso (ou seja, a sua aptidão para satisfazer uma determinada necessidade humana), mas tal valor de uso é, ao mesmo tempo, o suporte material de algo diferente que é seu valor de troca. Enquanto se apresenta sob essa dupla forma de objeto de uso e de porta-valor, a

2 COELHO, Teixeira. *A cultura e seu contrário*: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. p. 23

mercadoria é um bem essencialmente imaterial e abstrato, cujo gozo concreto só é possível através da acumulação e da troca.³

A mercantilização, por seu turno, é a negociação em termos financeiros das mercadorias, potencializando seu valor econômico para a obtenção de lucro, em mercados que se organizam em torno delas. Está intimamente associada aos procedimentos necessários para que uma dada mercadoria possa circular entre potenciais compradores, identificando os limites de preço a que se está disposto a pagar para a obtenção da mesma. A mercantilização envolve os processos de marketing, criação de demandas, distribuição e vendas. Trata-se da percepção de que “a mercadoria exige do espectador uma atenção de um novo tipo”.⁴

É a partir, portanto, de ideia de bens culturais que se tecerão considerações sobre a esfera da cultura e seus contatos com o mundo da economia. É o que se segue.

BENS CULTURAIS E SUAS INTERPRETAÇÕES

A noção de cultura como resultado da ação de grupos humanos em uma constante relação de tensão, que visa estabelecer o lugar de poder, ou lugar da fala de cada um, em disputa de espaços, de legitimidade, de afirmação. A cultura aparece como o traço distintivo entre os grupos não porque são expressões dos modos de vida de cada um deles, mas porque resulta das maneiras com que esses grupos negociam seus modos de vida, opondo-se muitas vezes, mas buscando um patamar de centralidade no domínio da vida.

Está-se diante de um recorte que se caracteriza por reunir aspectos variados em constante movimento e comparação de força e validade enquanto alternativa de explicação da realidade. Pode-se dizer, em outras palavras, tratar-se daquilo que Bourdieu chamou de campo:

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores. Esta estrutura, que está no princípio das estratégias destinadas a transformá-la, está ela própria sempre em jogo: as lutas cujo lugar é o campo tem por parada em jogo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, que dizer, em última análise, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico.⁵

No pensamento de Pierre Bourdieu, encontra-se uma abertura para raciocinar a cultura como situada em um campo, de modo que “em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e

3 AGAMBEN, Giorgio. Marx ou a exposição universal. In: *Estâncias: A palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Trad. Selvino José Assmann. Belo Horizonte: UFMG. 2007. p. 67.

4 AGAMBEN, Giorgio. Baudelaire ou a mercadoria absoluta. In: *Estâncias: A palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Trad. Selvino José Assmann. Belo Horizonte: UFMG. 2007. p. 73.

5 BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal LDA. 2003. p. 120-121.

excluir a concorrência”⁶.

Assim, no campo da cultura, os resultados das formas de interações entre os grupos podem ser entendidos como constituinte de um capital com o qual se buscará alcançar um resultado que se sobreponha, alcançando um degrau acima ou que sirva de forma de resistir às pressões externas sofridas, portanto, “o capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração”.⁷

Pode-se entender o capital simbólico como sendo o gênero do qual derivam as espécies capital social e capital cultural, revestidos ambos de suas próprias características e funcionamento, distinguindo-se em razão do espaço e momento em que seus usos se fazem necessários. Na perspectiva bourdieusiana, o capital cultural apresenta-se de forma objetivada como “bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas” e em sua forma institucionalizada coloca-se “em relação ao certificado escolar”⁸.

Seguindo tal raciocínio, nota-se uma ideia de bens culturais que corresponde a uma materialização da cultura em objetos tangíveis e que encerram em si a lógica do dominante. É, por assim dizer, o resultado da imposição de valores e padrões sem os quais não se pode jogar o jogo, sem os quais sequer seria possível reconhecer as regras do jogo e os seus objetivos. Acessar os bens culturais como descritos antes é apropriar-se de equipamentos para alcançar o reconhecimento e, sendo oportuno, propor a subversão da dominação, mas sem implodir a lógica do jogo, pois é necessário que existam “objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas”⁹.

Por outro modo, há que se romper com a ideia de bens culturais como materialização do simbólico presente nas tensões entre o grupo que se quer manter no poder e o outro que quer ascender ao poder. Para essa análise, adota-se uma ampliação dessa concepção, admitindo que bens culturais podem ser tanto materializações quanto pertencer ao domínio do imaterial, do oculto e do não traduzido em termos de trocas. A bem dizer, mantém-se o entendimento de que resultam das articulações pelo poder e que ficam como equipamentos de luta, mas que não se reduzem meramente a materialização. Incorporam-se ao patrimônio cultural do grupo como experiência de luta, como alternativa e caminho conhecido de resistência e força.

O mundo da economia sempre tratou da cultura como um subproduto humano de pouca utilidade quando não fosse possível estabelecer uma mensuração quantificável e precificável, e desse modo descartável enquanto capital econômico. O pensamento econômico limitava a cultura tão somente as artes consideradas de alto padrão (pintura, escultura, música, dança etc.), com potencial limitado para gerar movimentação de recursos e capitais, sendo incapazes de alterar a posição de dominação de um país em relação ao mundo.

6 Idem. p. 121.

7 BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 170.

8 BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 74.

9 BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal LDA. 2003. p. 120.

De fato, durante muito tempo o setor cultural foi ignorado pela teoria econômica que o considerava atípico em relação às “leis” fundamentais que ela produz e que regem o modo de produção e de consumo capitalista. Para os pais fundadores da economia política, Smith e Ricardo, os gastos nas artes abarcam apenas os lazeres e não poderiam contribuir para a riqueza das nações; para os economistas “respeitáveis”, portanto, eles não mereceriam um dispêndio de energia intelectual¹⁰.

Assim, sob a ótica do mercado liberal econômico, não havia razão que justificasse uma inclusão da cultura nas teorias científicas econômicas, haja visto esta não se traduzia em capacidade de geração de emprego e renda. Somente com a contribuição dos estudos da antropologia e da sociologia no campo da cultura, com uma profícua análise acerca de como os elementos culturais exercem forte influência nas estruturas de consumo, a disciplina econômica passou a considerar os bens culturais como possibilidade de geração de enriquecimento financeiro.

Tal percepção só foi possível graças à participação dos sujeitos situados no campo cultural que tinham o seu exercício profissional ligado à produção de certos bens culturais, abrindo espaço para discussões acerca da necessidade de se implementar políticas para o desenvolvimento da cultura, e conseqüentemente, da manutenção de suas atividades. Os impedimentos para que os investimentos em cultura fossem atrativos estimulou a busca por explicações que situassem a cultura como um bom negócio. Assim, o reforço dos estudos do campo científico sobre a cultura serviu de base para uma mudança de paradigma nas ciências econômicas.

E é precisamente sob o “impulso” das evoluções sociológicas que a economia chegou à cultura. De fato, é antes de tudo graças à forte demanda dos profissionais do setor cultural ameaçados por restrições orçamentárias num contexto de restrições de intervenções públicas, que surgiu o estudo pioneiro de W. Baumol e W. Bowen (1966) sobre o espetáculo ao vivo ao qual se referem todos os trabalhos de economia da cultura.¹¹

A reflexão volta-se para investigar de que maneira e quais objetos culturais seriam suscetíveis de figurar como oportunidade de investimento. Vai se propor, portanto, a formulação de teoria sobre os bens culturais que assegure elencar as variáveis de uma equação capaz de antecipar o retorno lucrativo do dinheiro que foi destinado à realização do objeto cultural.

Entretanto, as teorias econômicas esbarraram na impossibilidade de parametrizar as características dos bens culturais de forma quantificável, como requerem as formulações sistemáticas de suas fórmulas. Não se poderia controlar a margem de lucro ou de retorno devido justamente ao fato de não se tratar da mercadoria típica com que o mercado estava acostumado a operar. Um outro elemento essencial para as ciências econômicas é a escassez. Nesse sentido, seria necessário que o consumo dos bens resultasse em sua retirada do mercado enquanto mercadoria disponível para se estabelecer o valor de venda.

10 TOLILA, Paul. Como a economia chega à cultura: as principais questões. In: TOLILA, Paul. *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007. p. 25.

11 TOLILA, Paul. Como a economia chega à cultura: as principais questões. In: TOLILA, Paul. *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007. p. 28

Os economistas perceberam, com justa razão, que os bens culturais e artísticos escapam, em grande parte, desse modelo da mercadoria-tipo, porque o que constitui sua definição, a qualidade artística, responde a uma avaliação subjetiva e não a uma medida cuja universalidade poderia ser consensual. [...] O conteúdo artístico de um bem em relação a outro não pode ser objeto de uma classificação objetiva nem de uma hierarquização universal.¹²

Mesmo diante do problema de não ter como, inicialmente, enumerar mecanismos para controlar de que forma os bens culturais se comportariam enquanto bem econômico, os estudiosos começaram a dirigir a atenção para a capacidade de gerar lucros, quer seja com espetáculos, quer seja com a invenção de uma narrativa que valorizasse as singularidades de objetos e crenças, potencializando a atração para o consumo. Logo, a formulação acerca dos bens culturais passou a gravitar em torno da simulação da experiência de alteridade, onde o consumo de objetos ditos culturais conectaria mundos muitas vezes opostos, conduzindo o consumidor em uma viagem rumo ao desconhecido.

O caminho, portanto, era incrementar o bem cultural para que ele deixasse de ser “apenas uma obra de arte que satisfaz uma necessidade estética, mas um bem que preenche funções utilitárias”, e, desse modo, poder agregar-lhe valor econômico suficiente para atrair “uma demanda mais variada, diminuir a importância de ser reconhecido ou não e reunir os recursos necessários para cobrir os riscos da organização”¹³.

Desses primeiros passos se extrai substância para perceber nos bens culturais um aporte para o desenvolvimento, ou ao menos um estímulo para a economia tradicional, oxigenando-a. Volta-se o olhar para aspectos desconsiderados desde sempre como componentes importantes na geração de riqueza, dada a limitação ou incapacidade em mensurar e controlar os resultados que se poderiam obter com tal recurso.

Entretanto, o que está em transformação são as noções de capital ao longo das décadas, que exige uma constante atualização que acompanhe as dinâmicas das trocas de mercadorias de modo a aperfeiçoar o sistema capitalista, mantendo-o sempre com vigor e jovialidade. A exigência de manter o pleno funcionamento da máquina de lucro faz com que os parâmetros para a determinação do que vem a ser economicamente viável passe a ser repensado, a bem dizer é conhecer qual o capital – portanto, qual é o principal recurso para a geração de riqueza apropriável ou expropriável – que coloca as engrenagens do capitalismo em movimento em cada momento. Sobre isso, comenta George Yúdice:

O recurso do capital cultural é parte da história do reconhecimento da insuficiência do investimento no capital físico durante os anos 1960, no capital humano dos anos 1980, e no capital social dos anos 1990. Cada nova noção de capital foi projetada como um meio de melhorar algumas falhas de desenvolvimento na estrutura precedente. [...] A cultura é cada vez mais invocada não somente como uma propulsora do desenvolvimento do capital; [...] Alguns até defendem que a cultura se transformou na própria lógica do capitalismo contemporâneo, uma transformação que “já está desafiando muitos de nossos pressupostos básicos a respeito do que constitui a

12 TOLILA, Paul. Como a economia chega à cultura: as principais questões. In: TOLILA, Paul. *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007. p. 29.

13 GREFFE, Xavier. Bens econômicos, bens artísticos e produtos culturais. In: GREFFE, Xavier. *A economia artisticamente criativa*. Trad. Ana Goldberg. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural. 2015. p. 62

sociedade humana” (Rifkin, 2000: 10-11).¹⁴

A partir disso, intensificam-se os esforços por elaborar uma teoria econômica que dê conta de matematizar as variáveis de forma a explicar o funcionamento da cultura enquanto recurso com potencialidade para se transformar em mercadoria amplamente consumível, e, desse modo, com expectativas reais de retorno financeiro.

O conceito de economia criativa origina-se do termo indústrias criativas, por sua vez inspirado no projeto *Creative Nation*, da Austrália, de 1994. Entre outros elementos, este defendia a importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural, dando margem à posterior inserção de setores tecnológicos no rol das indústrias criativas.

Em 1997, o governo do então recém-eleito Tony Blair, diante de uma competição econômica global crescentemente acirrada, motivou a formação de uma força tarefa multisetorial encarregada de analisar as contas nacionais do Reino Unido, as tendências de mercado e as vantagens competitivas nacionais.¹⁵

Nos anos 2000, o amadurecimento dos estudos e as configurações político-econômicas mundiais já tinham lançado bases para a declaração de existência de um setor novo da economia, baseado na produção de bens e serviços que tinham como grande fonte de organização da produção a criatividade, passando a denominar-se de economia criativa. Segundo João Maria de Oliveira:

O conceito de economia criativa e seu estabelecimento como uma disciplina de estudo ganhou expressão e relevância a partir da década de 2000. A partir de iniciativas isoladas no começo do século XXI, o que se observa atualmente é que economia criativa se estende em uma ampla gama de áreas de responsabilidade política e administração pública; inclusive, muitos governos criaram ministérios, departamentos ou unidades especializadas para lidar com as indústrias criativas – o que é o caso do Brasil, que atualmente conta com uma Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura (SEC/MinC).¹⁶

O reconhecimento pelas ciências econômicas de um ramo econômico baseado na exploração de bens culturais como recurso, como capital, fomenta a movimentação de grandes somas em dinheiro, oriundo do setor público principalmente, para fazer girar a roda da fortuna em um novo setor. Passa-se a discutir políticas públicas para a cultura de modo mais intenso ao mesmo tempo que se difunde a ideia de uma economia da cultura e de economia criativa.

POR QUE ECONOMIA CRIATIVA?

Para dar maior tratamento à noção de economia criativa, coloca-se a perspectiva

14 YÚDICE, GEORGE. *A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global*. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: UFMG. 2006. 1ª reimpressão. p. 31 e 35.

15 REIS, Ana Carla. *Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento / organização* Ana Carla Fonseca Reis. – São Paulo: Itaú Cultural, 2008. p. 16

16 OLIVEIRA, João Maria de. ARAUJO, Bruno Cesar de. SILVA, Leandro Valério. *Panorama da Economia Criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA. 2013. p. 7

com que é vista a partir da economia, que distingue entre uma economia tradicional, com setores que utilizam uma organização dos fatores de produção de bens e serviços a partir de uma estrutura organizacional herdada da modernidade, de uma economia criativa, que organiza os fatores de produção a partir de matrizes diferenciadas, tendo como ponto principal a criatividade. Assim:

[...] economia criativa é o conjunto de atividades econômicas que dependem do conteúdo simbólico – nele incluído a criatividade como fator mais expressivo para a produção de bens e serviços. Esta forma permite caracterizar economia criativa como uma disciplina distinta da economia da cultura, que guarda grande relação com aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com a tecnologia e propriedade intelectual numa mesma dimensão, e tem relações de transbordamento muito próximo com o turismo e o esporte.¹⁷

Importante destacar que há entendimento diferente sobre o que vem a ser bens culturais e bens criativos, se tomarmos como crivo para a diferenciação entre ambos o aspecto meramente mercadológico, sob a ótica de determinado setor da economia e dos seus estudiosos, que diferem entre setores econômicos tradicionais e os setores que compõem a chamada economia criativa.

Para a visão anglo-saxônica, existe uma diferença entre o que vem a ser bens criativos e os bens culturais. Os bens criativos seriam o resultado da atividade econômica que tem como motor principal a interconexão entre criatividade, tecnologias e empreendedorismo, diferenciando a criatividade aplicada na criação de um produto que será distribuído para o mercado consumidor, da criatividade que resulta em um objeto que não chega a ser produto. Nesse sentido, a cultura só entraria como componente da criação de um produto caso se possa agregar valor a ela através do uso criativo que gere capacidade de venda. Estaremos diante da seguinte distinção:

Uma definição alternativa ou adicional de “bens e serviços culturais” deriva de uma consideração do tipo de valor que eles representam ou geram. Ou seja, pode-se sugerir que esses bens e serviços têm um valor cultural em adição a qualquer valor comercial que possam possuir e que esse valor cultural não pode ser totalmente mensurável em termos monetários. Em outras palavras, as atividades culturais de vários tipos e os bens e serviços que eles produzem são valorizados por razões sociais e culturais que possam complementar ou transcender uma avaliação puramente econômica. Essas razões podem incluir considerações estéticas ou a contribuição das atividades para a compreensão da comunidade da identidade cultural. Se o valor cultural pode ser identificado, ele pode servir como uma característica observável para distinguir bens e serviços culturais, em comparação com diferentes tipos de commodities.

Definido em um ou ambos desses caminhos, os bens e serviços culturais podem ser vistos como um subconjunto de uma categoria mais ampla que pode ser chamado de “bens e serviços criativos”, cuja produção exige nível significativo de criatividade e conteúdo simbólico. Assim, a categoria criativo se estende além dos bens e serviços culturais como definido anteriormente

17 OLIVEIRA, João Maria de. ARAUJO, Bruno Cesar de. SILVA, Leandro Valério. *Panorama da Economia Criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA. 2013. p. 7

para incluir produtos como moda e software.¹⁸

Em sinal inverso ao esposado pela ciência econômica, assume-se neste trabalho justamente o contrário. Os bens criativos, em sua concepção, mesmo que partindo da criatividade para sua elaboração, nada mais são que uma derivação, expressão ou manifestação dos bens culturais.

O Brasil, através do Ministério da Cultura, decidiu abordar a economia criativa sob um prisma diferente em relação à tradição anglo-saxônica. Enquanto essa procura distinguir de modo radical o setor econômico em que se enquadra a economia criativa, quais são seus produtos e a partir de quais elementos ela se constitui, a posição oficial do governo brasileiro foi no sentido de que não se pode falar em economia criativa no Brasil sem refletir necessariamente acerca da importância da cultura como meio dinâmico para alavancar a economia.

[...] a diversidade cultural não deve mais ser compreendida somente como um bem a ser valorizado, mas como um ativo fundamental para uma nova compreensão do desenvolvimento. De um lado, deve ser percebida como recurso social, produtora de solidariedades entre indivíduos, comunidades, povos e países; de outro, como um ativo econômico, capaz de construir alternativas e soluções para novos empreendimentos, para um novo trabalho, finalmente, para novas formas de produção de riqueza. Assim, seja na produção de vivências ou de sobrevivências, a diversidade cultural vem se tornando o “cimento” que criará e consolidará, ao longo desse século, uma nova economia.¹⁹

Com essa visão, cria-se a Secretaria da Economia Criativa. Essa, por sua vez, entende que sua primeira missão é elaborar um conceito que respeite as características nacionais e observe a cultura como principal vetor de expansão da economia, colocando-se como setor estratégico a ser desenvolvido e explorado, uma vez que a diversidade cultural brasileira pode ser encarada como uma rica fonte de recursos ainda não utilizados devidamente.

Na primeira etapa do nosso Plano, definimos Economia Criativa partindo das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica. [...] A economia criativa é, portanto, a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos. Por se caracterizar pela abundância e não pela escassez, a nova economia possui dinâmica própria e, por isso, desconcerta os modelos econômicos tradicionais, pois seus novos modelos de negócio ainda se encontram em construção, carecendo de marcos legais e de bases conceituais consentâneas com os novos tempos.²⁰

18 OLIVEIRA, João Maria de. ARAUJO, Bruno Cesar de. SILVA, Leandro Valério. *Panorama da Economia Criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA. 2013. p. 12

19 MINISTÉRIO DA CULTURA. *Plano Nacional da Economia Criativa 2011-2014*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>>. Acesso em: 23 set 2016.

20 Idem. p. 23-24.

E propõe ainda que “pensar numa economia criativa brasileira é pensar numa economia cuja base, ambiência e riqueza se dão graças à diversidade cultural do país. A criatividade brasileira é, portanto, processo e produto dessa diversidade”²¹, fator que distingue a concepção brasileira da economia criativa das demais percepções acerca do tema, demarcando de modo peculiar o posicionamento com o qual a estrutura estatal pretende estimular o desenvolvimento dessa atividade.

Em tal perspectiva, bens culturais são vistos como o resultado da elaboração planejada de produtos com intenção de divulgação, circulação e consumo a partir de determinados aspectos da cultura. Daí assumir a noção de cultura como um recurso. Também considerando nesse ponto de vista a ideia de economia criativa que já está consolidada no mundo, em que se observa a utilização de modelos ou manifestações culturais como catalisadores da possibilidade econômica da mercadoria ou produto, agregando-lhes o que os empreendedores²² chamam de “valor”.

Nas palavras de George Yúdice:

O papel da cultura expandiu-se como nunca para as esferas política e econômica, ao mesmo tempo em que as noções convencionais de cultura se esvaziaram muito. [...] talvez seja melhor fazer uma abordagem da questão da cultura de nosso tempo, caracterizada como uma cultura de globalização acelerada, como um recurso.²³

A partir dessas afirmações, pode-se comentar alguns aspectos relevantes ao propósito de examinar a cultura como um recurso:

- a) a globalização, apesar de ser um fenômeno predominantemente econômico, promoveu efeitos contraditórios aos seus propósitos hegemônicos na maior parte do mundo, pois ao mesmo tempo em que diminuiu as fronteiras para a exploração econômica, colocou em contato expressões de vida diversas e diferentes, sendo em alguns casos radicalmente diferentes, o que provocou um movimento de recrudescimento das representações sociais enquanto identidade ou identificação e reconhecimento dos povos, negando o outro colonizador, para afirmar a si mesmo;
- b) pôs em evidência que, mesmo no interior de uma dada sociedade, não há uma homogeneidade das representações, imaginários, valores, símbolos com os quais os diferentes grupos se identificam ou com os quais comungam, provocando uma disputa por espaços e pela criação de representações capazes de manifestar as aspirações ou fragilidades desses grupos;

21 MINISTÉRIO DA CULTURA. *Plano Nacional da Economia Criativa 2011-2014*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>>. Acesso em: 23 set 2016.

22 Hoje no Brasil há uma extensa bibliografia acerca de empreendedorismo ao ponto de alguns estudiosos tratarem do tema como Teologia do Empreendedorismo, e que tem sido amplamente divulgada nas mídias digitais e redes sociais (Youtube, Facebook, Snapchat, Podcast, blogs, vlogs...), com alguns nomes como sendo os grandes papas do empreendedorismo entre os jovens, a exemplo de Murilo Gun, Gabriel Goffi, Conrado Adolpho, Paulo Vieira e Bel Pesce que têm milhares de seguidores em seus canais, redes sociais, podcast e que pregam o grande mote da entrega de valor nos produtos e serviços.

23 YÚDICE, GEORGE. *A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global*. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: UFMG. 2006. 1ª reimpressão. p. 25

c) os Estados Nacionais passaram a utilizar com maior intensidade elementos que invocam e avocam para si as representações identificadoras dos grupos sociais para legitimar as suas ações;

d) os investimentos em cultura passaram a render não só dividendos pecuniários, mas também políticos, servindo como meio de manobrar os interesses tanto por parte de quem vislumbra ocupar ou se manter nas esferas da gestão administrativa pública, quanto por parte dos beneficiados pela destinação de recursos em projetos culturais;

e) o politicamente correto passou a levar em consideração, estrategicamente, as diferenças e diversidades culturais, pois se tornou fator de agregação de valor mercadológico.

Nesse cenário, a cultura ganhou um papel que antes não tinha. Passou a ser pensada como meio para se alcançar uma finalidade política ou econômica, e como resultado que não se pretendia, criou uma ferramenta para as lutas pelas aspirações de grupos invisibilizados que encontraram nesse novo-velho instrumento um potencial para a realização de sua afirmação, da garantia de sua existência.

Nesse sentido, se a discussão em torno da cultura gerada pelo pós-moderno (na década dos 80) havia estabelecido uma nova "internacional" cultural – algo como o que as vanguardas modernistas já tinham feito nas primeiras décadas do séc. XX – que não se restringia somente à cultura ou à arte, mas questionava os limites entre as diversas manifestações das artes, bem como as características particulares dos desenvolvimentos nacionais, o momento seguinte – a década dos 90 – só fez acelerar esse processo de discussão com base nas trocas simbólicas cada vez mais amplas dentro do processo de *planetarização* dos mercados, englobando nessa discussão vozes e escritas antes ausentes ou simplesmente deixadas de lado pelo *agenda sitting* das academias e órgãos promotores das discussões, seja dentro de um espaço nacional, seja no âmbito internacional, gerando por vezes verdadeiras *querrels*.²⁴

Cabe não perder de vista, contudo, que o fato de ter a cultura metamorfoseada em um recurso colocado à disposição seja dos investidores, seja dos grupos sociais, estabeleceu uma dupla necessidade:

I - Determinar em termos de retorno, recompensa, vantagem - seja política, seja econômica -, quais as expressões ou quais grupos deveriam figurar como autênticas expressões culturais, portanto como recursos válidos, capazes de atender às expectativas e interesses dos investidores (particulares ou públicos);

II - Obrigou aos grupos sociais a elaborarem e planejarem o modo como deveriam apresentar suas expressões culturais no intuito de alcançarem o status de produto viável e rentável, lucrativo. Esse fato termina por modificar a própria manifestação do modo de viver desses grupos, que precisam colocar em uma embalagem agradável aos olhos do mercado, da política e da economia, seus símbolos, valores, imaginário, dizeres, falares, cantares etc.

24 SEIDEL, Roberto Henrique. *Embates simbólicos: estudos literários e culturais*. Recife: Bagaço. 2007. p. 88

Sendo assim, “pode-se dizer que a cultura simplesmente se tornou um pretexto para a melhoria sociopolítica e para o crescimento econômico”²⁵. O fato de enxergar na cultura - nas manifestações culturais - capacidade de geração de dividendos econômicos e/ou políticos não significa dizer que se reconhece nela importância fundamental. Apenas entra na conta que se faz quando se planeja um movimento estratégico com finalidades bem definidas, saqueando-se do repertório cultural disponível aquele determinado recurso que se apresenta interessante para a consecução das intenções.

De fato, a mercadorização da cultura pode não ter um sentido necessariamente positivo para as diversas expressões e manifestações culturais, visto que são considerados apenas da perspectiva comercial e, em muitos casos, como sendo o exótico para os grupos situados de alguma forma mais próximos ao poder econômico que controla vários aspectos da vida. Nesse sentido:

O paradigma da alogeneidade quer contribuir justamente para chamar a atenção para esse caráter de multiplicidade, em grande parte negado, quando não mal-compreendido, para esse caráter de existência estranha e estranhada das culturas locais e subalternas em relação aos centros do poder econômico que movem a engrenagem globalizante de mercados e capitais, enquanto segregam sujeitos e culturas.²⁶

A essa altura da conversa, impõe-se dedicar uma passagem ao papel dos estudiosos da cultura ou das instituições de pesquisa. Até aqui, procurei tratar, ainda que rapidamente, da relação direta entre mercado/política e da cultura-recurso, intentando delinear a exploração e expropriação. No entanto, há mais participantes nesse jogo, aparecendo ora como peça no tabuleiro, ora como jogador.

Começo com as observações pertinentes de Nelly Richard (2002), que servem nesse ínterim ao propósito das indagações que precisam ser feitas:

Em vários campos do debate latino-americano se tornam agudas as perguntas sobre a situação do discurso crítico e da prática intelectual, nos tempos que se caracterizam (1) no interior da academia, pelas novas fórmulas de transdisciplinaridade que respondem à mutação ou crise das disciplinas tradicionais, mas também, e principalmente, por um intensivo processo de neoliberalização do conhecimento, que leva o mercado universitário a demandar saberes operativos, cada vez mais funcionais à pragmática dos múltiplos intercâmbios estimulados pela globalização capitalista; e (2) no exterior da academia, por uma tecnocratização do social que, tendo suprimido a conflitividade do político-ideológico para que não turvasse a lisa planificação de uma ordem, agora inteiramente numerável e quantificável, deslocou e substituiu a figura intranquila do “intelectual crítico” pelo neutro e quieto profissional do “especialista”.²⁷

Essas observações fomentam a necessidade de refletir com maior percuciência e cuidado sobre os destinos do conhecimento produzido. Não há qualquer ingenuidade

25 YÚDICE, GEORGE. *A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global*. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: UFMG. 2006. 1ª reimpressão. p. 26

26 SEIDEL, Roberto Henrique. Relativismo, universalismo e “alogeneidade” na produção cultural de grupos marginalizados. In: *Crítica cultural, crítica social e debate acadêmico-intelectual*. Salvador: EdUneb. 2016. p. 58.

27 RICHARD, Nelly. Saberes de mercado e crítica da cultura. In: *Intervenções críticas: Arte, cultura, gênero e política*. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG. 2002. p. 188

ou isenção nas normatizações que se impõem sobre os operários do conhecimento, de modo que não pode haver por parte destes ingenuidade e romantismo. Antes, há de se interrogarem constantemente sobre seus compromissos, a que tipo de interesse se está servindo: se à produção da vida ou se à captura/escravização dela.

Afunilando e nomeando, as universidades e os programas de pós-graduação - tanto *lato* quanto *strictu sensu*, a exemplo do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural -, desempenham um papel importante na percepção que o mercado tem da cultura como recurso.

Os vários objetos de estudo elencados nas diversas linhas de pesquisa criam uma espécie de banco de dados com certificação de qualidade - ou um repertório pré-testado daquilo que pode ou não gerar algum resultado palpável, substancial, mensurável, rentável - colocado à disposição de quem tenha interesse em investir.

A CAPES, ao estabelecer os critérios científicos das pesquisas, dizendo o que é ou não importante pesquisar, quando, onde, quem, termina por observar as repercussões desses objetos enquanto capazes de despertar o interesse e se tornarem relevantes para a sociedade. Traduzindo: preestabelece a possibilidade e viabilidade da cultura como recurso.

Com a utilização de verbas públicas, capital intelectual disponível nas universidades, afetação de tempo não remunerado de estudantes e pesquisadores, equipamentos, grupos de discussão, debates exaustivos acerca do lugar e do valor da cultura, assistimos a uma sistematização de índices de relevância ou irrelevância que podem refletir ou não os anseios das comunidades e grupos sociais pesquisados, rotulando-os.

As pesquisas terminam por servir de pontes entre os investidores, que não precisaram fazer extensa pesquisa acerca da viabilidade do recurso, e os grupos sociais, que querendo ou não, ao terem suas manifestações culturais investigadas pelos pesquisadores, ganham ou não um componente de atratividade para investimentos.

Cursos como: produtores culturais, agentes culturais, animadores culturais etc., funcionam como intermediação de mão de obra para o reconhecimento e captação de investimento nos recursos (manifestações culturais) com maior capacidade de retorno. Segundo Yúdice:

E justamente quando a academia se voltou aos “profissionais gerenciadores” que fazem a conexão das profissões liberais tradicionais [...] com o gerenciamento corporativo, intermediador na tarefa de produzir estudos, pesquisas, divulgação, desenvolvimento institucional etc. [...], também o setor artístico e cultural se expandiu criando uma enorme rede de administradores da arte que intermediam as fontes de fomento, por um lado, e artistas e/ou comunidades por outro²⁸.

Temos, portanto, a formação de um mercado cultural que se espalha por diversos setores e que tem nas instituições de educação superior um ponto de apoio ao desenvolvimento de suas atividades.

Ao pensar nas implicações das pesquisas, somos incentivados a considerar as

28 YÚDICE, GEORGE. *A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global*. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: UFMG. 2006. 1ª reimpressão. p. 29-30

aplicações ou resultados práticos que delas possam advir, em como os objetos pesquisados poderão ser apresentados de modo convincente de sua importância e de sua possibilidade estético-política, ou ainda de sua relevância para a comunidade, para o local. Como tais objetos podem fortalecer ou não as lutas, ou auxiliar nas demandas dos grupos sociais representados.

Na grande maioria dos casos, não há sequer um retorno dos resultados das pesquisas para as comunidades ou grupos. Não há um momento em que a pesquisa lhe seja apresentada com seus resultados e indicativos de potencialidades presentes e que possam ser apropriados por quem forneceu toda a matéria prima para a feitura do trabalho.

Indago-me se há nitidez de quais são os desdobramentos das pesquisas ou se não é possível perceber as consequências, se é que há. De todo modo, estaremos depurando, decantando, preparando possivelmente, uma gama de novos recursos que poderão servir como equipamento de combate às desigualdades e desequilíbrios ou abastecendo o mercado com novas mercadorias com potencial para a lucratividade derivada da expropriação.

Quando somos questionados e instigados a pensar sobre o que pode um crítico cultural, em um programa de crítica cultural situado no interior da Bahia²⁹, há que se considerarem muitas variáveis. Talvez não tenhamos a capacidade de mensurar uma resposta. A resposta pode ser de que o resultado dessas pesquisas seja inócuo. Mas há a possibilidade de que algum potencial possa se apresentar, uma vez que “existem dificuldades metodológicas no desenvolvimento de indicadores para a cultura”³⁰.

Tornou-se quase impossível pensar a cultura em termos atuais sem pensar em uma cadeia produtiva e na relação de forças implicadas, representadas sempre por quem produz *versus* quem se apropria do produzido, além das indagações usuais sobre quais os interesses ocultos e a quem interessa que seja esta e não aquela manifestação cultural, que seja deste modo e não daquele, que seja consumido por este e não por aquele.

Há sempre um controle político sobre a transformação da cultura em economia cultural, que por sua vez é controlado por uma economia política. O espaço onde ocorre a consolidação da cultura - da transformação do recurso-cultura em mercadoria-cultura -, há de ser o espaço onde há sobreposição de discursos, onde em nome de um dado interesse, ganha relevo uma determinada expressão cultural em detrimento de outras. Ali está representado o conflito.

Enquanto vista sob a óptica de recurso a ser utilizado, quando for interessante aos investidores, a cultura se mostra como sendo o equivalente aos recursos naturais, ou qualquer outro recurso que se apresente disponível à transformação de trabalho em riqueza. Desse modo, as manifestações culturais dos diferentes indivíduos/coletividades são capturadas e expropriadas pelos investidores.

Em troca de uma garantia de renda mínima, os sujeitos envolvidos em toda a cadeia produtiva cultural submetem-se ao crivo mercadológico, procurando adequar-se aos

29 A provocação feita nos encontros das aulas de metodologia da pesquisa em crítica cultural ministrada pelo professor Dr. Osmar Moreira serviu de mote para diversas reflexões acerca do papel do estudante e dos pesquisadores em crítica cultural.

30 YÚDICE, GEORGE. *A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global*. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: UFMG. 2006. 1ª reimpressão. p. 33

interesses. Há um grande nicho a ser explorado em cada canto, de cada cidade ou bairro, guetos, subúrbios, conjuntos habitacionais, favelas, ou seja, em qualquer lugar em que a vida possa ser capturada, já que as expressões culturais são expressões da própria vida desses sujeitos.

Muitas vezes os grupos e suas manifestações culturais são vistos como recursos exóticos que rendem um bom lucro quando higienizados e colocados nas prateleiras, à disposição de quem tem dinheiro para consumi-los e com isso obter um simulacro de experiência do outro, do diferente, em uma alteridade produzida em ambiente controlado, livre de acontecimentos inesperados e desafiadores como são os que ocorrem no cotidiano desses indivíduos.

Na representação da vida, que é mais real que a própria vida, ofuscamos aquilo que realmente é, e, portanto, “tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”³¹, conforme afirma Guy Debord (2003) em sua obra *Sociedade do Espetáculo*. Vale muito mais e com mais intensidade o que se mostra, uma vez selecionado e editado.

Na esteira dessa cortina de fumaça, vão-se a percepção e a consciência de que se está imerso em uma máquina de fabricar mercadorias, que fabrica os nossos sonhos, nossos gostos, nossas concepções de bom, belo, sucesso, necessidade; fabrica as bandeiras de nossas lutas e a forma de organizá-las; fabrica a forma de nossos corpos, os desejos, atrações, sexualidade; fabrica o nosso pensamento político, nossos direitos... Uma imensa maquinaria a comandar a realização (ou irrealização) da vida, subtraindo-lhe os aspectos de natureza primitiva – como primeira forma de o indivíduo estar no mundo, apresentar-se para os demais em estado bruto, não trabalhado – que precisa ser domesticado para que alcance os requisitos necessários a uma inserção na sociedade.

A cultura virou um bom negócio, mas que precisa enfrentar uma transformação. Mudança de um estado bruto para um estado lapidado, trabalhado e pronto para ser colocado na cadeia produtiva e gerar seus lucros.

Tudo isso engoliu o que de mais fundamental pode existir: a pessoa, o indivíduo, o sujeito, o artista. A realização da sociedade econômica fundamenta-se na negação da importância do sujeito enquanto produtor de sua existência, negando-lhe a participação na construção da história, alienando-o de sua capacidade de construir sua própria história.

Mas há o outro lado da moeda. Os enfeitados e exóticos podem vir-a-ser o que sempre foram e mostrar-se, em uma reviravolta espetacular, como o Hércules-Quasímodo de Euclides da Cunha:

É o homem permanentemente fatigado.

Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude.

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela

31 DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Projeto Periferia. Ebook. 2003. p.8.

organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrige-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.³²

Assim, embora em um primeiro lance de olhar sobre objetos de estudo oriundos da cultura, em um primeiro movimento mercadológico de exploração e expropriação das manifestações culturais como recursos possa-se entrever um sujeito combatido e fraco, necessitado de ajuda, a vida pode acontecer em seu ineditismo e dinâmica, e trazer à tona, do âmago de tais manifestações, a face decidida, com faca nos dentes.

A ocupação de um lugar central na história que até então é escrita e contada do ponto de vista de quem controla o tempo de vida dos demais, mas que também é controlado pelo medo de não se enxergar mais como sujeito caso seja igualado aos demais, sem suas ostentações e subterfúgios, implica em assumir o controle dos caminhos e elementos que alteram substantivamente a organização da sociedade, podendo libertar a vida das amarras da mercadorização de todas as coisas, devolvendo-a à esfera do humano, pois que a vida do ser humano é que constrói a história da sociedade.

Contudo, é ainda muito pontual e despretensiosamente que esse movimento de rompimento com a ordem econômica vigente ensaia seus primeiros passos. Há uma vastidão de mecanismos postos em movimento pela máquina capitalista, que se revestem de um doce perfume sedutor e inebriante, capaz de esvaziar a vontade e a capacidade de articular-se e perceber-se, não como engrenagem ou produto, mas como criador.

A organização econômica que se volta sobre si mesma, produzindo para alimentar sua própria existência, há muito deslocou-se dos propalados motivos que os produtores de discursos em defesa do sistema apresentam como razão primária. No surgimento da ciência econômica, perdida em algum lugar de sua infância, pensava-se sobre produção de bens, escassez de matéria prima e necessidades a serem atendidas. A fórmula passou a ser a de produção de mercadorias para serem consumidas enquanto associadas a determinadas demandas criadas para satisfazer as ilusões.

O conflito entre a cultura vendida como mercadoria altamente consumível (ou será mercadoria vendida como cultura aceitável?), símbolo da dominação da sociedade pela economia através da criação do espetáculo da vida, em que os indivíduos são verdadeiros fantoches e pálidos arremedos de si mesmo, e a consciência que está por vir no exercício constante da reflexão da vida prática da classe trabalhadora pode resultar em uma sociedade que se diferenciaria tanto da que atualmente está organizada, quanto daquela dominada essencialmente pelos trabalhadores, visto que a instalação de uma classe burocrática e corporativa termina por submeter os demais e a retirar-lhes a independência.

32 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984. p.51

IMAGEM DO ITINERÁRIO DA PESQUISA

CONHECENDO O TERRITÓRIO 18¹

Para situar geopoliticamente o espaço físico em que se desenvolveu a pesquisa, apresentam-se aqui informações extraídas de fontes oficiais. A divisão do Estado da Bahia em Territórios de Identidade surge de uma demanda administrativa para um melhor gerenciamento de recursos e planejamento governamental.

A extensão territorial do Estado implica em distinções de várias ordens: do ponto de vista da paisagem natural tem-se uma diversificação de amplo espectro, com uma vegetação que se transforma de norte a sul e de leste a oeste. Esse fator por si só exige que o atendimento ofertado se diferencie muito. Em dada região é a escassez de água, em outra a enchente; em uma a paisagem rasteira, em outra a composição de mata densa. As estratégias para lidar com essa dinâmica precisam de adequação precisa para não incorrer em risco de desperdício do erário em atividades incompatíveis.

Sob a ótica da paisagem humana, a oferta de escolas, hospitais, estradas, segurança, bibliotecas, incentivo à implantação de empresas e geração de emprego, sustentabilidade, acesso à cultura etc., configuram-se em acentuadas diferenças conforme observa-se a partir da capital em direção ao interior, exigindo um conhecimento muito profundo de cada realidade para que os recursos estatais sejam administrados de modo a trazer o melhor resultado para a população, significando isso uma democratização da dignidade humana.

Para tanto, objetivando identificar a natureza e extensão de cada necessidade tomando como referência a realidade local, de modo a alcançar o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, a administração pública passou a considerar o mapeamento do estado dividindo-o em 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região.

Segundo informa em página oficial, o Estado da Bahia conceitua território

[...] como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.²

Nessa conceituação há o esforço para congregar o maior número possível de índices que facilitem a demarcação de aglomerados segundo as afinidades entre eles. Mesmo todos esses marcadores nem sempre são capazes de dar conta da realidade, pois embora o ente público divulgue a participação da população na criação dos territórios, dificilmente se encontra entre os “comuns” do povo alguém que sequer saiba da existência dessa divisão.

Além do mais, elementos como política e cultura são de difícil mensuração, o que

1 As informações utilizadas para a construção desse ponto da dissertação foram extraídas do site da Secretaria de Planejamento. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>> Acesso em: 21dez 2016.

2 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>> Acesso em: 21dez 2016.

demonstra a criação de uma ficção sobre eles para justificar a aglutinação de municípios diametralmente opostos sob um mesmo signo de identificação. Há uma predileção por aspectos naturais, uma vez que estes são mais facilmente mensurados, bem como por polarizações econômicas a partir de determinado município.

O Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano possui extensão total de 13,7 mil quilômetros quadrados e população estimada de 628,2 mil habitantes, de acordo com o Censo 2010 do IBGE. É composto por 20 municípios: Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Rio Real, Sátiro Dias. O maior município do território é Alagoinhas, com população de 141,9 mil habitantes. Catu (51 mil) e Entre Rios (39,8 mil) também estão entre os maiores municípios do território.



Imagem 1 – Mapa do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano

Fonte: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>

Segundo os dados levantados pelo IBGE no censo de 2010, houve uma retração do índice de analfabetismo no território, embora em termos práticos, a região ainda tenha números elevados, ultrapassando o percentual nacional da taxa de analfabetismo, conforme tabela abaixo:

UF / Território / Municípios	2000	2010
Bahia	22,1	16,3
Litoral Norte e Agreste Baiano_total	25,8	19,6
Acajutiba	30,7	21,4
Alagoinhas	12,8	9,6
Aporá	38,9	28,3
Araçás	32,3	22,1
Aramari	32,0	19,1
Cardeal da Silva	30,0	21,8
Catu	14,8	10,5
Conde	32,4	23,5
Crisópolis	41,9	32,3
Entre Rios	26,0	16,9
Esplanada	27,7	21,3
Inhambupe	34,1	23,4
Itanagra	31,0	25,7
Itapicuru	45,5	39,1
Jandaíra	38,4	26,5
Olindina	31,3	27,3
Ouriçangas	34,9	25,4
Pedrão	26,3	21,8
Rio Real	29,9	26,2
Sátiro Dias	38,8	27,7

Tabela 1 - Taxa de analfabetismo, segundo os municípios do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, Bahia, 2000 e 2010.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Apesar de uma melhora tímida nos índices, o Território encontra-se ainda em situação de descompasso com o que indicam os índices nacionais. Mesmo que estatisticamente tenha ocorrido uma diminuição do analfabetismo, os números não são suficientes para termos uma imagem mais precisa da educação e seus avanços ou retrocessos.

Para estabelecer uma comparação que permita inferir o posicionamento governamental no que tange ao imbricamento entre educação e cultura, é pertinente verificar parte do planejamento plurianual para a região, período 2016-2019:

a) sob a rubrica de Educar para Transformar, o programa do governo do estado da Bahia, de responsabilidade executiva da Secretaria de Educação Estadual, tem como compromissos:

- Aprimorar a qualidade e o alcance do sinal oferecidos à população, ampliando e modernizando o sistema de radiodifusão pública da Bahia; Conso-

lidar e ampliar as ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais; Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino; Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto; Fortalecer a gestão democrática e participativa no órgão central, nos núcleos regionais de educação das unidades escolares da educação básica; Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual; Promover a modernização e ampliação da infraestrutura das universidades estaduais, observando parâmetros técnicos; Prover infraestrutura e suprimentos adequados na rede escolar estadual.

A esses compromissos estão associadas metas a serem alcançadas, a saber:

- Implantar geradoras de rádio FM educativas outorgadas pelo Ministério das Comunicações; Implantar, nas estações retransmissoras da TV Educativa - TVE, o sinal digital; Atualizar o acervo das unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas; Ofertar cursos de graduação presencial; Ofertar turmas em cursos de Educação a Distância – EAD; Desenvolver, nas unidades escolares, ações socioeducacionais e culturais; Implantar, nas unidades escolares, as diretrizes curriculares estaduais para a educação básica e suas modalidades - Currículo Bahia; Realizar a valorização e formação inicial e continuada para professores e profissionais da educação; Realizar, nas unidades escolares, o Programa Ciência na Escola para áreas de ciências da natureza e ciências humanas do ensino fundamental e ensino médio; Realizar, nas unidades escolares, o Programa Gestar na Escola; Realizar a formação de estudantes na educação de jovens e adultos; Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares; Promover a produção de tecnologias sociais disseminadas em eventos de intervenção social; Valorizar os gestores escolares dos núcleos regionais de educação e diretores das unidades escolares da rede estadual; Atender às demandas da educação no campo; Implementar, nas unidades escolares quilombolas da rede estadual, a política da educação escolar quilombola; Realizar ações socioeducacionais especiais – Proease; Ampliar unidades universitárias; Construir espaços em unidades universitárias; Equipar unidades universitárias; Recuperar unidades universitárias; Ampliar as unidades escolares da educação básica; Assegurar o funcionamento regular de unidades escolares e prédios administrativos da rede pública estadual; Construir unidades escolares da educação básica; Distribuir uniformes para estudantes da educação básica na rede estadual; Dotar as bibliotecas da rede estadual de infraestrutura física adequada; Garantir alimentação saudável nas unidades escolares da rede estadual; Melhorar a estrutura física de unidades escolares da educação básica; Melhorar a estrutura física de unidades escolares da educação integral; Ofertar transporte escolar para os estudantes da rede estadual nos municípios.

b) sobre a rubrica de Cultura e Identidades, programa do governo do estado da Bahia, de responsabilidade da Secretaria da Cultura, o seguinte compromisso:

- Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas à sua sustentabilidade e o atendimento à sua função sociocultural.

Ao qual está vinculada a seguinte meta:

- Promover a conservação, restauração e requalificação bens protegidos ou de reconhecido valor cultural: móveis, imóveis e integrados.

A partir desses dados é possível estabelecer algumas considerações:

Há uma clara distinção entre o que a Administração Pública Estadual considera como sendo relevante em termos de educação. Basicamente, trata-se de equipamentos, espaços físicos, máquinas, transporte etc. Observa-se que quando destaca como meta “Promover a produção de tecnologias sociais disseminadas em eventos de intervenção social” não indica maiores detalhes do que quer realmente dizer, muito menos dá pistas do que será feito.

Também é flagrante a concepção de que educação e cultura são dois elementos que não se comunicam. Não há proposição de ações que integrem o meio escolar com a promoção de ações visando a cultura.

A ideia de cultura que perpassa as ações oficiais é a de cultura como patrimônio histórico. Entende que o incentivo à cultura é conservar, preservar, restaura e qualificar os objetos culturais que tratam de um momento da história, dos vestígios da organização humana. Logo, trata-se de preservar uma história oficial de grupos dominantes ou que conseguiram legitimar-se perante o poder do Estado. Não há qualquer menção a iniciativas que busquem estimular o diálogo entre os grupos que compõem o território, suas organizações e expressões culturais. Na visão da Administração, cultura é o que foi, o que passou e que deixou suas marcas, descartando qualquer possibilidade de ver a cultura em movimento e a fluidez das identidades.

Até aqui, tem-se um pequeno recorte do Território de Identidade 18. Certamente muitas inferências podem ser feitas a partir dos fatores múltiplos que o compõe. O objetivo foi tão somente o de situar geoeconomicamente o local de desenvolvimento da pesquisa. Passa-se agora ao movimento propriamente dito da pesquisa.

POR QUE EDITORAS EM ALAGOINHAS?

Essa é a primeira indagação que se faz ao se deparar com o trabalho de pesquisa que se propõe a pensar a possibilidade de construir uma interpretação dos discursos associados ao fazer de editoras e editores, mas principalmente das editoras, em um território que está situado fora do eixo que comumente seria considerado como de circuito do livro ou de expressões culturais que têm no livro um meio de circulação.

Primeiramente, a escolha de trabalhar com editoras de livros e, por extensão, com editores de livro, deveu-se ao fato de ser dominante na cultura ocidental o valor do livro como fonte de conhecimento, em uma visão quase deificada do objeto.

O livro impresso, enquanto suporte físico para o desenvolvimento das ciências, das artes e das religiões ocupa a centralidade da educação e da formação do gosto e da estética, das interpretações de mundo e das explicações diversas para fenômenos desconhecidos pela maioria das pessoas.

Se esse objeto cultural é algo de tamanha importância, não se faz menor o papel de quem o produz. Dessa forma, estudar o mercado editorial local parece ser uma via para interpretar a importância das expressões e manifestações da cultura dos múltiplos grupos que convivem ou disputam espaços políticos, econômicos e sociais.

Afirmar que o trabalho de uma editora é publicar livros é reduzir o significado daquilo que de fato acontece. É ocultar as negociações com autores acerca do alcance e lucratividade, dos percentuais de direitos autorais de suas obras; é encobrir as estratégias de marketing e publicidade; a distribuição nos pontos de venda; anestesiar a captura dos valores culturais pelos interesses capitalistas ao mesmo tempo que invisibiliza as explorações nas relações de trabalho.

É também deixar de observar de que forma se processa a escolha ou recusa de um determinado conteúdo, ideia, informação, valor (estético, político, dignificante etc.) que poderá ser acessado pelo público leitor-consumidor.

Por outro lado, reduz em igual proporção qualquer atuação engajada e projeto político que esteja associado à linha editorial que se escolheu seguir. É enfraquecer qualquer pretensão de intervir no entorno através da oferta de objetos culturais que valorizem a vida em detrimento da soberania do econômico.

De igual modo, a investigação em torno do enquadramento da atividade econômica editorial no setor da economia criativa surge como mote para pensar se é possível questionar o modelo capitalista de desenvolvimento econômico. Então, propõe-se identificar de igual modo a existência ou não de editoras que possam ser identificadas como criativas, no sentido que a economia atual atribuiu para essa palavra.

A criatividade que foi incorporada como um valor econômico pelo mercado atual não pode ser vista apenas como uma característica da mercadoria em si, da sua apresentação, mas deve ser vista a partir da noção de modelo de negócio que escapa do tradicional e incorpora formas de produção e negociação que resultam em uma inovação, tendo como principal artifício a chamada entrega de valores.

Na acepção da economia criativa, portanto, fazer negócios é entregar mercadorias acompanhadas de valores não só de uso, mas de aperfeiçoamento constante (pessoal, de grupo, da cultura corporativa...) que gera a confiança no mercado e retorno financeiro fidelizado.

Não é sem alguma razão que a escolha recaia sobre essa parte do Território 18. Trata-se de cidade-pólo, que concentra o maior número populacional, centro comercial mais desenvolvido da região, uma universidade estadual com inúmeros cursos de licenciatura e algumas faculdades privadas (presencial e EaD), um cenário de segmentos culturais diversificados (poetas, cantores, músicos, escritores, atores, intelectuais etc.).

O município apresenta infraestrutura mais desenvolvida, favorável a trocas urbanas de bens e serviços, assumindo o papel de intermediário entre os grandes centros urbanos e os pequenos centros formados pelas cidades mais ao interior do estado. Tais trocas

também se dão pela linguagem escrita desde textos técnicos, informativos, científicos, até literários.

Sobre a produção artística dos escritores de Alagoinhas, Vanise Albuquerque dos Santos, em sua pesquisa de mestrado³, afirma que a produção artística dos escritores é invisível e não cessa, colocando-se contrária aos modos hegemônicos de produzir cultura. Apesar do cenário de ausências no que tange às políticas públicas via Secretaria de Cultura Municipal que contemple este segmento artístico, os artistas têm buscado modos alternativos para a comercialização da sua produção através de páginas virtuais, feiras de livro, entre amigos, entrevistas nas rádios etc.

Com base na pesquisadora citada, dentre os equipamentos de cultura há a Associação de escritores de Alagoinhas — Casa do Poeta (CASPAL), única do Território, e a Academia de Letras e Artes de Alagoinhas (ALADA). Entretanto, sinaliza a autora que os problemas estruturantes devem ser discutidos, pois há barreiras para os escritores encontrar as editoras, participar de editais lançados pelo Estado, entraves para a organização e funcionamento das associações literárias, bem como dificuldades tanto do financiamento do poder público quanto da iniciativa privada para a publicação.⁴

Com uma discussão sobre as políticas públicas culturais para as políticas literárias, Vanise A. Santos instiga-nos a pensar no processo de democratização da cadeia produtiva do livro e na “escassez de editoras habilitadas para atuar neste mercado no Estado”.⁵ “O que mudou depois das Conferências de Culturas em relação ao segmento criativo literário, principalmente, no que tange à editora? [...] E o livro dos sujeitos escritores? Cadê as editoras de Alagoinhas?”⁶

O cenário urbano é relevante para a construção de espaços que permitam as trocas simbólicas de capital cultural, para a consolidação de uma cultura letrada através da expansão da formação de público leitor, contando para isso com a participação das escolas, tornando-se o lugar privilegiado do estudo dos eventos de letramentos, ou melhor, das práticas discursivas orais, sociais e escritas.

Além disso, é a cidade onde reside um programa de pós-graduação *strictu sensu* que se coloca na vanguarda das pesquisas em crítica cultural, com produções intelectuais que despontam em trabalhos com setores ou grupos subalternizados ou invisibilizados pelas práticas capitalísticas de dominação e silenciamento. Entre os mestrandos, contam-se alunos oriundos dos municípios que compõem o Litoral Norte e Agreste Baiano pesquisando sobre objetos culturais locais, formando um acervo que ajuda a pensar as identidades desse Território.

Isso induz intrinsecamente a perguntar sobre qual é o destino final dos resultados

3 SANTOS, Vanise Albuquerque. *Literatura e políticas públicas em Alagoinhas: outros modos de produção cultural*. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Departamento de Educação - Campus /II, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2012.

4 SANTOS, Vanise Albuquerque. Atuais políticas de cultura — e a literatura? *Grau Zero Revista de Crítica Cultural*, Alagoinhas: Fábrica de Letras, v. 2, n. 1, jul./dez. 2014. p. 29.

5 SANTOS, Vanise Albuquerque. Atuais políticas de cultura — e a literatura? *Grau Zero Revista de Crítica Cultural*. Alagoinhas: Fábrica de Letras. v. 2 n. 1, 2014. p. 30.

6 SANTOS, Vanise Albuquerque. *Literatura e políticas públicas em Alagoinhas: outros modos de produção cultural*. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Departamento de Educação - Campus /II, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2012.

dessas pesquisas: Onde elas são publicadas (se é que são)? Alguma foi transformada em livro? Geraram alguma espécie de curso ou de treinamento, material de estudo ou apoio para grupos deslocados dos centros de decisão/poder local? Estão gerando novas discussões? Estão sendo ampliadas? Que estratégias de circulação estão sendo adotadas? Ou simplesmente estão pegando poeira nas estantes do acervo de produção do programa? Em tais indagações, leia-se também a produção de escritores locais.

Pensar essas questões no contexto de possibilidade de existência de editoras no município se insinua como uma provocação bastante pertinente e silenciosa. Se há produção intelectual e artística, considerando o campo cultural local, é de se esperar que haja demanda para a publicação de trabalhos autorais nativos e, por via de consequência, que exista um mercado editorial para lidar com tal demanda.

Sinaliza Vanise A. Santos, em sua pesquisa, para a questão

Um dos raros momentos em que houve o encontro entre a maioria de escritores (as) locais, regionais e diretoria da CASPAL aconteceu durante a realização do I Fórum Nacional de Crítica Cultural, promovido pelo Mestrado em Crítica Cultural, na UNEB-Campus II, em novembro de 2010. Neste evento, houve uma riquíssima discussão em torno das dificuldades de edição, publicação, circulação e engajamento dos escritores, e a atual relação desse grupo com as políticas públicas de cultura propostas pelo Estado.⁷

Assumindo a interrogação por uma outra perspectiva, pode-se pensar sobre a inexistência de demanda para a um mercado editorial apesar da existência de produção autoral acadêmica, intelectual e artística. Sendo este o caso, há que se interrogar acerca de quais são os fatores que obstruem ou dificultam a publicação de trabalhos por uma editora que fosse local.

Na entrevista concedida pela escritora Cristiana Alves, em 27/09/2011, para a pesquisa *Literatura e políticas públicas em Alagoínhas: outros modos de produção cultural*, pode-se encontrar algumas pistas que ajudam a refletir:

[...] O maior problema para os escritores baianos encontra-se no reduzido número de editoras do nosso estado e no fato destas terem linhas ou tendências editoriais específicas, mesmo quando dizem não ter público alvo. A maior parte das editoras não tem conselho editorial e possuem uma baixa qualidade na editoração; não se responsabilizam por divulgação, assim, fica ao encargo do escritor produzir, financiar a publicação, muitas vezes, trabalhar na editoração, divulgação e, por fim, lançamento e vendas. Em resumo as condições de produção do livro no estado da Bahia são muito difíceis e muitos jovens escritores preferem publicar por editoras do eixo Rio-São Paulo, que oferecem maiores possibilidades de pagamento e melhor editoração.⁸

A inferência decorrente da ideia de um mercado editorial local abre espaço para que se busque detectar qual é a lógica sobre a qual se desenvolve tal atividade econômica: se puramente comercial ou se há espaço para pensar o fortalecimento e desenvolvimento dos valores locais/regionais que podem estar associados às mercadorias elaboradas.

7 SANTOS, Vanise Albuquerque. *Literatura e políticas públicas em Alagoínhas: outros modos de produção cultural*. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Departamento de Educação - Campus /II, Universidade do Estado da Bahia, Alagoínhas, 2012. p. 61.

8 Idem. p. 63.

Em ambos os casos, imaginando que exista tal mercado, faz-se necessário indagar os caminhos utilizados para assegurar a circulação do bem de consumo livro. Impõe-se em certa medida agregar valor comercial e econômico ao valor cultural resultante dos esforços dos diferentes atores sociais, sejam eles cordelistas ou pesquisadores acadêmicos, de modo que a atividade realizada possa se auto alimentar e ter alguma sustentabilidade.

Outros aspectos podem ser estudados no diz respeito ao tipo de trabalho autoral local publicado. Tratam-se de poemas, coletâneas de poemas, romances, literatura fantástica, estudos, teoria, ensaios, cordéis, literatura histórica, contos? Qual a tiragem? Quem é o público a quem se destina? Há uma rede de distribuição? Qual a participação das mídias sociais? O autor é o vendedor? Qual é o alcance territorial desse material? Os estudantes demonstram algum interesse?

Sendo a cidade pólo do Território 18, a hipótese levantada foi a de que, caso exista de fato um mercado livreiro na região que seja abastecido com trabalhos autóctones, a probabilidade de existência de uma editora que satisfaça essa finalidade é muito maior onde as condições materiais, econômicas e políticas apresentam-se reunidas. Partiu-se, portanto, dessa premissa para determinar a escolha do *locus* da pesquisa.

DISCURSOS E DISCUSSÕES

Uma vez que se identificou o território em que se desenrolou a atividade propriamente dita da pesquisa, foi colocar o pé na estrada e partir em direção ao tão esperado contato com as tessituras da realidade, para tentar entrever as tessituras da atividade editorial.

Um planejamento mínimo é requisito essencial para qualquer incursão exploratória por terrenos desconhecidos. Como localizar dentro do recorte geográfico as possíveis editoras? Quem tenciona fazer uma excursão por territórios desconhecidos ou pouco conhecidos necessitará de pelo menos ter às mãos um plano e um mapa, ainda que rudimentar, para estabelecer um conhecimento mínimo acerca das terras em que pretende se aventurar, tendo clareza de que o “mapa não é o território”⁹.

Tomando inspiração na obra *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carrol, mais especificamente no diálogo entre o Gato e Alice, que a seguir reproduzo, peço a permissão para um questionamento, uma provocação, que julgo de alguma validade:

“Gatinho de Cheshire”, começou, bem timidamente, pois não tinha certeza se ele gostaria de ser chamado assim: entretanto, ele apenas sorriu um pouco mais. “Acho que ele gostou”, pensou Alice, e continuou: “O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?”

“Isso depende muito de para onde você quer ir”, respondeu o Gato.

“Não me importo muito para onde...”, retrucou Alice.

“Então, não importa o caminho que você escolha”, disse o Gato. “...contanto que dê em algum lugar”, Alice completou.

9 DELEUZE, Gilles. GUATTARI. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Trad.: Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

“Oh, você pode ter certeza que vai chegar”, disse o Gato, “se você caminhar bastante.”.¹⁰

Tal provocação pode funcionar de duas formas: a primeira dá conta da necessidade de se definir a priori aonde se quer chegar e, por via de consequência, como se pretende chegar, que caminho e com quais instrumentos, equipamentos, materiais e ideias. Nesse sentido, seria antecipar a visão daquilo que se quer alcançar, dos resultados que se quer obter e em quanto tempo se pretende fazer isso. Um outro modo possível de ver a provocação proposta a partir do fragmento, e sempre deixando aberto ao exercício da interpretação das possibilidades outras que se possam pensar, segue por via diversa. Propõe questionar se é possível definir antecipadamente o lugar aonde se quer chegar, via de regra, o caminho e instrumentos, equipamentos, materiais e ideias necessários na aventura, se de fato não se conhece aonde se quer chegar.

Optou-se pela primeira interpretação. Assumiu-se que seria possível estabelecer relações apriorísticas com o território e suas surpresas. Logo, foi necessário fazer um mapeamento que conduzisse por entre os lugares a serem explorados. Como primeira atividade de mapeamento, fez-se um levantamento de informações através da internet. Basicamente o trabalho consistiu em digitar na ferramenta de busca as palavras ‘editoras’ e ‘Alagoinhas’ e esperar pelos primeiros resultados. Essa primeira tentativa apresentou alguns resultados, alimentando a esperança de encontrar um terreno bastante fértil para a pesquisa.

Nesse levantamento, registrou-se o nome das editoras e os endereços, situando-os através do *google maps*, já sendo pensado um itinerário para as possíveis conversas ou entrevistas. Notou-se a ausência da informação acerca do e-mail para contato, o que chega a ser interessante nos dias atuais em que o grande volume de comunicação se dá por via eletrônica.

Superada essa primeira busca, mas ainda se mantendo na internet, escolheu-se um outro parâmetro para a pesquisa. Nesse segundo momento, buscou-se combinar as expressões ‘edição de livro’ e ‘Alagoinhas’. Não houve um retorno positivo da busca que retornou entre os resultados a Casa dos Livros, uma livraria e não editora em Alagoinhas.

Por se tratar de atividade econômica regulamentada, que teoricamente precisa estar registrada na Junta Comercial da Bahia, a ideia foi pesquisar junto ao site do órgão pela atividade de edição de livros no município de Alagoinhas. Não se mostrou tarefa simples pois a página de pesquisa da Junta requer que se tenha o número de inscrição estadual da empresa ou o número de cadastro nacional de pessoa jurídica. Logo, restou frustrada essa tentativa.

A próxima alternativa foi consultar alguns sites¹¹ que dão informações básicas sobre empresas no Brasil, utilizando os mesmos parâmetros citados anteriormente. Essa busca foi mais profícua que as anteriores e retornou resultados de pessoas que registraram empresa cuja atividade principal é a edição de livros.

10 CARROL, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. Trad. Clélia Regina Ramos. Ed. Arara Azul. Versão para ebook. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/alicep.pdf>> p. 59. Acesso em 04 set 2016.

11 Empresas do Brasil. Disponível em: <<http://empresasdobrasil.com/empresas/alagoinhas-ba/edicao-de-livros>> Acesso em: 20 dez 2017. e Edição de Livros em Alagoinhas – BA. Disponível em: <http://www.cadastrobrasil.org/por_cidade/alagoinhas_edicao-de-livros> Acesso em: 20 dez 2017.

Ainda restava mais uma incursão pelos caminhos virtuais: o facebook. Foi criado um perfil com a exclusiva missão de sondar a existência de alguma editora com registro na rede social. Aqui o parâmetro utilizado foi novamente a combinação entre ‘editora’ e ‘Alagoinhas’. Houve retorno positivo e foi possível ampliar o quadro de possíveis editoras/editores que trabalhassem com edição de livros em Alagoinhas. Abaixo seguem-se duas tabelas com os resultados:

EDITORA/GRÁFICA	ENDEREÇO
Dannygraff Gráfica e Editora Ltda	Rua Dantas Bião, Alagoinhas
Demalta Gráfica e Editora	Praça Rui Barbosa, 184, Centro, Alagoinhas. CEP 48.010-130
D.N.A. Editora e Comunicação Global	Rua Oito de dezembro, 17, Alagoinhas. 48030-260
Editall Editora e Tipografia Alagoinhas	Avenida Juracy Magalhães, 68, Alagoinhas. CEP 48040-210
Editora Balbucio psicanalise e pesquisa	R Marechal Deodoro, 139 Bairro Centro Alagoinhas CEP 48.005-020
Editora Postal	R Marechal Floriano, 05, Santa Terezinha Alagoinhas CEP 48.010-420
Grafcolor Gráfica e Editora	Rua Santa Maria, Alagoinhas
Gráfica e Editora Oliveira Indústria e Comércio	Jardim Petrolar, 56, Alagoinhas. 48.100-000
Gráfica Gênese	Rua Manoel Vitorino, 185, Centro, Alagoinhas. CEP: 48005-500
Gráfica Millennium	Rua Tupy Caldas, 91, Santa Terezinha, Alagoinhas. CEP 48.010-480
Grafipel Gráfica e Editora	Avenida Juracy Magalhães, Alagoinhas
Impact Gráfica e Editora	Rua Tupy Caldas, Santa Terezinha, Alagoinhas. CEP 48.010-480
J.M. Gráfica e Editora	Rua São Lázaro, Alagoinhas.

Tabela 02: Editoras/Gráficas em Alagoinhas

EDIÇÃO DE LIVROS	ENDEREÇO
Adriana dos livros	R Marechal Floriano, 07 Santa Terezinha Alagoinhas CEP 48.010-420
Alcides Lisboa	Conj. Dom José Cornelis, Alagoinhas - BA
Cristiano Silva dos Santos	R Marechal Floriano, 06, Santa Terezinha Alagoinhas CEP 48.010-420
Elias Rodrigues da Cruz Filho	R Marechal Floriano, 60, Santa Terezinha, Alagoinhas CEP 48.010-420
Elizabete Oliveira Lima	Rua Marechal Floriano, Alagoinhas - BA
Graziela Fernandes de Araujo	Avenida Silva Jardim, Alagoinhas - BA
José Santos da Silva	R Marechal Floriano, 7 Santa Terezinha, Alagoinhas CEP 48.010-420
Juventude Justino de Almeida	Conjunto Urbis I, 04, casa A, Jardim Petrolar, Alagoinhas CEP 48.030-680
Luciana Lima de Almeida	R Marechal Floriano, 08, casa, Santa Terezinha, Alagoinhas CEP 48.010-420
Mariclea Conceição Santos	Av. Severino Vieira, 29, casa, Centro, Alagoinhas CEP 48.005-460

Tabela 03: Empresário Individual cuja atividade econômica é edição de livro

Feito o mapeamento, a ação a seguir foi a de tentar os primeiros contatos com os (as) representantes das editoras/gráficas, além dos que figuravam como o que se supunha serem editores de livros, dado que o registro da atividade principal é edição de livros. A primeira via de comunicação seria o e-mail. No entanto, essa informação não foi divulgada, o que causou uma certa reflexão acerca das estratégias de marketing e divulgação. Entre aqueles que possuem página no Facebook não havia a opção de mensagem, apenas as alternativas de seguir ou curtir a página, o que também não parece ser o mais viável. Talvez seja um ponto para uma futura reflexão acerca das estratégias de divulgação e comunicação, em um estudo sobre marketing.

O próximo passo, portanto, foi o de ir em busca dos locais nos endereços e estabelecer os primeiros contatos com os indivíduos para apresentar a proposta de pesquisa e dialogar acerca das disposições em esses contribuírem para a pesquisa com entrevista ou resolução de questionário. Isso se mostrou um desafio maior do que o esperado.

O primeiro obstáculo foi o geográfico. Encontrar os endereços através de mapas disponíveis na internet e mesmo através do uso de GPS (*Global Position System*) deveria ser tarefa simples. Contudo, a desatualização ou o conflito de informações quase sempre foi a tônica. Socorrer-se do auxílio dos moradores do município também não foi tão

simples. Não se sabe se por desconfiança ou simples ausência de habilidade para fornecer informações de localização, ou ainda o desconhecimento mesmo acerca dos lugares, as pessoas não se mostraram capazes de orientar a como chegar até os estabelecimentos ou pessoas listadas. De todo modo, demonstra que o impacto da atividade exercida por esse grupo está restrito àqueles que precisem ou venham a precisar dos serviços ofertados.

Apesar de se tratar de um município com relativo desenvolvimento – o mais desenvolvido do Território de Identidade – localizar um endereço específico passou de tarefa corriqueira para desafio.

Já aqui cabe ressaltar que alguns endereços, embora tenham sido localizados, não representavam informação fidedigna pois em alguns deles não foi possível localizar o número do imóvel constante da informação, além de, ao interpelar os moradores, esses disseram que não conheciam, que nunca tinham ouvido falar, que não sabiam de ninguém que trabalhasse com livros, que não tinha nenhuma gráfica. Isso resultou na impossibilidade de acessar a esses não localizados.

E quanto aos locais que foram encontrados?

No grupo de empresário individual cuja atividade principal é a edição de livros apenas dois foram localizados.

A experiência de localizar o primeiro deles foi ao sabor do acaso. Após algum tempo circulando em busca do endereço – não há uma sinalização suficientemente boa das ruas – foi observada a necessidade de fazer cópia dos questionários/entrevista. Parou-se em um local com uma placa sinalizando o serviço de cópia. Em conversa com o dono do lugar, foi indagado se saberia a localização da pessoa que constava como editor de livro. Tratava-se dele. Iniciou-se uma conversa informal bastante proveitosa que forneceu alguns elementos:

- a) foi dito que o fato de constar no registro a atividade de edição de livro, trata-se de uma exigência que a junta comercial faz, não sabendo explicar o motivo, mas que de fato o objeto da empresa era basicamente a impressão de notas fiscais, formulários, talões etc.
- b) que houve um declínio no trabalho das gráficas, principalmente nas de pequeno porte, com o advento da nota fiscal eletrônica, pois dispensa o uso do impresso, mas que ainda existia uma demanda, mesmo que pequena, por conta da desconfiança de alguns empresários em relação ao sistema informatizado;
- c) que a carga tributária para o exercício da atividade de impressão de nota fiscal é muito pesada, além dos impostos municipais, e que isso praticamente achatou o desempenho econômico da empresa, que passou de empregar 6 pessoas para apenas 1;
- d) que as gráficas maiores praticamente fizeram uma pressão sobre os clientes de pequenas gráficas para que estes migrassem, chegando a oferecer os serviços por preços equivalentes a quase metade do valor cobrado pelos menores, querendo extinguir a concorrência desses;
- e) com relação aos livros, que como qualquer gráfica, faz a impressão do material se algum autor procurar. Também faz a encadernação, mas o tipo de material e o

tipo de encadernação são os mais simples. Que quando acontece de imprimir algum livro, a tiragem é baixa, no máximo 100 exemplares;

f) que a burocracia para funcionar como editora tornaria impossível para ele a atividade;

g) ainda, que os equipamentos se modernizaram muito ao mesmo tempo que se tornaram cada vez mais caros. Chegou a adquirir um equipamento anos atrás, mas se desfez porque não houve demanda que justificasse a manutenção do equipamento.

Se dispôs a mostrar o espaço em que funciona como gráfica, um espaço limitado de em média 15m², com equipamentos rudimentares. O mais moderno é um computador de mesa aparentando ter algo em torno de três anos de uso e duas impressoras. Os equipamentos utilizados para impressão são antigos, bem como a guilhotina utilizada para cortar o material, essa sendo uma guilhotina de ferro fundido com uma alavanca de ferro acionada para fazer o corte.

Indagado se conhecia alguma editora/gráfica que trabalhasse com a edição de livro no município disse que não, que provavelmente a maioria apenas fazia a impressão, mas que não tinha certeza. Perguntado se aceitaria gravar a entrevista ou responder ao questionário, afirmou preferir não o fazer por entender que não teria contribuição a dar, mesmo já tendo colaborado.

A outra pessoa encontrada desse grupo, informou que nunca trabalhou sequer com gráfica, impressão e, muito menos, com a edição de livros. Que isso se dava por conta do registro como empresário em que são vinculadas várias atividades ao mesmo tempo, e que o trabalho que sempre pretendeu fazer foi o de web designer, mas que estava inativa apesar de não ter dado baixa no registro. Que pensava em tentar novamente, mas que em nenhum momento houve a pretensão de trabalhar com qualquer coisa relacionada à edição de livro.

Com relação ao grupo 'editora/gráfica', houve alguma dificuldade em localizar todos os endereços, mas a procura foi melhor sucedida. Entretanto, isso não significou que o resultado final fosse melhor.

Dos treze locais relacionados, apenas três informaram trabalhar com livros. Os demais, em sua grande maioria, apesar de exibir o nome "editora" em sua denominação, funcionam como revendedora de material de papelaria, artigos diversos (desde artigos para presentes até material esportivo), gráfica especializada em impressão de material para campanha política, campanha publicitária, material de *outdoors*, impressora de notas e talões, estamperia em roupas, comunicação visual, estúdio de audiovisual e gráfica oficial para municípios.

Das três que informaram trabalhar com livros, duas afirmaram que a demanda é extremamente pequena e que não valeria investir, que apenas imprimem o livro se o autor levar o material finalizado, e que em caso de ser solicitado um material mais refinado, com um acabamento mais sofisticado ou complexo, terceirizam o serviço, passando o serviço para gráficas maiores no sudeste do país. As duas disseram preferir não dar entrevista ou responder ao questionário.

Apenas a Grafcolor Gráfica e Editora, cujo dono é o Senhor Francisco de Assis, aceitou responder algumas perguntas e permitiu a gravação. O questionário utilizado para nortear a entrevista segue em anexo ao final. Abaixo, a síntese da entrevista com os elementos que procurou-se destacar para análise.

Quando perguntado sobre o porquê de criar a editora e a concepção filosófica, o Sr. Francisco de Assis respondeu que quando criou a editora a intenção era atender a cidade porque não tinha nenhuma. Mas que na verdade não faz o trabalho de editoração. Apenas imprime. O autor apresenta o livro já finalizado. Que se quiser um livro simples fazem, e que se precisar fazer os registros necessários nos órgãos competentes também fazem, prestando assessoria para que o livro possa ter todos os registros necessários.

Sobre o tempo de existência da editora, informou que estão há dezoito anos funcionando, mas que imprimiram poucos livros. É difícil concorrer com as grandes editoras do Sudeste porque não tem acesso ao benefício do papel que as grandes têm. Então, os autores preferem publicar fora, até mesmo em Portugal, pois o custo para a publicação sai por um valor muito menor.

Quando perguntado sobre a existência ou não de contrato entre a editora e o autor, respondeu que o único contrato que fazem diz respeito ao pedido de impressão dos livros. É apresentada uma planilha com o orçamento, de acordo com o número de exemplares, e o autor decide quantos livros irá mandar imprimir.

Informou que não se responsabilizam por questões de direitos autorais ou de imagens, por exemplo, pois não tem uma estrutura organizada para isso. Apenas se responsabilizam pela impressão conforme a autorização do autor, sendo este o responsável pelo conteúdo do livro e assumindo que o livro é todo autoral.

De fato, funcionam como gráfica. A ideia inicial é que seria uma editora para atender a demanda dos escritores da região em que o município se encontra. Dos poucos livros que imprimiu, existem autores de Aporá, Entre Rios, Alagoinhas. Que atualmente imprime apenas material de um poeta da cidade, mas em baixa tiragem, sem nenhum registro, apenas para ser vendido a algumas escolas municipais, mesmo porque os custos para a publicação de um livro são altos.

Que devido à ausência de demanda, foi se desfazendo das máquinas mais sofisticadas e relacionadas à encadernação e impressão mais sofisticados pois os custos com a manutenção de equipamento parado são muito altos, além de ter que pagar um funcionário para ficar à disposição para operar a máquina. Quando surge algum trabalho que exige um equipamento ou técnica mais sofisticada, terceiriza o serviço, contratando alguma grande gráfica em Salvador.

Quanto a maior dificuldade para funcionar como uma editora de livros, afirmou que é realmente a baixa demanda, quase zero. Que mesmo como gráfica já tem enfrentado dificuldades para manter um funcionamento razoável, suficiente para cumprir com as obrigações. Que as demandas diminuíram muito, implicando em máquinas e equipamentos ociosos que com o tempo precisam ser vendidos. Não há incentivo algum por parte dos poderes públicos. Existe uma carga tributária muito grande independentemente de haver produção ou não.

Falando em estratégia de venda por parte dos autores, disse que não sabe dizer

como eles fazem. Quando é uma coisa bem específica, indica para alguma escola ou livraria para que o próprio autor possa negociar a venda. Afirmou que as livrarias não se arriscam com novos autores.

Indagado sobre se ainda sonha em poder funcionar como uma editora de livro, disse que não, a idade já pesa. Também não incentiva ninguém a entrar no ramo. Que hoje com a facilidade do computador, tornou difícil alguém buscar o serviço de gráfica.

Sobre a formação para o trabalho com gráfica/editora disse que foi aprendendo na prática, não possui nenhum curso na área. A formação escolar que possui é de técnico em contabilidade. Tendo trabalhado em gráfica desde cedo.

As últimas informações fornecidas, já em caráter de conversa informal que não constou da gravação, foram de que por diversas vezes tentou fazer o registro especial para a obtenção do benefício do papel, preenchendo os formulários e apresentando a documentação exigida, mas nunca obteve a liberação, o que desestimulou também a iniciativa de funcionar como editora.

Antes da análise das informações fornecidas, achou-se de algum valor buscar fora do Território 18 alguma editora de livros que trabalhasse de modo independente e que pudesse ser inscrita no setor da economia criativa, ou que se reconhecesse como pertencente a esse setor, para um confronto das informações. Assim, foi realizada nova etapa de mapeamento no entorno próximo, das quais obteve-se resposta apenas de uma, a Editora Jornal do Povo, situada no município de São Sebastião do Passé (BA). O contato foi todo estabelecido via e-mail, inclusive as respostas ao questionário. Apresenta-se a seguir.

1. Por que você criou uma editora e qual o seu conceito filosófico?

Resp.: A Editora Jornal do Povo existe desde 1997 com a criação do Jornal impresso em São Sebastião do Passé, Bahia. Em 2009 ao ganhar o Prêmio Areté Cultura Viva do Ministério da Cultura com a coletânea de poetas de São Sebastião do Passé, surge a necessidade de a editora ampliar suas atividades para publicação de livros, que tratassem do escoamento das produções literárias ainda marginais, principalmente no interior do estado da Bahia. Nossa filosofia é atender a demanda de escritores que não possuem o perfil desejado pelo mercado editorial dominante, mas que expresse na sua escrita a valorização da cultura e da arte no interior do estado.

2. Como a editora está organizada? Existe uma linha editorial (artes plásticas, livros, revistas etc.)? Qual a motivação para essa escolha?

Resp.: A Editora Jornal do Povo publica um jornal mensal informativo, e livros que tratem da valorização da cultura nordestina e do Nordeste. Nossa motivação é resistir a um mercado capitalista e tirar das gavetas as escritas que se acumulam por falta de políticas públicas que oportunizem a produção literária no Nordeste, principalmente fora das capitais.

3. Há um mercado para a produção independente do livro? É possível dimensionar o alcance dos livros publicados e o tipo de público?

Resp.: Não. As editoras que aparecem no mercado editorial independente na sua maioria, são gráficas que buscam ampliar seus serviços, mas que tem os custos tão elevados quanto as editoras tidas como dominadoras do mercado editorial. Não tem

qualquer fim filosófico ou visão empreendedora do mercado editorial.

Ainda é um campo a se pesquisar pois não temos a dimensão de livros publicados e os escritores ainda pensam apenas na etapa de diagramação e reprodução dos livros como únicas no processo de editoração ignorando e esbarrando na circulação desses livros que na maioria das vezes ficam amontoados num canto das casas dos escritores pois as distribuidoras não aceitam parceria com pequenas editoras, exatamente pela resistência das livrarias de vender livro de autor desconhecido.

4. Quais as maiores dificuldades para funcionar enquanto editora?

Resp.: Encontrar escritores que queiram investir de forma cooperativa conosco. Quando somos procurados por um escritor com o desejo de publicar um livro, normalmente são desconfiados e acreditam que suas obras terão potencialidade de virar um best seller apesar de não saberem como fazer isso. A outra dificuldade é fazer nossos livros circularem e serem aceitos pelas livrarias que arrebata 50% do valor de venda do exemplar.

5. Qual a estratégia utilizada para conseguir publicar e fazer circular os livros, de modo a alcançar o público-alvo?

Resp.: Venda para prefeituras, distribuição de alguns exemplares para as bibliotecas públicas, lançamentos, participação em feiras, disponibilidade em nossa livraria e sebo etc.

6. Tem conhecimento sobre economia criativa? Diria que sua atividade enquanto editora está nesse nicho?

Resp.: Sim, apesar do jornal sustentar a editora, é nesse nicho que estamos estruturando a editoração de livros.

7. No caso dos direitos autorais e dos percentuais relativos às vendas, como se dá esse acompanhamento?

Resp.: Fazemos dois tipos de contrato. No primeiro assumimos os livros e oferecemos um percentual ou em exemplares ou relativo a venda de livros para o autor. O segundo o autor assume a despesa de editoração e de impressão e ficamos com 5% de cada tiragem que fizer.

8. A editora participa de algum tipo de evento para divulgação dos livros? Existe algum tipo de parceria com outras editoras? De que tipo e com que objetivo?

Resp.: Participamos de alguns eventos, mas como estamos no processo final da publicação ainda do nosso quarto livro, ainda estamos vivendo a “solidão do mercado”.

10. A editora recebe algum tipo de apoio ou financiamento?

Resp.: Não.

11. Qual é a visão política sobre o trabalho de editor e o papel da editora para a sociedade? E qual a relação com a comunidade de estímulo a leitura de autores locais/regionais?

Resp.: Como já afirmei, nossa editora é ainda totalmente desconhecida, com três livros publicados. Acreditamos que o trabalho do editor é servir de fato as demandas geradas pelo autor, no nosso caso buscando alternativa que ajude a editora a crescer, mas sem a exploração do autor. O papel da nossa editora é tornar possível a publicação das poesias de Seu José e Dona Maria- pessoas que escrevem sobre nós, sejam de forma erudita ou

popular, e que nos revele como povo de escrita, oralidade e leitura. Ainda não temos um trabalho para que possamos avaliar essa relação, mas tudo ainda é muito amador, empírico e respaldado na vontade de acessibilidade.

A partir das informações levantadas tanto na entrevista quanto no questionário, passa-se a algumas considerações.

Espera-se que, formando-se em ambiente de proliferação de vida e de suas expressões, mergulhando cada vez mais fundo para alcançar as raízes que nutrem os seres vivos e seus arranjos gregários e buscando comungar com os singelos e fortes momentos de realização humana, os intelectuais da crítica cultural (ou seriam nas artes incultas – considerando que são muitas as manifestações da vida que não são abarcadas pela estética acadêmica, científica, capitalística, mercadológicas...), poderiam - aqui um talvez sempre cai muito bem – trazer um toque delicado, mas muito importante, para a aproximação cada vez mais necessária entre a produção dos pensamentos e teorias produzidas sobre tais exceções e os sujeitos e articulações que geraram tais pensamentos e teorias.

Deparar-se com tal via implica, pode-se dizer, em aguçar a capacidade de, usando da linguagem, do território sempre complexo da palavra dita e não dita, transpor o que está sendo construído enquanto vivência, sem prévia fixação de sentidos, para o terreno das expressões e vocábulos que tentam apreender um sentido, construir um conceito, interrogar os significados e estabelecer uma coerência lógica que possa ser capturada e transmitida a outrem. Conforme lição de Moreira:

Perguntar sobre quem é que é isso ou aquilo, sob que condições históricas e políticas recebeu tal e qual significado, sob que artimanhas circula numa dada comunidade linguística, qual o ponto de sua implosão aberto a sujeitos criadores de realidades, é garantir e sustentar um consumo ativo dos signos, e/ou representações, que não paramos de consumir.¹²

Tais reflexões servem como ponto de partida para uma miríade de posicionamentos perante a vida, oportunizando aos sujeitos reinventarem-se, reconstruírem-se, libertarem-se e, o mais importante, permitir-lhes escolher o que querem, esclarecendo que o escolher aqui colocado é o ato de, tendo conhecimento sobre os elementos envolvidos, as implicações políticas, econômicas, sociais, estéticas, analisando a situação sob vários ângulos e alcances, poder decidir-se sobre o que se quer. E assim seria a atuação do intelectual crítico cultural: participação compartilhada do rumo, experimentando e refletindo sobre as escolhas a todo o momento, atuando ativamente, inserido e não apenas como alienígena.

Stuart Hall, em referência ao pensamento de Gramsci sobre os intelectuais, destaca um ponto fundamental para a compreensão do que aqui se busca traçar: [...] Por um lado, tínhamos que estar na vanguarda do trabalho teórico intelectual, pois segundo Gramsci, é dever dos intelectuais orgânicos ter conhecimentos superiores aos dos intelectuais tradicionais, conhecimentos verdadeiros, não apenas fingir que se sabe, não apenas ter a facilidade do conhecimento, mas conhecer bem e profundamente. [...] Contudo, o segundo aspecto é igualmente crucial: o intelectual orgânico não pode subtrair-se

12 MOREIRA, Osmar. *Oswald de bolso: crítica cultural ao alcance de todos*. Salvador: UNEB, Quarteto, 2010. p. 124.

da responsabilidade da transmissão dessas ideias, desse conhecimento, através da função intelectual, aos que pertencem, profissionalmente à classe intelectual.¹³

Portanto, o intelectual oriundo de uma formação em crítica cultural, não só trafegaria em meio a, mas estaria incrustado em, sendo parte pulsante conjuntamente com os demais sujeitos, multiplicando a potência inata em si enquanto indivíduo em uma coletividade, vivendo aquilo que teoriza e teorizando a vivência. Estaria em contato com o lado de fora dos muros da academia, com os conhecimentos que sequer chegam aos ouvidos dos “doutores da lei” em suas salas climatizadas. Romperia com a fronteira rígida dos saberes de gabinete, combinando-os, mesclando-os, elastecendo-os à medida que incluem a vida nas letras frias das teorias. Nelly Richard, acerca da crítica cultural, ensina:

Por um lado, se se trata de crítica cultural, haveria que insistir em um diálogo *vivo* com o contexto e suas produções em curso; nas microtexturas das práticas locais e contingentes, bem como na heterogeneidade social de sua dinâmica de signos que se abre às formulações inconclusas do novo. Porém, por outro, haveria que deixar aquelas redes, excessivamente comuns, que trivializam a língua dominante da atualidade e do padrão comunicacional dos meios de massas, da sociologia, do mercado e das políticas culturais, para se lançar na aventura de outras nomações. Tratar-se-ia, então, de criticar o desenho do presente (suas lógicas e suas retóricas) não praticando simples inversões de significados, dentro de seu próprio mapa pré-traçado de racionalidade e argumentos, como o faz – simplistamente – a crítica contestatória, mas de explorar as diagonais que olham em direção às regiões menos regulares e concertadas – mais desconcertante - do entorno.¹⁴

Entende-se, portanto, como sendo atribuição intrínseca ao intelectual da crítica cultural a função de apropriar-se profundamente do conhecimento acadêmico para, utilizando-o como um ferramenta, como o faz o artesão com o seu cinzel, trazer à tona aquilo que está submerso em camadas e mais camadas de maquinações, planejamentos, intenções, imposições, normatizações, normalizações etc., que atingem em cheio as coletividades, sufocando-as, subornando-as, submetendo-as, subestimando-as, subutilizando-as, desumanizando-as ao ponto de serem vistas como algo malévolos a ser abandonado o mais rapidamente possível, sem olhar para trás, para requalificá-las, revalorizá-las, revitalizá-las, reinventá-las e, principalmente, libertá-las, para que, sendo elas mesmas portadoras de seus caminhos, escolham pôr-se em marcha ou simplesmente contemplar a paisagem árida ou florestal com a admiração e inocência de uma criança interiorana.

O primeiro movimento para a realização da tarefa é a identificação de pontos de encontro e dos distanciamentos entre as informações apresentadas, para que se possa estabelecer os limites dos discursos. Têm-se dois sujeitos que em alguma medida lidam com o mercado do livro, um que iniciou seus sonhos com a ideia de conseguir desenvolver uma atividade econômica que atendesse a uma demanda local, que em sua perspectiva inicial acreditava existir; e outro que, na trajetória da atividade percebeu como necessidade

13 HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; Trad. Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

14 RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

a ampliação do raio de ação para alcançar indivíduos silenciados e jogados às margens do mundo editorial.

Embora pareçam diferentes em seus pontos de partida, ambos lidam com as regras implícitas do campo econômico do mercado editorial. É preciso compreender quais são os requisitos exigidos para a entrada no campo e, uma vez integrado, estar equipado com os recursos que garantam o reconhecimento e a legitimação, vez que assumir posição de centralidade é adquirir a capacidade para determinar, dentro dos limites, o que é legítimo ou não, negociando com o espectro maior que envolve o campo e determina o reconhecimento social. A proposição de Bourdieu acerca dos campos traz elementos profícuos para explicar essa dinâmica, ainda que os sujeitos não tenham essa noção clara em suas análises acerca dos acontecimentos ou da forma como a organização econômica e social do mercado se manifesta.

Ao considerar a questão, é possível interpretar as dificuldades encontradas pelos agentes editoriais de pequenas editoras, tanto a baixa demanda local para publicar livros de um lado quanto as barreiras levantadas para que autores desconhecidos acessem o grande mercado, fazem parte de um conjunto de capitais, segundo a concepção bourdieusiana. Ou as pequenas editoras não têm acesso a determinados benefícios que estimulariam a atividade – como é o caso de conseguir o registro especial para ter direito ao benefício do papel –, ou os autores não gozam de reconhecimento e certo prestígio perante a comunidade de escritores - quer seja por ter obra já consolidada, quer seja por ter recebido algum prêmio relevante para os novos escritores que funcionaria como um bilhete de entrada para os grupos seletos.

Por outro lado, as restrições impostas àqueles que não possuem capital disponível os estimula a criar rotas alternativas, estratégias e linhas de fuga que possam não só conduzir ao propósito de mercado, mas que indaguem acerca da existência de tais restrições e dos fundamentos de sua existência. Deparam-se com um discurso elaborado a partir de uma linguagem que lhes é inacessível. Assim, faz-se necessário adquirir um novo ‘vocabulário’ com o qual se possa expressar e compreender as relações de força ocorridas nas fronteiras dos campos, de modo a confrontá-lo ou desconstruí-lo. Trata-se de se defrontar com uma experiência que obriga o sujeito a elaborar outra forma de compreensão das interações e de seus papéis.

Coloca-se um ponto onde existe a possibilidade da ruptura com o mundo dado. Romper com o que está posto significa deixar o silêncio das palavras embotadas de significados que não alcançam o sujeito, que mesmo dominando o código não consegue ultrapassar a barreira levantada ao redor das fronteiras que delimitam as áreas de dominação e controle. É necessário romper o silêncio para alcançar novos significados. É na linguagem, portanto, que o indivíduo constitui seu primeiro local de autonomia e de poder, deixando a “infância”, caracterizada pelo silêncio – que não quer dizer ausência de palavras, para se situar no mundo.

A infância age, com efeito, primeiramente sobre a linguagem, constituindo-a e condicionando-a de modo essencial. Pois o próprio fato de que exista uma tal infância, de que exista, portanto, a experiência enquanto limite transcendental da linguagem, exclui que a linguagem possa ela mesma apresentar-se como totalidade e verdade. Se não houvesse a experiência, se não houvesse uma

infância do homem, certamente a língua seria um «jogo», cuja verdade coincidiria com seu uso correto segundo regras lógico-gramaticais. Mas, a partir do momento em que existe uma experiência, que existe uma infância do homem, cuja expropriação é o sujeito da linguagem, a linguagem coloca-se então como o lugar em que a experiência deve tornar-se verdade.¹⁵

A experiência vai se dá na medida em que há a percepção de que não é suficiente o repertório dominado para dar conta das tensões. Ao perceber a necessidade de outras formas de organização para penetrar em espaços tornados de privilégios, uma nova linguagem surge como ferramenta de investigação e de luta. Ao situar a Editora Jornal do Povo como espaço para que os autores desconhecidos e as pessoas do povo de um modo geral possam apresentar sua fala, seus escritos, contendo suas visões e compreensões do mundo, tem-se um exemplo de nova sintaxe produzida pelo rompimento da infância.

Na outra ponta, aparentemente está a imagem do silêncio promovido pela linguagem imposta pelos grupos que dominam o campo editorial, na afirmação de que não é possível combater o sistema vigente. Sinalizou-se que não há acesso ao benefício do papel, os custos são menores nas grandes editoras, não há demanda, não há incentivo governamental, não incentivaria outros a iniciarem atividade no ramo. Essas afirmações podem indicar as dificuldades que se impuseram, e com o tempo, talvez tenham sido responsáveis por diminuir a resistência e o entusiasmo das pequenas editoras, retirando-lhes a capacidade de, ao menos, tentar rasgar o véu que recobre o que está sacralizado por quem teve a força para dar os nomes as coisas.

Seguem-se as regras do jogo, de um lado equilibrando as relações internas do campo editorial, representadas por exigências técnicas, burocráticas, legais e de reconhecimento sem as quais os pretendes a participarem do grande mercado dos livros não estão autorizados a manifestarem sua existência, posto que serão barrados já no início de suas pretensões; e de outro, mantendo o funcionamento das engrenagens sociais do macrossistema em que estão inseridos todos os campos.

Um outro ponto de convergência entre os depoimentos diz respeito à organização (ou ausência dela) dos autores para criar estratégias eficazes que garantam a publicação de suas obras de modo autônomo, desvencilhando-se das amarras capitalísticas que subordinam o mercado editorial. Segundo os colaboradores nessa pesquisa, não há ânimo por parte dos autores locais para apoderar-se dos processos da cadeia produtiva do livro. O desejo de ver o livro publicado, muitas vezes acaba por empurrá-los para a sujeição ao tradicional modelo de mercado editorial, onde há a apropriação por parte das editoras, que compram os direitos autorais das obras se estas apresentarem potencial comercial, responsabilizando-se por cuidar de toda editoração até a venda ao consumidor final.

A outra alternativa que buscam é fazer um contrato de impressão para um número limitado de exemplares, distribuindo-os pessoalmente, mão a mão, sem estratégia de divulgação e sem acesso aos pontos de venda. Normalmente as incursões se dão nas escolas de educação básica ou através de algum contato com os municípios. Em todo caso, nota-se que não há um reconhecimento do trabalho do autor como sendo uma obra de valor cultural local, mas a comercialização é feita em tom de ajuda.

15 AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Trad. de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 62

Ao objetivar criar um espaço alternativo para as vozes silenciadas dos representantes de elementos locais, a proposta da Editora Jornal do Povo pretende alinhar-se com a perspectiva que rompe com o valor meramente econômico dos bens culturais. Propõe-se a pensar no valor estético do signo cultural produzido como vetor de empoderamento dos grupos locais, entendendo neles uma fonte de afirmação da vida e da solidariedade necessária a uma outra maneira de organização social. Pensa em rotas outras que possam dar vazão a diversidade de manifestações da vida, como estratégia para escapar das imposições, realizando a fala a partir de variados pontos da estrutura social, em uma estrutura arborescente, sem centro, emaranhado de contatos e possibilidades discursivas.

Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas. Os agenciamentos coletivos de enunciação funcionam, com efeito, diretamente nos agenciamentos maquínicos, e não se pode estabelecer um corte radical entre os regimes de signos e seus objetos. Na lingüística, mesmo quando se pretende ater-se ao explícito e nada supor da língua, acaba-se permanecendo no interior das esferas de um discurso que implica ainda modos de agenciamento e tipos de poder sociais particulares.¹⁶

Reconhece-se nesse empreendimento por alternativas ao modelo capitalista o esforço por consolidar outras virtualidades e outras formas de dizer e fazer, deslocando a fala para os indivíduos e grupos ao invés de assumir que o lugar da fala está centralizado na estrutura social a que deve se submeter e se adequar cada um, seja tendo que adquirir por transmissão de herança social ou esforço contínuo sistematizado.

Nas colaborar com a pesquisa, resta visível na forma de organizar suas respostas que o elemento econômico é fundamentalmente onde se encontra o ponto sensível para pensar outras formas de organização social. O elemento cultural no mundo das publicações de livros segue atrelado à capacidade financeira dos autores de bancarem seus trabalhos. Ou por outro lado, dependem da probabilidade que as obras têm de rentabilizarem o investimento e gerarem lucros para as editoras.

Outro aspecto em comum que se pode destacar ao ponderar os depoimentos diz respeito a questão da profissionalização para o trabalho com edição de livros. Como já foi observado anteriormente, existe um número razoável de atribuições intrínsecas à atividade editorial de um livro. Não é simplesmente ter o manuscrito ou material em um *pendrive*, imprimir, colar uma capa e colocar na prateleira para a venda. Exige-se um conhecimento técnico especializado para a realização das diversas tarefas.

Os conhecimentos são tanto para a produção propriamente dita do livro – diagramação, escolha dos tipos, imagens, revisões, capa, cores etc. – quanto a preparação de material de divulgação, estratégias de marketing, contatos com pontos de venda, negociação dos direitos autorais, registros, promoção e participação em eventos etc. Nem sempre, quase nunca, as pequenas editoras contam com tais especialidades visto que as tarefas são desempenhadas por um número muito pequeno de pessoas, quando não

16 DELEUZE, Gilles. GUATTARI. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. p. 4.

por uma única pessoa, e que aprendeu parte do ofício na prática, trabalhando em outras editoras ou gráficas, e que não domina as ferramentas para o trabalho ou não tem contatos com o mundo editorial para trabalhar em colaboração ou parceria.

O trabalho é realizado de forma amadora, muitas vezes quase artesanal, que implica em um resultado final com qualidade e apelo visual inferiores ao que é visto no grande mercado. Dos exemplares com que se teve contato na Grafcolor, por exemplo, nota-se um acabamento básico da capa, com cores que não se destacam, alguns problemas de ordem gramatical, uma ou outra página com problemas na impressão (ao menos daqueles apresentados), a finalização feita pelo próprio autor, a reprodução de fotos e imagens com uma qualidade abaixo do que é possível encontrar em outros livros etc.

No caso da Editora Jornal do Povo, o desejo de se organizar a partir da ideia de cooperativismo ou de solidariedade entre os autores, com apoio da editora, parece circunscrita tão somente à vontade da editora. Pelo que se subentende na fala apresentada, não se consegue articular uma ação que envolva os autores para, em conjunto, pensarem em outras formas de publicação do livro levando em consideração os demais aspectos para além da impressão. Pensar estratégias para a divulgação, circulação e venda dos produtos, incluindo neles o discurso sobre os valores culturais locais presentes nas obras e a ampliação do espaço de representação para grupos locais, encadeando outros discursos, outras sintaxes, outras linguagens com que se poderá criar outros roteiros e romper com os centros de poder. Assim,

Não se criticarão tais modelos lingüísticos por serem demasiado abstratos, mas, ao contrário, por não sê-lo bastante, por não atingirem a máquina abstrata que opera à conexão de uma língua com os conteúdos semânticos e pragmáticos de enunciados, com agenciamentos coletivos de enunciação, com toda uma micropolítica do campo social. Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais. Uma cadeia semiótica é como um tubérculo que aglomera atos muito diversos, lingüísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos: não existe língua em si, nem universalidade da linguagem, mas um concurso de dialetos, de patoás, de gírias, de línguas especiais. Não existe locutor-auditor ideal, como também não existe comunidade linguística homogênea. A língua é, segundo uma fórmula de Weinreich, “uma realidade essencialmente heterogênea”.¹⁷

É lidar com o rompimento de uma lógica da língua localizada em um dominador que impõe seus símbolos, determinando como os indivíduos devem interpretá-los, esvaziando a possibilidade de outras enunciações do sujeito, que apagado de si, posto que fala o vazio que se encontra a partir da dominação pelo outro, não consegue enxergar outros caminhos senão os já cristalizados pelas regras.

A ideia de deixar falar por si mesmo requer antes de tudo que o sujeito esteja situado em sua própria linguagem, o que quer dizer que ele é o criador da realidade que o cerca porque é dele o conceito e o dar o nome as coisas. Não o recebe em uma embalagem pronta com um manual de instrução. Antes se apropria das ferramentas da linguagem e com elas constrói o significado para as coisas. Reconhecem em si os agentes de mudança

17 DELEUZE, Gilles. GUATTARI. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Trad.: Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

constante, demarcando com autonomia e autoridade o seu local no espaço social, não aceitando o que lhe é imposto. Antes, examina o que lhe chega, disseca e deglute, alimentando-se e gerando energia para a construção de um outro. Dá surgimento a outra figura e outra forma de se representar e se apresentar.

[...] como essa figurativização estética, enquanto texto, está inscrita na luta discursiva de que já falamos, ela se expressa também como politicamente investida e demarcadora de *locus* cultural, em que vivem sujeitos reais e particulares – em oposição a sujeitos abstratos e universais –, com expectativas, uma sensibilidade, uma estética marcada e demarcada por um determinado mundo da vida, [...].¹⁸

Quando a editora esclarece ser objetivo “tornar possível a publicação das poesias de Seu José e Dona Maria- pessoas que escrevem sobre nós, sejam de forma erudita ou popular, e que nos revele como povo de escrita, oralidade e leitura”, expressa a intenção ver a organização da sociedade por um critério que considere os sujeitos para além do econômico, onde a realidade não seja tomada como cópia de um discurso ou a tentativa de copiá-lo. Intenta construir uma ferramenta para combater as maquinações ardilosas de um sistema centrado na exclusão da maioria do acesso ao capital econômico e na desvalorização dos signos culturais produzidos além da esfera das camadas dominantes.

A ampliação da pesquisa para outros territórios talvez possa ajudar a desenhar um mapa mais rico das manifestações de uma articulação em prol da valorização dos sujeitos locais e suas vozes, com suas dinâmicas e soluções para as questões que limitam a afirmação dos indivíduos enquanto dotados de capacidade para escolher e realizar sua existência.

18 SEIDEL, Roberto Henrique. *Embates simbólicos: estudos literários e culturais*. Recife: Bagaço. 2007. p. 133.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O que não consigo aceitar nesse discurso é o mesmo *inconscientemente*. Como inconscientemente? Se coloquei Leitor e Leitora no centro do livro, foi porque sabia o que estava fazendo. Não esqueço nem por um minuto (dado que vivo de direitos autorais) que o leitor é o *comprador* e que o livro é um objeto que se vende no mercado. Quem pensa que pode prescindir do aspecto econômico da existência e de tudo o que ele comporta não teve jamais o meu respeito”.¹

As primeiras conjecturas que serviram de ponto de partida para a realização dessa pesquisa foram alimentadas, primeiramente, pelo desejo de compreender os caminhos percorridos por um livro, de sua concepção até a sua consumação. Essa tarefa deveria ser capaz de dar um suporte para a discussão teórica de quais os impactos que esse objeto cultural (o livro) causa nos segmentos sociais que não estão contemplados pelas narrativas dos *best sellers* e grandes romances.

No decorrer da elaboração de uma imagem mais lúcida do que se pretendia investigar, amparado por leituras e discussões acerca da cultura e seus significados, assim como o amadurecimento da percepção de que seria uma tarefa impossível executar uma investigação tão ampla, surgiu a perspectiva de concentrar o foco da pesquisa em um determinado aspecto. Fez-se necessário lapidar com muito cuidado. Quase todas as abordagens que se pensou sobre o livro caminhava no sentido de investigar a figura do autor ou do leitor, entrelaçando-se nesse mesmo eixo a análise do discurso.

Mas não era ainda o que causava inquietação. Depois de muitas reflexões, decidiu-se por investigar as pequenas editoras de livros que pudessem ser inscritas no setor da economia criativa, situadas no Território 18, tomando como *locus* da pesquisa o município de Alagoinhas por ser o mais desenvolvido e com o maior número populacional do espaço a ser investigado. O propósito seria, então, perceber a partir do funcionamento dessas editoras se o modelo de produção adotado por elas se enquadrava no mesmo modelo capitalista do grande mercado editorial ou se propunha uma outra forma de organização, capaz de questionar tal modelo e que reconhecesse nos bens culturais não apenas valor econômico, mas valores estético-políticos.

Os caminhos da pesquisa mostraram-se em certa medida escorregadios e embaraçados. A cada passo dado em direção a coleta de informações, instalava-se um número variado de dúvidas. Pesquisar pode ser surpreendente pela possibilidade de ver confirmada as hipóteses levantadas inicialmente ou tê-las todas contrariadas. Buscou-se no levantamento das informações elaborar um mapa que pudesse conduzir os deslocamentos necessários para encontrar com os possíveis sujeitos-objetos. O mapeamento serviu, portanto, para uma primeira imagem que confirmasse a presença ou a ausência do que se buscava: editoras de livros. As primeiras informações obtidas por meio de pesquisa na internet, aparentava confirmar o que era esperado.

Pairava a expectativa de existir entre as editoras elencadas alguma que se encaixasse no setor da economia criativa e que servisse de referência para analisar-se as demais. À medida que se avançou nas tentativas de estabelecer contato pela via do correio eletrônico, ficou evidente que não se lograria êxito na empreitada, motivo pelo qual

1 CALVINO, Ítalo. *Se um viajante numa noite de inverno*. São Paulo: Cia das Letras. 2012. 2ª edição. p. 269.

ficou claro que as primeiras comunicações teriam que se estabelecer no local onde se encontravam as editoras.

O resultado do trabalho de campo foi inicialmente frustrante. Apesar de constar na internet um número razoável de estabelecimentos e empresários individuais listados com a atividade econômica principal sendo edição de livros, na realidade isso não acontece. Então, o que fazer?

O segundo momento de reflexão para refazer a estratégia resultou na alternativa de estabelecer contato com editoras de fora do Território estudado, focando naquelas que se apresentam como alternativas ou que já tem em sua descrição de atividade o enquadramento no setor da economia criativa. A tentativa de ampliar o raio de alcance também não trouxe resultado positivo. Primeiro porque em pesquisa de campo existe a dependência da disponibilidade do outro para dar respostas aos contatos iniciais e, a partir disso, negociar a possibilidade de participar da pesquisa ou fornecer informações. Depois, como disse o poeta Cazusa, o tempo não para, nem muito menos espera.

Retomando os objetivos previstos, tecer-se-ão as considerações possíveis.

1 – Mapear as editoras alternativas e editoras independentes do território 18 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte. De fato, foi possível fazer um mapeamento dos estabelecimentos que figuram como editoras em suas denominações. Também aparece em sua descrição de atividade principal a edição de livros. No entanto, a constatação in loco revelou que as atividades são as mais diversas possíveis, em nada correspondendo à editoração de livros. A razão disso, segundo as informações obtidas e consulta ao código nacional de atividades econômicas, é que o registro junto aos órgãos competentes acaba colocando a edição de livros como uma atividade desempenhada por qualquer um que queira trabalhar como gráfica, por fazer parte da tabela de atividades utilizadas para essas inscrições. Nesse caso, criou uma imagem distorcida da realidade.

No entanto, não se pode dizer que foi de todo inútil. Essa informação pode ajudar a pensar sobre a necessidade de um registro mais eficaz e que se limite a corresponder à atividade que de fato o empresário pretende desenvolver, criando uma imagem mais próxima da realidade, que servirá até mesmo para quem pretenda se inserir no mercado pois terá um retrato mais fiel de como o espaço está ocupado.

2 – Investigar se a noção de bens culturais e de economia criativa presentes na política editorial das editoras alternativas e editoras independentes do Território 18 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, são capazes de questionar o modelo capitalista adotado pelo mercado editorial para propor novos valores éticos e estéticos. Uma vez que não foi encontrada nenhuma editora, esse objetivo restou prejudicado. Ainda assim, dentro do que foi possível coletar com a Editora Jornal do Povo, há indícios da busca de uma atividade que não esteja atrelada exclusivamente ao econômico, embora ainda seja relevante considerá-lo.

3 – Identificar as estratégias utilizadas pelas editoras alternativas e editoras independentes para a produção e distribuição de bens culturais. O que se pode constatar foi a dificuldade que existe para que autores desconhecidos consigam espaço no mercado editorial. Quando não se fareja um potencial comercial na obra, exige-se que ele tenha condições de bancar todos os custos para que o livro possa ser publicado por uma grande

editora. Quanto as pequenas editoras, essas encontram uma série de dificuldades para conseguir para publicar livros e termina por funcionar apenas como gráfica. As falas foram sempre no sentido de que não há demanda para a publicação do livro. No entanto, também foi colocado que os autores preferem publicar em editoras do Sudeste e mesmo em outros países, a exemplo de Portugal.

O que se pode observar é que não é necessariamente a ausência de demanda. Trata-se muito mais de custos para a publicação local. Na entrevista com a Grafcolor, o dono da editora chamou a atenção para o fato de nunca conseguir o registro especial necessário para a obtenção do benefício do papel. A Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, estabelece a necessidade do registro, a ser concedido pela Receita Federal, uma vez preenchidos os requisitos que são:

I – Dados de identificação: nome empresarial, número de inscrição no CNPJ e endereço;

II – Cópia do estatuto, contrato social ou inscrição de empresário, bem como das alterações posteriores, devidamente registrados e arquivados no órgão competente de registro de comércio ou no Registro Público de Empresas Mercantis, conforme o caso;

III – Indicação da atividade desenvolvida no estabelecimento. Quando se tratar de empresa jornalística, editora ou gráfica, deverá, ainda, ser informado se as oficinas de impressão são próprias ou de terceiros.

IV – Relação dos diretores, gerentes e administradores da requerente, com indicação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e respectivos endereços;

V – Relação dos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, com indicação do número de inscrição no CPF ou no CNPJ, conforme o caso, e respectivos endereços.

Apesar de não haver entre os requisitos nenhum que seja impossível, o fato de uma editora nunca conseguir realizar o registro merece alguma atenção, pois a negativa deveria ser fundamentada em uma das razões elencadas pela lei e comunicada por escrito ao requerente do registro. Em que estaria baseada a decisão de não conceder o registro? Pelo que se pode entender da interpretação da lei, o preenchimento dos requisitos é suficiente motivo para autorizar a Receita Federal a conceder o Registro Especial.

4 – Identificar a inserção das editoras alternativas e editoras independentes no nicho da economia criativa. Não foi identificada nenhuma editora no território. Contudo, apesar de ser ainda recente no Brasil o enquadramento das atividades como inseridas no setor da economia criativa, a pesquisa por meio da internet mostrou que existem editoras que já se qualificam como pertence ao eixo da economia criativa. A própria Editora Jornal do Povo respondeu a essa indagação afirmativamente, com publicação de apenas três livros. Outras editoras têm em suas páginas nas redes sociais ou nos sites a definição como editora criativa, o que não garante que o modelo de desenvolvimento das atividades produtivas possa ser caracterizado como economia criativa.

5 – Estimar o raio de alcance dos bens culturais distribuídos pelas editoras

alternativas e editoras independentes do Território 18 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte. Embora a atividade de publicação de livros não tenha sido encontrada, restou a atividade de impressão de livros de autores desconhecidos. Essa atividade enfrenta principalmente a barreira econômica, mas os poucos que conseguiram ou conseguem imprimir suas obras terminam distribuindo-as no mercado local, geralmente em parceria com escolas privadas ou com a rede municipal de ensino. Não se encontram livros desses autores nas livrarias locais. É uma venda feita utilizando basicamente o círculo de amizade do autor. Logo, não há penetração de grande alcance desses bens culturais.

Registrou-se, por exemplo, o caso de um autor que produz cordel sob encomenda pelas escolas, tratando de temas que a rede de ensino considera relevante para a formação dos alunos, como o combate ao mosquito *Aedes Aegypti*.

Já no que diz respeito a atividade de gráfica, está basicamente atrelada ao fornecimento de materiais impressos para as prefeituras dos municípios circunvizinhos, tendo o ponto alto de sua atividade comercial durante o período eleitoral, quando são produzidos cartazes, panfletos, santinhos etc.

O que se constata é que não há produção de bens culturais enquanto produtos culturais que possam ser consumidos por determinados grupos, ou que possam servir como mecanismos de afirmação da cultura local. Não quer dizer, no entanto, que não existam bens culturais, apenas que estes seguem outros caminhos para a sua existência e difusão. Ou mesmo que os bens culturais, que na pesquisa quis se limitar à produção dos livros, percorrem outras vias para a sua elaboração e distribuição, não se materializando nas gráficas locais. Também não implica que estejam sendo materializados por editoras, apenas que não se dá no Território 18.

Não se pode dizer que não houve realização dos objetivos estabelecidos. De modo diverso do que se imaginava, os resultados alcançados sinalizam para outras questões a serem investigadas.

Ficou demonstrado o descompasso que existe entre a vontade que se tem entre editora/gráfica e o autor. Talvez seja possível pensar um diálogo entre esses sujeitos. O fortalecimento da atividade editorial pode vir a ser uma saída para ambos, tanto para quem publica quanto para quem escreve, inclusive com a busca por uma profissionalização ou aperfeiçoamento dos serviços ofertados.

Embora a cidade conte com a Casa dos Poetas de Alagoinhas, não foi encontrada nenhuma referência a uma iniciativa dessa organização no sentido de propor estratégias para a publicação da atividade dos escritores locais. As informações apontam para o fato de que esses escritores têm suas obras impressas ou publicadas em editoras situadas fora do território. Algumas publicações, embora sejam realizadas por editoras de outras regiões não seguem necessariamente os padrões recomendados para a publicação de livros. Em um número muito pequeno, que não chegou a ser contabilizado nem registrado pelas gráficas, há a impressão de livros nas editoras locais mesmo com suas limitações, o que não pode deixar de ser considerado.

Também seria necessário fazer um estudo acerca dos leitores localizados no território. Quais são os livros que leem, com que frequência compram, qual a faixa etária, qual o perfil sócio econômico. Essas informações permitiriam traçar estratégias mais

eficazes para estabelecer um nicho de mercado com possibilidade de ser explorado. Por exemplo, entre os adolescentes existe um consumo crescente de livros que tratam de histórias fantásticas, com o mundo mágico e o mistério. O cenário das histórias de amor migrou da representação de uma realidade puramente humana para se misturar com a imaginação de um mundo escondido e cheio de magia.

As considerações sobre os público-alvo, os leitores, não podem ser negligenciadas sob pena de não se conseguir atingir dois propósitos principais para quem escreve: ver sua obra conhecida e lida pelo maior número possível de pessoas, nas mais distantes regiões, o que significaria legitimação do trabalho – o que na dinâmica do campo literário se traduziria abertura de oportunidades para novos trabalhos; ao mesmo tempo, transformar a atividade de escrever em atividade profissional principal, com garantia de rentabilidade e sustento. Mesmo que a intenção seja de difundir elementos da cultura local para a sua valorização, enxergando nos indivíduos a capacidade para serem atuantes, autônomos e livres para pensar a sua realidade e expressá-la em termos próprios, libertando-os das amarras de uma linguagem viciada e esvaziada de sentido, nada disso será possível se os bens culturais veiculados através da plataforma livro não tiverem a capacidade de atrair o leitor.

Portanto, será necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre a mercadoria livro – utilizando o termo mercadoria sob a égide da noção daquilo que se consome sem que seja necessária uma reflexão acerca de seus significados expressos e ocultados – e o livro veiculador de bens culturais que tem a potência para se tornar equipamentos de luta e de combate contra as dominações.

Um outro ponto que se pode pensar é o papel das universidades e suas editoras como protagonistas de uma virada na percepção da mercadorização dos bens culturais. As pesquisas diversas, a exemplo dessa, terminam subsidiando um catálogo de bens culturais que estão prontos para o consumo se transformados em mercadorias e aqueles que não tem espaço no mercado consumidor. Também terminam por funcionar como sistematização das iniciativas dos diferentes grupos culturais em suas lutas, com suas táticas e organizações para combater a maldade do dominados, mas que ao contrário do que deveria, acabam por oferecer aos ocupantes dos centros de poder um mapeamento dos pontos fortes e fracos desses grupos, facilitando o estabelecimento de mecanismos de controle mais eficazes.

Certamente os sujeitos quando se mostram arredios estão desconfiados das intenções de quem vai pesquisar. Também quando se mostram dispostos a abrir as cortinas e mostrar os bastidores podem estar jogando, à moda de um ilusionista que direciona o foco da plateia para uma direção ou objeto enquanto o truque é realizado em um outro ponto. O tratamento dado as informações obtidas podem resultar em conclusões que se distanciam em muito daquilo que é de fato realizado.

Quando se quis realizar uma pesquisa para estudar a experiência das editoras, esperava-se alcançar elementos que proporcionassem uma interpretação dessa experiência, que dessem as pistas para investigar as entradas e saídas da linguagem, compreendendo-a enquanto elemento primordial da existência humana, e lugar de poder. A ideia de teorizar a partir da noção de infância na obra de Agamben tinha o propósito de avaliar em que medida seria a experiência desses sujeitos um rompimento do silêncio

imposto arbitrariamente.

O resultado disso foi que a própria pesquisa se transformou em uma experiência para o pesquisador ao se defrontar com uma realidade que não correspondia às imagens obtidas. Talvez a pesquisa não traga alteração no território recortado nem nos sujeitos alvos da pesquisa. Mas do ponto de vista do aprendizado, da possibilidade de visualizar o silêncio com outras ferramentas cognitivas e de aferição da realidade, houve um significativo rompimento para o pesquisador. A palavra silêncio ganhou uma outra conotação. Quando se escuta ou se lê na teoria a expressão silenciamento das classes, dos grupos, tem-se como referencial linguístico a oposição com a ideia de som, de barulho, e com essa noção tenta-se compreender o silêncio. No entanto, o apagamento da voz, o silenciamento, nada tem de relação com a ausência do som.

Retira-se dos grupos, indivíduos, a capacidade de significar. As palavras são dadas, impostas já coladas em significados arbitrários e se rouba dos receptores a capacidade de escrutiná-las, de chegar a profundidade de suas raízes e descobrir que não há raízes fixadas. O jogo é determinado por quem ocupa o centro do poder e as regras consistem em seguir as pistas deixadas sem se questionar sobre quem as deixou e para onde elas conduzem. Como se fosse os ratinhos que figuram em uma obra de autoajuda intitulada *Quem mexeu no meu queijo*. Na obra, os leitores são conduzidos a pensar que tem que ficar sempre em movimento a procura de novas reservas de queijo escondidas no labirinto. Quando as encontra, não pode se acostumar com o achado pois com o tempo o queijo é retirado e começa tudo novamente. Os ratos nunca se perguntam sobre quem coloca e tira o queijo, muito menos se questionam sobre a possibilidade de escapar do labirinto. Apenas seguem as regras da sobrevivência e se mantêm em movimento constante correndo atrás da sobrevivência.

De modo análogo ocorre com as pessoas que estão de algum modo inseridas no mercado editorial do livro e aqueles que querem se inserir nele, seja de modo alternativo ou independente, seja objetivando difundir elementos culturais de cunho local. Joga-se o jogo do campo editorial. Parece não haver questionamento sobre quem abastece e quem desabastece o mercado, quais as motivações para isso. Também não se busca de fato escapar do labirinto. O que ocorre está muito mais associado à ideia de encontrar um espaço, um nicho que permita explorar aquele produto.

No final das contas, ou somos os ratos presos no labirinto correndo atrás do queijo, ou somos aqueles que se divertem observando a corrida diária dos ratos em busca do queijo, para quando finalmente eles encontrarem, reiniciarmos o jogo. Outra via se apresenta: podemos ser aqueles que, compreendendo o jogo, com suas regras e objetivos de nos fazer perseguir o nada, ousamos nos erguer por cima das barreiras do labirinto e mudar a lógica do jogo ou cavamos por baixo de suas paredes e surpreendemos aquele controla o queijo, olhando por debaixo de sua saia.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. Baudelaire ou a mercadoria absoluta. In: **Estâncias: A palavra e o fantasma na cultura ocidental**. Trad. Selvino José Assmann. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História: destruição da experiência e origem da história**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. Marx ou a exposição universal. In: **Estâncias: A palavra e o fantasma na cultura ocidental**. Trad. Selvino José Assmann. Belo Horizonte: UFMG, 2007
- BARBIER, Frédéric. **A história do livro**. São Paulo: Paulistana, 2009.
- BARTHES, Roland. **Crítica e Verdade**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal LDA, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CALVINO, Ítalo. **Se um viajante numa noite de inverno**. 2ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- CARROL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. Trad. Clélia Regina Ramos. Ed. Arara Azul. Versão para ebook. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/alicep.pdf>> Acesso em: 04 set 2016.
- CHARTIER, Roger. **O que é a história do livro?** Revisitado. 2008. ArtCultura, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan-jun. 2008
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ed. Ática. 2010.
- COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras: Itáu Cultural, 2008.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.
- DARNTON, Robert. **A questão dos livros: Passado, presente e futuro**. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Projeto Periferia. Ebook. 2003.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Trad.: Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- EL FAR, Alessandra. O bom negócio do livro no século XIX. 2014. p. 49-50. In: **Revista Observatório Itaú Cultural** - N. 17 (ago/dez. 2014). - São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

GRAFTON, Anthony. O leitor humanista. In: CAVALLO, Guglielmo. CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental 2**. São Paulo: Ática. 1999.

GREFFE, Xavier. Bens econômicos, bens artísticos e produtos culturais. In: GREFFE, Xavier. **A economia artisticamente criativa**. Trad. Ana Goldberg. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural. 2015.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Trad. Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HASLAM, Andrew. **O livro e o designer II**: Como criar e produzir livros. Trad. Juliana A. Saad e Sergio Rossi Filho. 2ª ed. São Paulo: Edições Rosari, 2010.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Ano 3, 2º semestre, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 1979.

MELLO, Gustavo. **Desafios para o setor editorial brasileiro de livros na era digital**. 2014. p. 245. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>>. Acesso em: 21 out 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional da Economia Criativa 2011-2014**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>>. Acesso em: 23 set 2016.

MOREIRA, Osmar. **Oswald de bolso**: crítica cultural ao alcance de todos. Salvador: UNEB, Quarteto, 2010.

OLIVEIRA, João Maria de. ARAUJO, Bruno Cesar de. SILVA, Leandro Valério. **Panorama da Economia Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. 2013.

PROCÓPIO, Ednei. **O livro na era digital**: O mercado editorial e as mídias digitais. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

REIS, Ana Carla. **Economia criativa**: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento / organização Ana Carla Fonseca Reis. – São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas**: arte, cultura, gênero e política. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RICHARD, Nelly. Saberes de mercado e crítica da cultura. In: **Intervenções críticas**: Arte, cultura, gênero e política. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

SANTOS, Vanise Albuquerque. Literatura e políticas públicas em Alagoinhas: outros modos de produção cultural. 2012. 120f. **Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural)** – Departamento de Educação - Campus /II, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2012.

SANTOS, Vanise Albuquerque. Atuais políticas de cultura — e a literatura? **Grau Zero Revista de Crítica Cultural**. Alagoinhas: Fábrica de Letras, v. 2, n. 1, jul./dez. 2014.

SEIDEL, Roberto Henrique. **Embates simbólicos**: estudos literários e culturais. Recife: Bagaço. 2007.

SEIDEL, Roberto Henrique. Relativismo, universalismo e “alogeneidade” na produção cultural de grupos marginalizados. In: **Crítica cultural, crítica social e debate acadêmico-intelectual**. Salvador: EdUneb. 2016.

TOLILA, Paul. Como a economia chega à cultura: as principais questões. In: TOLILA, Paul. **Cultura e economia**: problemas, hipóteses, pistas. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007.

YÚDICE, GEORGE. **A conveniência da cultura**: Usos da cultura na era global. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: UFMG. 2006. 1ª reimpressão.

SITES:

EDIÇÃO DE LIVROS EM ALAGOINHAS – BA. Disponível em: <http://www.cadastrobrasil.org/por_cidade/alagoinhas_edicao-de-livros> Acesso em: 20 dez 2017.

EMPRESAS DO BRASIL. Disponível em: <<http://empresasdobrasil.com/empresas/alagoinhas-ba/edicao-de-livros>> Acesso em: 20 dez 2017.

FACEBOOK. Disponível em: <<http://www.facebook.com>> Acesso em: 21 de 2017.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>> Acesso em 21 dez 2016.

SOBRE O AUTOR

EDMARIO NASCIMENTO DA SILVA - Mestre em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia. Especialista em Política e estratégia pela Universidade do Estado da Bahia. Bacharel em direito pela Universidade do Estado da Bahia. Pós graduando em Direito e Processo Civil, Pós Graduando em Direito Previdenciário, Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia. Professor de Direito da Faculdade Regional da Bahia - UNIRB. Professor de Direito da Faculdade Santíssimo Sacramento. Coordenador do grupo de Estudos em Escravidões, Desigualdades e Democracia da Faculdade Santíssimo Sacramento - Alagoinhas. Advogado atuante nas áreas trabalhista, previdenciária, tributário e consumidor.



BENS CULTURAIS E ECONOMIA CRIATIVA:

Da Mercadorização à Indignação



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 







Atena
Editora

Ano 2021



BENS CULTURAIS E ECONOMIA CRIATIVA:

Da Mercadorização à Indignação

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021